

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação  
Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência

**DEILDE FERREIRA DE BRITO**

**TERRITÓRIOS NEGROS EM SABARÁ:**  
entre a invisibilidade e o reconhecimento por professoras negras de Geografia atuantes na  
cidade

Belo Horizonte

2025

DEILDE FERREIRA DE BRITO

TERRITÓRIOS NEGROS EM SABARÁ:

entre a invisibilidade e o reconhecimento por professoras negras de Geografia atuantes na cidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional em Educação e Docência - PROMESTE, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação e Docência

Linha de Pesquisa: Educação, Ensino e Humanidades

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Yone Maria Gonzaga

Belo Horizonte

2025

B862t  
T Brito, Deilde Ferreira de, 1971-  
Territórios negros em Sabará [manuscrito] : entre a invisibilidade e o reconhecimento por professoras negras de Geografia atuantes na cidade / Deilde Ferreira de Brito. -- Belo Horizonte, 2025.  
149, 20 p. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.  
[Acompanhado de produto educacional com o título: Territórios negros de Sabará: (re)conhecendo espaços de lutas e resistência contracolonial. -- 20 p. il. color.].  
Orientadora: Yone Maria Gonzaga.  
Bibliografia: f. 136-146.  
Apêndices: f. 147-149.

1. Brasil -- [Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003] -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação -- Relações raciais -- Teses. 4. Educação -- Relações étnicas -- Teses. 5. Geografia -- Estudo e ensino -- Relações étnicas -- Teses. 6. Geografia -- Estudo e ensino -- Relações raciais -- Teses. 7. Negros -- Territorialidade humana -- Aspectos educacionais -- Teses. 8. Negros -- Identidade racial -- Teses. 9. Professores -- Formação -- Teses. 10. Professores negros -- Formação -- Teses. 11. Educação e Estado -- Sabará (MG) -- Teses. 12. Escolas públicas -- Sabará (MG) -- Teses. 13. História local -- Sabará (MG) -- Estudo e ensino -- Teses. 14. Pós-colonialismo -- Aspectos educacionais -- Teses. 15. Racismo -- Teses. 16. Sabará (MG) -- Educação -- Teses.  
I. Título. II. Gonzaga, Yone Maria, 1962-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 372.89

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

## **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA DEILDE FERREIRA DE BRITO**

Realizou-se, no dia 28 de maio de 2025, às 09h, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 608ª defesa de dissertação, intitulada "TERRITÓRIOS NEGROS EM SABARÁ: entre a invisibilidade e o reconhecimento por professoras negras de Geografia atuantes na cidade", apresentada por DEILDE FERREIRA DE BRITO, número de registro 2023658688, graduada no curso de GEOGRAFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Yone Maria Gonzaga - Orientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. Pablo Luiz de Oliveira Lima (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Ana Maria Martins Queiroz (Prefeitura de Belo Horizonte).

Título do Recurso Educacional:

Cartilha: Territórios negros de Sabará: (re)conhecendo espaços de lutas e resistência contracolonial.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada.

Reprovada.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2025.

Prof(a). Yone Maria Gonzaga ( Doutora )

Prof. Pablo Luiz de Oliveira Lima ( Doutor )

Prof(a). Ana Maria Martins Queiroz ( Doutora )



Documento assinado eletronicamente por **Yone Maria Gonzaga, Usuário Externo**, em 23/10/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Martins Queiroz, Usuário Externo**, em 24/11/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Luiz de Oliveira Lima, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2025, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 4541251 e o código CRC **B75D89D3**.

A Deus - O Eterno!  
Aos meus amados pais,  
Maria Alves de Brito (em memória) e  
Delson Ferreira de Brito (em memória).

Dedico este trabalho à minha família, que acreditou em mim e que contribuiu para que ele se tornasse realidade.

Às sujeitas desta pesquisa, pela maneira carinhosa com que acolheram a mim e ao meu trabalho e pela confiança em compartilhar comigo suas histórias e lutas enquanto professoras de Geografia.

Às professoras e professores do Promestre, pelo carinho, dedicação e por contribuírem para que o meu sonho se tornasse realidade.

À banca do exame de qualificação e logo, de defesa do mestrado, pela disposição da leitura da minha dissertação e também pelas contribuições acertadas.

Em especial, à Professora Dra Yone Maria Gonzaga, pelas orientações para que essa dissertação se concretizasse. Gratidão!

A Duarte Augusto Costa (em memória).  
Meu amado e eterno companheiro.

Em memória dos meus ancestrais!  
Às pretas e pretos-velhos que, de modo escravizado, usando suas técnicas e conhecimentos,  
construíram com braveza a riqueza dessa nação!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por tudo que me tem feito!

Aos meus ancestrais, por tudo que eles sofreram, por cada gota de suor derramado e aos demais corajosos negros, povos que “detinham o conhecimento” e que construíram essa nação através de muito suor e sangue derramado, para que hoje eu tivesse a oportunidade de estar aqui.

Aos meus pais, Maria Alves de Brito e Delson Ferreira de Brito (em memória), por terem me dado a oportunidade de vir à vida.

Aos trabalhadores deste país, que pagam seus impostos para que eu estude gratuitamente na UFMG, uma das primeiras e melhores universidades do país e uma das 100 melhores do mundo.

Às sujeitas da minha pesquisa, pela valiosa contribuição e pelo carinho que me receberam para as entrevistas. Sem vocês não seria possível escrever esta dissertação.

Aos meus irmãos, Alaíde, Marcílio e Marcélio, pelo companheirismo, mesmo que separados por longo tempo, em função de causas necessárias para a manutenção da nossa sobrevivência.

À minha irmã Alaíde, que mesmo sendo trabalhadora rural, conseguia me enviar todo mês um auxílio para o meu almoço no Restaurante universitário (RU), durante o período do curso das disciplinas.

À minha irmã do coração, Marly, pelo apoio incondicional e carinho nas horas certas e incertas.

A Duarte Augusto Costa (em memória), por tudo que compartilhamos juntos, sei que era seu sonho me ver em um mestrado, chegou a hora, gratidão!

À Mirma e Esther Eunice, minhas amigas/irmãs nas horas certas e nas incertas, meu apoio e cumeeira desde quando nos conhecemos, gratidão!

À Elaine Teixeira, amiga em todo o tempo, minha ajudadora e à sua família, agradeço de igual forma, especialmente à sua mãe, Dona Sebastiana, gratidão, pelo apoio incondicional em todas as horas, pelo carinho e pela solidariedade para comigo.

À Professora Lourdinha Reis (Dona Lourdinha), minha colega, amiga e sábia conselheira.

Ao Marcos Túlio Damacena, meu camarada, amigo de sempre e companheiro de lutas “dolorosas e saudosas”, mas sempre de cabeças erguidas.

Ao Ernane Oliveira, pela colaboração na formatação desta dissertação e na diagramação do recurso pedagógico

Aos professores e as professoras nota mil (1.000) do Promestre, pelo compartilhamento dos saberes. Obrigada, pela educação e formação de alto nível, sonho que imaginei, mas acreditava que não se concretizaria! Vocês são excelentes profissionais!

À Profa. Dra. Teresinha Fumi Kawasaki, pelo apoio oferecido quando da minha chegada ao Promestre.

À Orientação Coletiva/Historicamente, por tudo que aprendi nas reuniões de orientação e pelo apoio recebido, na pessoa do coordenador, Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima.

À Banca de qualificação e defesa: Profa. Dra. Ana Maria Martins Queiroz; Profa. Dra. Márcia Basília de Araújo e Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima

Agradeço em especial à minha orientadora, Profa. Dra. Yone Maria Gonzaga, pelas orientações, apoio, ajuda, dedicação e compreensão nos momentos em que eu me encontrava desestabilizada. Gratidão sempre, professora Yone Gonzaga! Obrigada, de coração!

**MÃE**

[...]

*Os anos já pintaram de luar os teus  
cabelos, No entanto, tudo parece estar  
acontecendo agora,*

*Neste instante,*

[...]

*Após tantos anos, Neste momento,*

*Vejo tudo diante de*

*mim, Como se estivesse assistindo a um filme da  
infância;*

*Nós, teus filhos, todos pequenos,*

*O relógio parado na hora de privações,*

*Tantos sonhos de asas quebradas pelos cantos*

*De nossa casa pobre, sem conforto;*

*Tu, mulher ainda jovem, tão boa, tão calma,*

*Constelação de esperanças e ternura,*

*Inspirando segurança, Inspirando fé, amor,*

*Em meio a tantos vendavais.*

[...]

*Tua luta foi para nós teu maior ensinamento.*

*Sofrias (hoje o sei), entretanto,*

*Em nossa presença, nunca uma lágrima*

*Rolou pelo teu rosto.*

[...]

*Desde criança aprendi a amar-te,*

*Mas só hoje, adulto, é que vejo, comovido,*

*As incontáveis estrelas que brilham em teu ser*

*E que tantos vendavais não conseguiram apagar.*

**Carlos de Assumpção (2015).**

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivos: investigar em que medida as professoras de Geografia negras que atuam nas escolas estaduais de Sabará reconhecem a existência dos territórios negros na cidade; indagar se essas professoras conhecem os processos de resistências desencadeados pelos negros no município durante o período colonial e, posteriormente; indagar se essa temática aparece nas matrizes curriculares, considerando o que determinam a Lei 10.639/2003 que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996. É uma pesquisa qualitativa e a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com três professoras de Geografia atuantes em Sabará. O suporte teórico da pesquisa está embasado em Nego Bispo (2015) no tema sobre a colonização e contracolonização; Alessandro José Prudêncio Ratts (2003) traz algumas reflexões sobre os territórios negros. Já as autoras, Nilma Lino Gomes (2003, 2017), Yone Maria Gonzaga (2011, 2017), contribuem sistematicamente, sobre os movimentos sociais negros e a implementação da Lei 10.639/2003, dentre outros. A pesquisa apontou que o conhecimento das entrevistadas sobre os territórios negros do município é ainda incipiente, o que confirma a invisibilidade desses territórios como consequência do processo colonial e do racismo. Observou-se que, embora a Lei 10.639/2003 ainda não seja plenamente incorporada pela maioria das professoras, muitas já incluem conteúdos relacionados nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. Embora ainda não tenham participado de cursos específicos sobre a educação das relações étnico-raciais, as professoras reconhecem a escola como um espaço essencial e estratégico para promover discussões sobre racismo e preconceito. Com base nesses resultados, reforçamos o compromisso e a necessidade do Estado em investir continuamente na formação dos profissionais da educação, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, garantindo uma educação antirracista em todos os níveis de ensino e fortalecendo a luta contra todas as formas de racismo.

**Palavras-chave:** Territórios Negros; Professoras de Geografia; Invisibilidade; Racismo.

## ABSTRACT

The present research aimed to: investigate to what extent Geography teachers who work in state schools in Sabará recognize the existence of black territories in the city; inquire whether these teachers are aware of the resistance processes triggered by black people in the city during the colonial period and later; inquire whether this theme appears in the curricular matrices, considering what is determined by Law 10.639/2003 and its guidelines. It is a qualitative research and data collection was carried out through bibliographic research and semi-structured interviews with three Geography teachers working in Sabará. The theoretical support of the research is based on Nego Bispo (2015) on the theme of colonization and counter-colonization; Alecsandro José Prudêncio Ratts (2003) brings some reflections on black territories. The authors, Nilma Lino Gomes (2003, 2017) and Yone Maria Gonzaga (2011, 2017), systematically contribute to black social movements and the implementation of Law 10.639/2003, among others. The research showed that the interviewees' knowledge about the black territories in the municipality is still incipient, which confirms the invisibility of these territories as a consequence of the colonial process and racism. It was observed that, although Law 10.639/2003 has not yet been fully incorporated by most teachers, many already include related content in the Training Itineraries of the New High School. Although they have not yet participated in specific courses on the education of ethnic-racial relations, the teachers recognize the school as an essential and strategic space to promote discussions about racism and prejudice. Based on these results, we reinforce the State's commitment and need to continually invest in the training of education professionals, as established by the National Curricular Guidelines, ensuring anti-racist education at all levels of education and strengthening the fight against all forms of racism.

**Keywords:** Black Territories; Geography Teachers; Invisibility; Racism.

## RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivos: investigar en qué medida los profesores de Geografía que actúan en escuelas estatales de Sabará reconocen la existencia de territorios negros en la ciudad; preguntar si estos docentes tienen conocimiento de los procesos de resistencia que desencadenaron los negros en el municipio durante la época colonial y posteriormente; preguntar si este tema aparece en las matrices curriculares, considerando lo que determina la Ley 10.639/2003 y sus directrices. Se trata de una investigación cualitativa y la recolección de datos se realizó a través de investigación bibliográfica y entrevistas semiestructuradas con docentes negros de Geografía que trabajan en Sabará. El fundamento teórico de la investigación se basa en Nego Bispo (2015) sobre el tema de la colonización y la contracolización; Alecsandro José Prudêncio Ratts (2003) aporta algunas reflexiones sobre los territorios negros. Los autores, Nilma Lino Gomes (2003, 2017) y Yone Maria Gonzaga (2011, 2017), han contribuido sistemáticamente a los movimientos sociales negros y a la implementación de la Ley 10.639/2003, entre otros. La investigación mostró que el conocimiento de los entrevistados sobre los territorios negros en el municipio es aún incipiente, lo que confirma la invisibilidad de estos territorios como consecuencia del proceso colonial y el racismo. Se observó que, si bien la Ley 10.639/2003 aún no ha sido plenamente incorporada por la mayoría del profesorado, muchos ya incluyen contenidos relacionados en los Itinerarios de Formación de la Nueva Escuela Secundaria. Si bien aún no han participado en cursos específicos sobre la educación de las relaciones étnico-raciales, el profesorado reconoce la escuela como un espacio esencial y estratégico para promover debates sobre el racismo y los prejuicios. Con base en estos resultados, reforzamos el compromiso y la necesidad del Estado de invertir continuamente en la formación de profesionales de la educación, tal como lo establecen las Directrices Curriculares Nacionales, garantizando la educación antirracista en todos los niveles educativos y fortaleciendo la lucha contra todas las formas de racismo.

**Palabras clave:** Territorios Negros; Profesores de Geografía; Invisibilidad; Racismo.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

AML - Academia Mineira de Letras

APM – Arquivo Público Mineiro

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

BNDigital – Biblioteca Nacional Digital

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBG – Casa Borba Gato

CBH - Rio das Velhas - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

CECOQ - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas

CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

COEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil

DA - Diretório acadêmico

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DF - Distrito Federal

EPPIR - Curso de Aperfeiçoamento em Políticas de Promoção da Equidade Racial na Educação Básica

ERER - Educação para as relações étnico-raciais

FAE - Faculdade de Educação

FCP - Fundação Cultural Palmares

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais.

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JUSBRASIL – Plataforma de tecnologia para assuntos jurídicos.

LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MG - Minas Gerais

MNU - Movimento Negro Unificado

ONG - Organização não governamental

PI – Piauí

PNEERQ - Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola

Promestre - Mestrado Profissional em Educação e Docência

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

RS – Rio Grande do Sul

RU - Restaurante universitário

SciELO National – O Scientific Electronic Library Online (Scielo)

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEE - Secretaria de Estado de Educação

SEMED - Secretaria Municipal de Educação/ Sabará

SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

Sind-UTE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação

SRE Metropolitana A - Superintendência Regional de Ensino

TCC – Trabalho de conclusão de curso

TCLE - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

TJMT – Tribunal de Justiça de Mato Grosso

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rei

UnB - Universidade de Brasília

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Unesco - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros

UTC - Tempo Universal Coordenado

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA DA COMARCA DO SABARÁ PERTENCENTE A CAPITANIA DE MINAS GERAIS.....	43
FIGURA 2 - MAPA HIPSOMÉTRICO DO MUNICÍPIO DE SABARÁ/MG.....	44
FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DE SABARÁ NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	45
FIGURA 4 - REGIONAIS DE SABARÁ.....	47
FIGURA 5 – MAPA DOS DISTRITOS DE SABARÁ/MG.....	48
FIGURA 6 - IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS DA BARRA DO SABARÁ - IGREJA DO ROSÁRIO. ....	56
FIGURA 7 – CLUBE MUNDO VELHO.....	59
FIGURA 8 - TERRITÓRIO FÍSICO DO CLUBE SOCIAL NEGRO – MUNDO VELHO.....	60
FIGURA 9 – IMAGEM DE CONGADEIRO DO BAIRRO GENERAL CARNEIRO.....	67
FIGURA 10 - IMAGEM DE CONGADEIROS DO BAIRRO GENERAL CARNEIRO.....	67
FIGURA 11 - IMAGEM DOS CONGADEIROS ADULTOS E CONGADEIROS MIRINS DO BAIRRO GENERAL CARNEIRO.....	68
FIGURA 12 - IMAGEM DAS CONGADEIRAS DO BAIRRO GENERAL CARNEIRO.....	68
FIGURA 13 - IMAGEM DOS CONGADEIROS DO BAIRRO GENERAL CARNEIRO.....	69
FIGURA 14 – IMAGEM DE CONGADEIRO DO BAIRRO GENERAL CARNEIRO.....	70
FIGURA 15 – GRUPO DE CAPOEIRA MESTRE GIVAL.....	72
FIGURA 16 – BLOCO AFRO 13 DE MAIO.....	75
FIGURA 17 - BLOCO PARAÍSO DOS MORALISTAS.....	75
FIGURAS 18 E 19 - BLOCO CARNAVALESKO MULHERES DO Ó.....	78
FIGURAS 20 A 24 - PLANTAS SAGRADAS NA HORTA DA CASA DE CANDOMBLÉ - ILÊ ASÉ OXUM ATI OXUMARÉ – BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - SABARÁ – MG.....	80
FIGURAS 25 A 36 - PLANTAS SAGRADAS NA HORTA DA CASA DE CANDOMBLÉ - BAKISSO TY MATAMBA KIUÁ MUTALAMBO, – CENTRO - SABARÁ – MG.....	83
QUADRO 1 – DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2010 E DE 2022.....	46
QUADRO 2 - LOCALIZAÇÃO DE CADA ESCOLA ONDE FOI FEITA A PESQUISA.....	103
QUADRO 3 – DADOS BIOGRÁFICOS DA PROFA. BALBINA GOMES DA GRAÇA CESARINO.....	108
QUADRO 4 – DADOS BIOGRÁFICOS DA PROFA. BERNARDINA MARIA ELVIRA RICH.....	109
QUADRO 5 – DADOS BIOGRÁFICOS DA PROFA. HILDETE BAHIA DA LUZ.....	110
QUADRO 6 – SÍNTESE DO PERFIL PROFISSIONAL DAS SUJEITAS ENTREVISTADAS.....	111
QUADRO 7 – TERRITÓRIOS NEGROS – ENDEREÇO – ATIVIDADE – TOMBO E/OU REGISTRO.....	119
QUADRO 8 – RESUMO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS.....	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO - DO PERCURSO PESSOAL À CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	23
<b>CAPÍTULO 1- COLONIZAÇÃO, COLONIALISMO E COLONIALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>25</b>
1.1. RESISTÊNCIAS NEGRAS E OS SEUS IMPACTOS.....	28
1.2. A RESISTÊNCIA EM SABARÁ.....	31
<b>CAPÍTULO 2: SABARÁ GEOHISTORIOGRAFADA NO TEMPO E NO ESPAÇO: CONTEXTUALIZANDO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O MUNICÍPIO DE SABARÁ .....</b>	<b>38</b>
2.1. SABARÁ E A LENDA DO SABARABUÇU .....	39
2.2. SABARÁ – SEDE DA COMARCA DO RIO DAS VELHAS.....	41
2.3. O MUNICÍPIO DE SABARÁ NA ATUALIDADE .....	43
2.4. POPULAÇÃO DE SABARÁ - DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2010 E DE 2022 .....	46
<b>CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIOS NEGROS.....</b>	<b>49</b>
3.1. CONFLUÊNCIA, TRANSFLUÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPACIALIDADES NO CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	49
3.2. TERRITÓRIOS NEGROS COMO ESPAÇOS DE CONFLUÊNCIA E BIOINTERAÇÃO.....	53
3.3. TERRITÓRIO NEGRO - IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO .....	56
3.4. TERRITÓRIO NEGRO - CLUBE MUNDO VELHO: LUGAR DE RESISTÊNCIA SOCIABILIDADE .....	59
3.5. O CONGADO EM SABARÁ – RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA CONTRACOLONIAL .....	63
3.6. GUARDA DE MARUJOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE GENERAL CARNEIRO.....	66
3.7. TERRITÓRIO NEGRO – CAPOEIRA.....	70
3.7.1 <i>Grupo Kilombo do Palmares – O ensino e prática da capoeira em Sabará.</i> .....	71
3.8. TERRITÓRIO NEGRO – CARNAVAL .....	73
3.8.1 <i>Bloco Afro 13 de Maio – Bloco carnavalesco.</i> .....	74
3.8.2 <i>Bloco Paraíso dos Moralistas</i> .....	75
3.8.3 <i>Bloco Carnavalesco Mulheres do Ó</i> .....	77
3.9. TERRITÓRIOS NEGROS: TERREIROS DE CANDOMBLÉ E UMBANDA E CASA DE BENZEÇÃO.....	78
3.9.1 <i>Terreiro de candomblé Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré e sua funcionalidade</i> .....	78
3.9.2 <i>Terreiro de Candomblé Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo – Centro</i> .....	82
3.9.3 <i>Terreiro de candomblé: Inzo Kisaba Mukua Ujitu – (Casa da Folha Respeitosa)</i> .....	87
3.9.4 <i>Plantas comuns encontradas nos terreiros visitados.</i> .....	90
3.10.5 <i>Casa de Benzeção: O poder curativo da benzeção.</i> .....	92
3.10 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS .....	94
<b>CAPÍTULO 4: METODOLOGIA .....</b>	<b>100</b>
4.1. APRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS BRASILEIRAS, NEGRAS, HOMENAGEADAS COM SEUS NOMES ÀS PROFESSORAS ENTREVISTADAS .....	106
<b>CAPÍTULO 5: O QUE NOS DISSERAM AS ENTREVISTADAS SOBRE OS TERRITÓRIOS NEGROS DE SABARÁ .....</b>	<b>112</b>
5.1 APRESENTAÇÃO DAS SUJEITAS ENTREVISTADAS.....	112
5.2. RECONHECIMENTO DA RESISTÊNCIA NEGRA.....	113
5.3. DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO NEGRO .....	115
5.4. TERRITÓRIOS NEGROS EM SABARÁ.....	116
5.5. VISITA A UM TERRITÓRIO NEGRO.....	118
5.6. DISCRIMINAÇÃO E RACISMO.....	120
5.7. IDENTIDADE E CULTURA .....	121
5.8. SILENCIAMENTO E APAGAMENTO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA ANCESTRAL .....	123
5.9. IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE A IDENTIDADE NEGRA .....	124
5.10. PRECONCEITO E APAGAMENTO CULTURAL.....	125
5.11. O CURRÍCULO E A LEI 10.639/2003 .....	126
5.12. FORMAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	128
<b>CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>136</b>



## **INTRODUÇÃO - DO PERCURSO PESSOAL À CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA**

“Eu vou falar de nós ganhando,  
porque pra falar de nós perdendo, eles já falam”  
Nêgo Bispo (s.d)

Iniciei e concluí meus estudos primários em uma escola rural, que ficava à margem da Rede Ferroviária Federal, em Orion, lugarejo onde também nasci, no município de Capitão Enéas, MG. A princípio a escola era somente para os filhos dos trabalhadores da ferrovia, mas quando essa escola passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal, os outros alunos da comunidade também tiveram oportunidade de frequentá-la. Ingressei na escola aos 08 (oito) anos de idade porque meu aniversário é no mês de junho e na época, o aluno deveria ter os 07 (sete) anos completos para iniciar os estudos. Foi muito sofrido estudar, porque meus pais não tinham como comprar o material necessário para mim e meus irmãos. Às vezes, eu tinha que apagar algumas matérias para escrever as novas. Ao término do 1º Grau – atual Ensino fundamental I e II, era hora de cursar o 2º Grau, hoje Ensino Médio. Ingressei no curso Normal de Magistério em nível médio e me formei professora dos anos iniciais no início da década de 1990, que foi minha primeira vitória.

Comecei a lecionar no Pré-primário na rede estadual de ensino de Minas Gerais e tive algumas dificuldades, porque a escola era na zona rural, em um distrito de difícil acesso e os moradores de lá eram altamente preconceituosos em relação aos professores que vinham de fora, eles tinham um sentimento de posse relacionado à escola. Resolvi mudar minha história a partir dos ataques racistas e desumanos que atravessaram minha caminhada enquanto professora primária naquela comunidade escolar. Esses ataques racistas se davam principalmente por alguns colegas e, até mesmo por parte da direção da escola, o que me fez pedir demissão.

Deixei meu trabalho pensando em algo maior para minha vida, pois queria fazer um curso superior, mas este teria que ser gratuito em razão da minha situação financeira, que era incompatível para pagar uma faculdade particular. Eu sabia que a batalha seria entre gigantes muito preparados, como sempre, mas comecei a estudar sozinha em casa para ingressar no curso superior, pois sou oriunda de escola pública, com bons professores, porém, trabalhadores mal remunerados e desvalorizados, tendo que exercer a docência em prédios escolares totalmente sem infraestrutura. Isso tudo corroborou para que ficasse mais longe entrar na universidade!

Desse modo, tive que concorrer com alunos vindos de escola particular que, em seus currículos contavam com cursinhos preparatórios para o vestibular, chamado à época de vestibular universal, no qual eram feitas provas de todas as disciplinas e uma língua estrangeira, para ser aprovado.

O ingresso na universidade era totalmente desigual no sentido de que se dava entre dois extremos, visto que alunos mais favorecidos oriundos de escolas particulares e alunos desfavorecidos egressos de escolas com total precarização pelo poder público concorriam à mesma vaga, pois ainda não existia uma lei que assegurasse o ingresso na universidade pela política de cotas sociais, como a Lei 12.711/2012<sup>1</sup>. A política de cotas é uma forma de reparação histórica em razão dos processos de colonização, escravização e a ausência de políticas públicas ocorridos com nossos antepassados, fatos que ainda contribuem para que fiquemos atrasados em relação ao branco, no sentido de termos menos oportunidades, visto que, desde crianças, muitas pessoas negras<sup>2</sup> precisam sair para trabalhar, como foi o meu caso.

Após passar por esses perrengues nas escolas de 1º Grau onde trabalhei, e logo depois pedir demissão, estudando sozinha em minha casa, fui aprovada no vestibular da Universidade Estadual de Montes Claros, MG – UNIMONTES. Sou graduada em Geografia, Licenciatura Plena e professora efetiva do estado de Minas Gerais. Leciono Geografia em Sabará, cidade de origem colonial, situada na região metropolitana de Belo Horizonte e desejo aprimorar meus estudos e conhecimentos para melhorar minhas aulas e pesquisas dentro da escola e fora também.

Desde criança, sempre sofri racismo na escola, por ser negra e acompanhar uma menina branca da mesma idade que eu, visto que, os meus pais trabalhavam na fazenda pertencente à família dela, mas à época, eu não sabia o que era racismo e nem me atentava para esses fatos, pois para mim era comum ouvir piadas e xingamentos. A perspectiva racial atravessou minha formação enquanto estudante, ao me ingressar no curso de Magistério de Nível Médio, mas de modo muito superficial. Somente após minha formatura e já trabalhando como professora

---

<sup>1</sup> Lei 12.711/2012 atualizada pela Lei 14.723/24 – reserva o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio aos estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e às pessoas com deficiência, bem como aqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

<sup>2</sup> Negras/os – De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE são as pessoas que se autodeclararam como pretas e pardas.

Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, em Brasília, DF.

primária é que comecei a perceber o que estava acontecendo comigo. Aquilo eram de fato, ataques racistas, que aumentavam a cada dia, mas eu deixava passar, por não saber como agir, como resolver a situação de maneira legal. Em 1995, já filiada ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), fiquei sabendo via sindicato, de uma manifestação que aconteceria em Brasília (DF), sobre Zumbi dos Palmares, então, procurei me informar sobre a tal manifestação e obtive a informação que sairiam alguns ônibus de Montes Claros com destino ao Distrito Federal, levando pessoas para essa manifestação, que eu ainda não entendia direito o que era e como seria. Fiz minha inscrição para a lista do ônibus, fui chamada e rumei à Brasília para participar da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”<sup>3</sup>, ocorrida no dia 20 de novembro do ano de 1995. Essa marcha era uma manifestação contra o racismo e a discriminação racial no Brasil e ainda tinha por objetivo denunciar o racismo e reivindicar políticas públicas para a população negra.

Dez anos depois, no dia 16 de novembro, eu me encontrava novamente em Brasília para a “Marcha, Zumbi + 10, pelo direito à vida e pelo fim do racismo”, tendo em vista que as políticas públicas ainda constavam na pauta das reivindicações, pois elas ainda não haviam sido atendidas pelo poder público. Desse modo, vejo que, apesar de não ter tido um contato efetivo com o material referente à questão racial e nem ter recebido livros com esse assunto durante a minha formação, sempre me interessei e militei no movimento negro, busquei saber, adquirir um pouco daquilo que a antropóloga estadunidense, mulher afro-americana, France Winddance Twine (2004), chamou de “*racial literacy*”, que foi traduzido pela psicóloga e pesquisadora Lia Vainer Schucman (2012), como “letramento racial”. Penso que esse assunto deve vir sim, em nossos livros didáticos, mas a ausência dele nesse material não pode e não deve ser empecilho para que possamos fazer o debate e lutar por uma educação antirracista.

Esse letramento racial foi ampliando minha noção sobre a questão do racismo e, ao entrar na universidade, comecei a fazer parte do Diretório acadêmico (DA), participando das palestras e discussões, ainda que não muito expressivas, pois o período era anterior à Lei 10.639/2003 e a Educação para as Relações Étnico-raciais ainda não constava na matriz curricular de ensino dessa universidade, assim como na de tantas outras.

A ausência dessa perspectiva racial na nossa formação de professores e professoras de Geografia, deixa várias lacunas, dentre elas estão os processos de marginalização,

---

<sup>3</sup> Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995, em Brasília, DF.

invisibilização e apagamentos da memória ancestral, impedindo-nos de ter “orgulho de pertencer a esse povo, orgulho de ser negro”, como revelou Bernardina Rich (2024) uma das entrevistadas nessa pesquisa. Todavia, penso que o maior prejuízo para as pessoas negras em todo esse processo seja a desumanização que reverbera em todos os espaços sociais.

Ao chegar em Sabará como professora concursada, nomeada e efetiva do estado de Minas Gerais, passei por algumas barreiras e casos de racismos, evidenciados pelo fato de ser servidora de carreira. Tanto a equipe diretiva, quanto meus colegas professores me subestimavam bastante e, constantemente eu era alvo de olhares de desprezo por parte deles, ao ponto de tecerem comentários racistas em meu desfavor, ora por conta do meu cabelo e estilo de vestir, ora pelo fato de ser oriunda do Norte de Minas e ter um sotaque diferente, e me chamavam de “baiana”, o que para mim não constituía nenhum demérito.

Nessa época, a escola contava somente com três servidores efetivos, então, eu percebia que os servidores e professores se negavam a reconhecer o meu valor enquanto profissional, fato que me fez perceber o quanto era preciso tomar mais uma vez o rumo de minha história, enquanto docente e, para tanto, comecei a pensar em projetos a serem desenvolvidos com os meus alunos em sala de aula, trabalho de campo e também em um possível mestrado.

O que me motivou a fazer esta pesquisa, além de ser professora de Geografia na cidade, foram a curiosidade e o anseio em saber se e como as profissionais de Geografia enxergam a cidade de Sabará e os seus territórios negros. Sabará é uma cidade que foi ocupada por pessoas negras escravizadas durante o período colonial. Pessoas que realmente faziam o serviço pesado, que “colocavam as mãos nas pedras, nas madeiras e no barro”<sup>4</sup>.

Essas pessoas escravizadas em Sabará não trabalhavam somente na extração do ouro, eles tinham vastos conhecimentos, como nos afirma a autora Cássia Alessandra Cunha Graciano, em sua Dissertação de Mestrado “*Conhecimentos que valem ouro: ensinando o conteúdo químico “metais” a partir das tecnologias africanas utilizadas em Sabará durante o período denominado Ciclo do Ouro*”, que, “entre os diversos ofícios presente na colônia portuguesa, os negros destacaram-se em pelo menos três atividades: ourives, ferreiros e barbeiros”. (Graciano, 2024, p. 39). E onde estão hoje os descendentes desses escravizados e escravizadas? Em que lugares vivem? Que tradições mantêm? E como as mantêm? Essas indagações me fizeram chegar ao tema da pesquisa, ou seja, conhecer os territórios negros em Sabará a partir das vozes

---

<sup>4</sup> Parafrazeando o ditado popular: “colocar a mão na massa” - Aqueles que trabalharam, agiram e fizeram o que era necessário para alcançar o objetivo da sociedade colonial.

de professores de Geografia atuantes na cidade. Saber como os/as profissionais dialogam com essa cidade que é “um museu a céu aberto”, como se expressa a autora Clarice de Assis Libânio no “*Guia da cidadania e identidade metropolitana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, RMBH*” (2018, p.184), referindo-se ao patrimônio histórico-cultural local.

Sabará é também um território a ser explorado além dos muros das escolas, pois a cidade, edificada durante o período colonial, possui diversas expressões culturais negras que vão na contramão do que os discursos racistas conceberam sobre a capacidade intelectual dos povos negros e que merecem ser conhecidas, pesquisadas e divulgadas. No entanto, vale lembrar que durante anos de observação, trabalhando em várias escolas estaduais da cidade, percebi que os professores e as professoras de Geografia de Sabará não são estimulados a saírem com seus alunos para o campo de trabalho em visita à cidade, tendo como foco de observação as obras monumentais edificadas pelos escravizados e escravizadas, o que contribui para a segregação espacial e a ausência de ampliação de repertório cultural dos estudantes acerca da cidade.

Há um apagamento das histórias e das culturas desenvolvidas pelos descendentes de escravizados que é reiterado historicamente pelos currículos eurocêntricos definidos pelas redes de ensino e que chegam a esses profissionais.

Contudo, hoje, vemos algumas ações individuais que questionam esse estado de coisas. Por tudo isso me inscrevi no Promestre com o propósito de investigar em que medida os professores de Geografia que atuam nas escolas estaduais de Sabará sabem da existência dos territórios negros na cidade, questionar se eles reconhecem os territórios negros existentes no município, averiguar se esses territórios estão inseridos na sua Matriz Curricular de Ensino e indagar se sabem como foram os processos de resistências desencadeados pelos negros em Sabará durante o período colonial. Nesse processo, questionei também a minha prática profissional, pois ser professora de Geografia na cidade e desejar ampliar os meus conhecimentos para contribuir de forma mais sistemática com a emergência de outras narrativas rompendo com as invisibilidades e apagamentos. Acredito que a relevância social da pesquisa se dá também pelo fato de as novas perspectivas sobre os povos negros, os seus conhecimentos traduzidos em ações e obras na cidade favorecem a implementação nas escolas da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas ou particulares.

Durante a pesquisa qualitativa desenvolvi pesquisa bibliográfica e a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com três professoras de Geografia atuantes

em Sabará. O suporte teórico da pesquisa está embasado em Nego Bispo (2015) no tema sobre a colonização e contracolônização; Alecsandro José Prudêncio Ratts (2003) traz algumas reflexões sobre os territórios negros. Já as autoras, Nilma Lino Gomes (2003, 2017), Yone Maria Gonzaga (2011, 2017), contribuem sistematicamente, sobre os movimentos sociais negros e a implementação da Lei 10.639/2003, dentre outros. A pesquisa apontou que o conhecimento das entrevistadas sobre os territórios negros do município é ainda incipiente, o que confirma a invisibilidade desses territórios como consequência do processo colonial e do racismo.

Os dados coletados demonstraram que a Lei 10.639/2003 não está plenamente incorporada pela maioria das professoras. Algumas incluem conteúdos relacionados aos territórios negros nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, entretanto, falta inclusão nos currículos. Embora ainda não tenham participado de cursos específicos sobre a educação das relações étnico-raciais, as professoras reconhecem a escola como um espaço essencial e estratégico para promover discussões sobre racismo e preconceito. O estudo apontou a necessidade de o Estado investir continuamente na formação dos profissionais da educação, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, garantindo uma educação antirracista em todos os níveis de ensino e fortalecendo a luta contra todas as formas de racismo.

## **A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS**

Além da Introdução e das Considerações Finais, o trabalho está dividido em 5 capítulos.

**No primeiro**, apresento a colonização do Brasil por Portugal (1500-1822), que foi marcada pela intensa exploração de recursos e expropriação dos povos originários, denominados indígenas. Analiso também o colonialismo como prática de domínio político, cultural e religioso, com a escravização de africanos justificada pela Igreja Católica. Frantz Fanon é citado para denunciar a desumanização do colonizado através da linguagem, já Nego Bispo compara colonização ao adestramento, ambos retirando o sujeito de seu ambiente e identidade. O capítulo aborda também a resistência em Sabará, destacando a sociedade abolicionista Nossa Senhora do Rosário, liderada por Bento Epaminondas, que lutou e buscou a abolição dos irmãos negros escravizados. No entanto, o racismo estrutural apagou a história de muitos não pertencentes à elite local, perpetuando a visão e a narrativa do colonizador, obscurecendo as lutas por liberdade.

**Já no capítulo 2**, contextualizo a Geografia enquanto ciência responsável por analisar as dinâmicas das relações entre a sociedade e a natureza, capaz de transformar o espaço vivido (o espaço geográfico) e sua aplicação ao município de Sabará. Nesse sentido, também exploro a

construção histórica do município e as controvérsias em torno de sua origem, além de concordar com a contestação do historiador Zoroastro Viana Passos (1942), sobre a versão contada pelos órgãos oficiais, tais como, a prefeitura municipal e o Iphan.

**No terceiro capítulo**, apresento o conceito de territórios negros, trazendo à visibilidade a produção intelectual de autores como Milton Santos e Alex Ratts, destacando a partir da conceituação, os espaços simbólicos e as ações produzidas pela intelectualidade negra da cidade, como: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Clube Social Negro – Mundo Velho, **Guardas de Marujos de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro, congados, grupos de samba, carnaval, capoeira e espaços de manutenção das religiões de matrizes africanas Umbanda e Candomblé.**

**No quarto capítulo**, apresento os aspectos metodológicos, que estão divididos em caminhos trilhados até a definição da pesquisa, os procedimentos e critérios utilizados para a seleção das sujeitas e, ainda, os instrumentos para a coleta de dados (roteiro de perguntas), para subsidiar as entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, transcritas e analisadas, garantindo o sigilo e a identidade dos participantes. A pesquisa envolveu também uma análise documental e bibliográfica, com foco em fontes primárias e secundárias sobre a história de Sabará, buscando identificar registros sobre a presença e o papel da população negra na cidade, embora se tenha constatado uma escassez de material que os coloque em destaque. A busca por referências incluiu arquivos públicos, repositórios universitários e outras plataformas acadêmicas.

**O capítulo 5** é um dos pontos altos da pesquisa, pois traz as vozes das entrevistadas acerca do tema. Nele analiso os dados obtidos a partir das referências bibliográficas levantadas, o estudo sobre os territórios negros, e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a partir da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira e analiso a percepção das professoras sobre os territórios negros, sua relevância, a invisibilidade como fruto do racismo, a necessidade de implementação da temática nos currículos.

## **CAPÍTULO 1- COLONIZAÇÃO, COLONIALISMO E COLONIALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES**

O país foi colonizado por Portugal entre 1500 e 1822, com intensa expropriação e consequentemente exploração de recursos naturais. Sobre o período Colonial no Brasil, devemos pensar em um ciclo nascente por volta dos séculos XV e século XVI, período em que ocorreram as grandes navegações, com o objetivo de expansão comercial e quando os europeus intentavam adquirir especiarias nas Índias e acabaram aportando em nossas terras, como nos diz a história por eles contada. O território, que ainda não se chamava Brasil, já era habitado pelos povos originários que foram denominados pelos eurocêntricos de “índios”.

Desse modo, em consonância com o que afirma o intelectual quilombola Nêgo Bispo (1959 – 2023), é possível avaliar que o que houve no país foi um processo de invasão e não descobrimento.

Para Nêgo Bispo, o termo “descobrimento” do Brasil, pelos portugueses em 1500, é inadequado e eurocêntrico, pois ignora a presença e a história dos povos indígenas que já habitavam nosso território, com suas próprias culturas, línguas e formas de organização social. Ele denuncia a violência e a exploração que marcaram a colonização portuguesa, incluindo o genocídio dos povos indígenas e a escravização de africanos.

Para além disso, ele defende a importância da luta pela terra e pela memória dos povos indígenas e quilombolas, como forma de resistência à opressão e de construção de um futuro mais justo. Na visão de Bispo, conforme Santos, “a intenção dos colonizadores [era/foi] de animalizar e/ou coisificar os povos pindorâmicos para domesticá-los, desconsiderando suas autodenominações igualando-os aos pardais”. (Santos, 2007. p. 34).

Nessa mesma perspectiva, Paulo Chaves, professor do Projeto Educação<sup>5</sup>, afirma que nossas terras não eram desabitadas quando os portugueses chegaram, pois aqui viviam cerca de três milhões de habitantes nativos, os povos originários. Portanto, “na realidade, Portugal não descobriu o Brasil, ele ocupou, invadiu, submetendo dessa maneira diversas nações indígenas. Se o Brasil já possuía uma população indígena, local, não se trata de uma descoberta, e sim de uma conquista”. (Chaves, 2013).

Estudos no campo da história política e econômica dão conta de que os colonizadores já tinham conhecimento da nossa Terra e vieram em busca de implantar colônias de exploração.

---

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2013/10/descobrimento-foi-na-verdade-uma-invasao-terra-dos-indios.html>

Ao chegarem ao Brasil, os europeus foram surpreendidos com tudo que por aqui encontraram, superando as suas expectativas e, começaram a expropriação e exploração das nossas riquezas naturais para atender as demandas vindas do seu mercado.

O Brasil Colônia correspondeu ao período em que Portugal colonizou a porção leste da América do Sul, que hoje corresponde a grande parte do território brasileiro. De 1500 até 1822, os portugueses colonizaram o Brasil, explorando suas riquezas para atender às demandas do mercado europeu. Apesar disso, a historiografia recente reconhece o período anterior à colonização efetiva dos portugueses como Pré-colonial, equivalente ao período de 1500 a 1530 e à primeira fase da colonização no país. (Chaves, 2013).

Para que esse intento lograsse êxito, os portugueses traficaram de terras africanas milhares de seres humanos que foram escravizados na colônia, que se tornou lugar de expropriação, exploração, enriquecimento para os europeus. O processo de escravização contou com a justificativa e contribuição da igreja católica que se expandia pelo mundo levando o seu projeto “salvífico”, que defendia que indígenas e africanos poderiam ser escravizados por “não terem alma”.

Segundo Andrey Cordeiro Ferreira (2014), o Colonialismo é anterior ao capitalismo, fenômeno hoje inegável e, sem o nosso querer, irrevogável, visto que, este, se espalha cada vez pelo mundo e trouxe consigo suas diferentes fases políticas e em suas diferentes fases de desenvolvimento, desde a expansão europeia do século XVI, seu componente central de relações de poder e acumulação de capital, através do modo de produção que idealizou e produziu e, torna-se presente até os dias atuais, como discorre o autor,

O colonialismo como fenômeno antecede o capitalismo enquanto sistema mundial [...] capitalismo possível como “modo de produção”. Por outro lado, o capitalismo estendeu as relações coloniais sobre o espaço e as formas sociais, atualizando-o como componente estrutural de seu próprio sistema e amplificando de forma nunca antes vista sua dimensão e significado, tornando-o onipresente na história das diferentes sociedades. (Ferreira, 2014, p. 255 *apud* Kreutz 2021, p. 16).

Observa-se o colonialismo como uma prática de domínio político, cultural e religioso sobre outros povos, desencadeado sempre por uma potência externa que deseja ampliar, manter o poder e também expandir seu território, na maioria das vezes através de guerras.

Frantz Omar Fanon (1925-1961), em “*Os Condenados da Terra*”, registrou que a colonização é um processo perverso que “desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o”. “E,

de fato, a linguagem do colono<sup>6</sup>, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica”. (Fanon, 1968, p.31-32).

Diante das afirmativas tecidas por Fanon a respeito do colonizador para com o colonizado, entendo que ele denuncia a forma como o discurso colonialista opera, utilizando a linguagem como ferramenta para desumanizar e inferiorizar o colonizado legitimando, assim, o sistema de opressão praticado por um povo que pensa ser superior ao outro povo, considerado inferior, por eles, os eurocêtricos. (Fanon, 1968, p.31).

O Colonialismo eurocêntrico veio trazendo consigo suas mazelas, dentre elas, o Capitalismo. Neste sentido, nos atina o fato de que, o colonizador eurocêntrico, ao chegar em novas terras para colonizá-las, como no caso brasileiro, o faz baseado nas relações de poder sobre o que está sendo colonizado e, além das mazelas trazidas e do Capitalismo que se opera até hoje.

Segundo os autores, Gonzaga e Costa Júnior (2020, p. 265), em o “*Capital racial e a perspectiva colonial no século XXI: reflexões sobre a política de segurança pública*”, o colonialismo não existiu apenas por tempo determinado, mas se perpetua nas sociedades, inclusive, a todo momento vemos os traços desse colonialismo em vigor, seja com o apagamento da história, seja com o racismo, seja com outras atrocidades cometidas, oriundas desse modelo perverso.

Considera-se que o colonialismo não foi um lapso temporal de implicações finalísticas em si mesmo. Ele envolveu e mobilizou, sobejamente, as estruturas sociais, a fim dese perenizar ao longo da história nas sociedades, com características, portanto, de um projeto de dominação material e intersubjetivo de proporções globais, de dimensões e abrangência variadas e polissêmicas, com imensurável capacidade de readaptações a contextos culturais e históricos diversos. (Gonzaga; Costa Júnior, 2020, p. 265).

Essa continuidade das opressões, pesquisadores do campo da sociologia têm conceituado como **colonialidade de poder**. Embora oficialmente a colonização tenha acabado, os seus efeitos ainda perduram. Assim, os povos negros e indígenas atuais sofrem processos de apagamento moral, intelectual e físico, como se pode observar nos dados sociodemográficos que tratam desde a evasão escolar, encarceramentos e genocídios. Esse estado de permanência de opressões e violências os pesquisadores têm nomeado como colonialidade: estado no qual a

---

<sup>6</sup> No contexto da luta anticolonialista, nas décadas de 1950 e 1960 na Argélia, Fanon usa a palavra “colono” para designar aquele que toma para si algo que não lhe pertence, faz povoamento, expropriação, exploração e expansão. Hoje essa palavra soa melhor como “colonizador”, deixando evidente a diferença entre colono e colonizado, esta última, designa o povo que foi subjugado pelo colonizador.

violência estrutural não é causada somente por uma pessoa, mas também pela sociedade organizada. Também observa-se que ela está enraizada nas estruturas sociais, econômicas e políticas, e se manifesta de forma contínua através de sistemas que limitam o acesso das pessoas a direitos básicos, oportunidades e recursos.

De acordo com o conceito de colonialidade do poder proposto pelo pensador peruano Aníbal Quijano (2000) e fundamentado através de escritos do Século XX, busca-se destacar as articulações, estratégias, mecanismos e categorias do eurocentrismo – como raça, controle do trabalho, estado e produção do conhecimento (Walsh, 2007) e desse conceito, seguem outros conceitos derivados das contribuições de Quijano, que também se tornaram relevantes nesta matriz de pensamento crítico: a **colonialidade do ser e do saber**. A primeira, entendida como a experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem (Maldonado-Torres, 2007), nas palavras de Walter Mignolo, assume a ideia de que certos povos não fazem parte da história, que não são seres (Mignolo, 2005). A segunda, como estabelecimento do eurocentrismo enquanto única perspectiva de conhecimento (Walsh, 2007) e suas conseqüentes exclusões sobre qualquer outro tipo de formas epistêmicas, reafirma o processo de redução de conhecimento crítico dentro do processo de ensino-aprendizagem “como experiências e produtos exclusivamente europeus” (Quijano, 2005, p. 111).

A autora Catherine E. Walsh (2006) entende que a colonialidade do ser é refletida como a exclusão de um estatuto humano para africanos e indígenas, por exemplo, na história da modernidade colonial. Essa exclusão, para a autora, depreende de problemas reais em torno da liberdade da história do indivíduo subordinado à teoria do conhecimento sobre a natureza, o conhecimento e suas relações entre o sujeito e o objeto.

Em estudos como esse em que se busca conhecer espaços construídos pelo protagonismo negro, a colonialidade de poder se dá, inclusive, pela tentativa de negar a existência, desmerecer e deslegitimar a importância desses lugares, como também a negação da autoria dos trabalhos elaborados pelas mãos negras.

Na educação, a colonialidade pode ser considerada a partir da não inclusão das questões étnico-raciais nos currículos, apesar de haver leis que exigem isso. Por causa desse apagamento, as pessoas negras continuam sofrendo com a discriminação e as pessoas brancas se julgando superiores.

### **1.1. Resistências negras e os seus impactos**

O intelectual negro Franz Fanon (1968, p. 40) relata que “o colonizado não reconhece

nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade”. Desta forma, Fanon faz uma potente reflexão e conclui que apesar da dominação física e da imposição de um sistema de poder, o colonizado mantém sua resistência interna e sua identidade, rejeitando a legitimidade do poder colonial e a ideia de sua própria inferioridade, diferenciando a dominação de domesticação. Em suma, o autor descreve o colonizado como um indivíduo que, apesar da opressão, mantém sua dignidade, sua identidade e sua capacidade de resistência, mantendo viva a chama da luta por sua liberdade e reconhecimento.

Nêgo Bispo apresenta uma reflexão sobre a natureza do adestramento e da colonização, traçando um paralelo entre as duas práticas, dizendo que tanto o adestrador quanto o colonizador iniciam o processo retirando aquele que foi atacado de seu ambiente natural, sendo esse atacado, um povo ou mesmo um animal. Dessa forma, ambos os atacados perdem sua identidade original. Bispo utiliza sua própria experiência com o adestramento de bois para explicar os mecanismos de violência que são estabelecidos em todas as formas de colonização. Desse modo ele explicita,

assim [...] aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Bispo, 2023. p. 2) .

O colonialismo, além de negar o ser humano como gente, nega-lhe todo o seu passado, costumes e suas tradições. Essa negação impacta profundamente a construção da identidade. No contexto da colonização do Brasil, inicia-se a discriminação, o racismo e logo, o apagamento tanto da história, quanto da nossa memória, trazida de África pelos nossos ancestrais.

Portanto, todo esse processo de colonização a que as populações negras e indígenas foram submetidas no Brasil, provocou sérias implicações de ordem social, política e econômica para os que vivenciaram diretamente aquela realidade e para os seus descendentes, grupo no qual me incluo. Por isso, é necessário que as histórias dos povos subalternizados sejam resgatadas, assim como a recuperação de costumes, memórias e religiosidades ancestrais africanas, que foram duramente violadas durante o período colonial e continua na república. Entretanto, os povos negros sempre reagiram a essa opressão colonial. Essa reação pode ser entendida como ação contracolonial, como nos afirma o quilombola Nego Bispo.

A autora Yone Maria Gonzaga, em sua Dissertação de Mestrado “*Trabalhadores e trabalhadoras Técnico-Administrativos em Educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida*” (2011), descreve em relação às resistências dos negros escravizados:

Contrários à vinda forçada para o Brasil, os africanos escravizados desenvolveram diversas estratégias e lutas que tensionaram e abalaram as bases escravistas do Estado Português. Na travessia do Atlântico, lançavam-se ao mar; nas fazendas brasileiras, eles e seus descendentes desobedeciam às ordens, organizavam formas de resistências no trabalho, quebravam ferramentas, incendiavam plantações, agrediam feitores e senhores, fugiam sozinhos ou com os companheiros e formavam quilombos. Entretanto, em função de todo o processo histórico e político da escravidão e do período após a abolição, as ações desencadeadas pelos africanos e seus descendentes em busca de liberdade foram negadas por longo tempo. Os quilombos, sobretudo o de Palmares, continuam sendo a expressão mais evidente desses movimentos de resistência na história do Brasil. Não obstante, outras importantes mobilizações, como as revoltas dos Alfaiates e dos Malês, acontecidas no período imperial, apontaram o nível de organização e conhecimento dos negros. (Gonzaga, 2011, p. 25-26).

Já o autor Pablo Luiz de Oliveira Lima (2008), em sua em sua tese de Doutorado “*O Medo Dos Quilombos e a Construção Da Hegemonia Escravista (Minas Gerais, 1699 - 1769)*”, descreve a importância da resistência dos africanos escravizados e de seus descendentes na formação da sociedade mineira, um aspecto fundamental da história do Brasil. Para esse autor, a resistência em Minas Gerais, assim como em outras sociedades escravistas, manifestou-se de diversas maneiras, desde atos individuais até ações coletivas organizadas. Portanto, segundo ele, a resistência dos escravizados foi determinante para moldar a sociedade mineira, demonstrando a força, resiliência e a capacidade de organização dessas sociedades, como a formação dos quilombos, sociedade autônoma de resistência.

Os escravos africanos e afrodescendentes construíram diferentes formas de resistência à escravidão na sociedade mineira. Como em todas as sociedades escravistas modernas, ações que variam da desobediência, contrabando, roubo, até a fuga do controle dos senhores, formação de grupos e construção de quilombos foram praticadas por escravos rebeldes nas Minas. Tal comportamento contribuiu para a formação da sociedade escravista mineira, universo de relações sociais e práticas culturais variadíssimas, composto por múltiplas formas de interação entre pessoas escravas, forras e livres. (Lima, 2008, p. 21-22).

Assim, Lima (2008, p. 21) aponta o medo durante o regime de escravização, tanto entre senhores, quanto entre escravizados e relata como esse sentimento os ameaçava

constantemente, pois, “por um lado, havia a ameaça do castigo exercida pelos senhores sobre seus escravos. Por outro, a ameaça de rebeldia por parte dos escravos contra seus senhores”. Segundo esse autor, o governo colonial era omissivo e não intervia nos conflitos dados à época. Acrescenta ainda que, “a pouca intervenção do governo colonial nas formas de castigo exercidas pelos senhores sobre seus escravos era um sinal do caráter privado da exploração do trabalho escravista”.

A partir de 1720, devido ao crescimento da produção aurífera, ao aumento populacional, as longas distâncias em relação a São Paulo, e com a necessidade, alegada pelas autoridades, de se fortalecer a ordem, foi criada a Capitania Autônoma de Minas Gerais. Em meados do século XVIII, essa era a região de onde mais se extraía ouro e diamante em todo o império ultramarino português. (Lima, 2008, p. 20).

Para Lima (2008, p. 20), “é possível considerar as Minas setecentistas como um universo étnico extremamente plural, composto por contribuições culturais diferentes de populações indígenas, africanas, europeias, marcadas fortemente pelo conflito.” Assim, podemos considerar que as relações entre esses diferentes grupos eram tensas e permeadas por disputas de poder, exploração e resistência. Todavia era um Mosaico cultural, mas essa mistura ocorreu em um contexto de desigualdade e luta, onde a exploração do trabalho escravo africano e indígena era central para a economia da mineração controlada pelos europeus.

## **1.2. A resistência em Sabará**

E foram muitas as pessoas que se manifestaram contra o sistema colonial, nem todas ficaram caladas. Muitas morreram de forma violenta por mando dos seus colonizadores e donos, mas outras foram importantes para que a história fosse modificada. Houve pessoas que foram à luta de variadas formas, seja usando as armas que tinham, como por exemplo, fugindo para os quilombos, outras usaram dos seus conhecimentos para lutar em prol dos seus irmãos negros escravizados, como foi o caso do Rábula<sup>7</sup> Bento Epaminondas, que emigrou de Diamantina, cidade onde nasceu, para viver em Sabará. Segundo Ribeiro (2022, p.42), “as razões que o levou a deixar sua cidade natal ainda são obscuras e ao que parece, como o próprio Bento afirmou anos depois, foi por conta de desavenças políticas”.

Sob o mesmo ponto de vista, Ribeiro (2022) relata ainda que, além de ser um advogado

---

<sup>7</sup> Rábula ou provisionado, no Brasil, era o advogado que, não possuindo formação acadêmica em Direito (bacharelado), obtinha a autorização do órgão competente do Poder Judiciário (no período imperial), ou da entidade de classe (primeiro do Instituto dos Advogados; a partir da década de 30 da OAB), para exercer, em primeira instância, a postulação em juízo”.

aboliconista, em outubro de 1878, Epaminondas, juntamente com outras pessoas de cor fundaram uma sociedade beneficente mutualista na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, tal Sociedade, de acordo com o autor, está registrada no Livro de Atas da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará, datada de 20/10/1878 e reza quais eram os objetivos da recém-criada “Sociedade do Rosário”<sup>8</sup>, associação beneficente e mutualista, cujo principal objetivo, segundo seus próprios idealizadores, era o de “defender, proteger e propagar a causa aboliconista”.

Os fundadores dessa Sociedade, segundo livro de Atas da Irmandade, foram:

Gabriel dos Santos, Salustiano dos Santos, Antônio de Paiva, Joaquim Gonçalves, Francisco Thomaz e Pedro Joaquim, ao lado de mais outros quatorze sujeitos, todos homens de cor de distintas condições jurídicas, fundaram, dentro da confraria da qual eram “irmãos” – a então quase bicentenária Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Sabará – a Sociedade do Rosário, uma associação beneficente e mutualista, cujo principal objetivo, segundo seus próprios idealizadores, foi “defender, proteger e propagar a causa dos irmãos pretos”. (CBG, Documentos Eclesiásticos/cx. 3, 1878, *apud* Ribeiro, 2022, p. 17).

Os processos coloniais deixaram marcas profundas e dolorosas na história de Sabará, causando os apagamentos das nossas memórias ancestrais, afetivas e coletivas, dos construtores dos edifícios da cidade, dos artistas, artesãos, professores, boticários, cirurgiões e, com o passar dos anos, houve silenciamentos dessas histórias, decorrente do racismo enraizado nas estruturas da sociedade Sabarense. Desse modo, o que a população em sua maior parte sabe está escrita nos livros, mas trazendo o perfil do negro escravizado, como aquele que desempenhava o papel de subserviente.

Não se sabe notícias, histórias, nem as memórias dos cofundadores da Sociedade do Rosário, o que evidencia o processo racista que busca apagar essas histórias e também essas memórias. Somente o advogado Luiz Cassiano Martins Pereira Júnior (1868-1903), que não conta nesta citação, é homenageado em rua da cidade que leva o seu nome. Ele também é patrono da cadeira número 7 (sete) da Academia Mineira de Letras, além de ser jornalista, escritor, professor do Ateneu Sabarense, colégio fundado por ele, Américo Pereira e por Artur Lobo, como aponta Ubiratan Machado na “*Coleção Austregésilo de Athayde*” (2012).

Artur Lobo nasceu em 9 de setembro de 1869, em Coração de Jesus, MG, na época pertencente a Montes Claros, no norte de Minas Gerais, filho do coronel Francisco da Silva Lobo e de Maria Leopoldina da Silva Lobo. Estudou em Uberaba, no Ateneu Fluminense do

---

<sup>8</sup> Livro de atas - (CBG, Documentos Eclesiásticos/cx. 3, 1878, *apud* Ribeiro, 2022, p. 17).

Rio de Janeiro e em Sabará, acompanhando os constantes deslocamentos da família. Em 1884, ingressou na Escola de Minas, de Ouro Preto, mas abandonou o curso pela metade. Dois anos depois, segundo, Ubiratan Machado (2012), ele se encontrava lecionando Português no Ateneu Sabarense, colégio do qual era cofundador.

O autor Ubiratan Machado (2012, p.11) relata que “quando se escrever a história das injustiças e omissões da crítica brasileira, Artur Lobo vai ocupar um lugar de destaque” e, o prossegue dizendo que, “tal esquecimento injusto se deve a alguns fatores fáceis de identificar. Artur Lobo viveu na província, apesar de algumas obras editadas no Rio de Janeiro, morreu prematuramente aos 32 anos, e os seus livros se tornaram extremamente raros” (Machado, 2012, p.12). Lobo teve uma vida curta, mas suas obras e contribuições foram intensas para a literatura, como assinala o texto. Apesar de não ser filho de Sabará, Lobo tanto estudou, quanto anos depois, exerceu o magistério na cidade, se encontrando também na lista do esquecimento e do apagamento de sua memória, assim, como tantos outros. (ABL, 2012).

Em Sabará, outra pessoa negra de importante destaque que agiu durante o período colonial foi a professora Rita Cassiana Martins Pereira (1875-1934), a Mestra Ritinha, mulher negra e irmã do renomado advogado Luiz Cassiano Martins Pereira Júnior.

Segundo a autora Janaína Aparecida Guerra (2011, p. 44), “Ritinha é fruto de uma relação inter-racial entre o português Major Luiz Cassiano Martins Pereira [1817–1893] com uma escrava, cujo nome não se sabe”. Entretanto, o site do FamilySearch<sup>9</sup> dá conta de que a mãe de Ritinha se chamava Maria Rosalina da Cruz, sem dar mais detalhes a esse respeito. Prosseguindo, Guerra (2011, p. 44), tece o seguinte comentário sobre a mestra:

A mestra nasceu em 24 de novembro de (1872 ou 1875), antes da abolição da escravatura, porém, livre, pelo fato de ser filha de uma pessoa branca e influente na cidade de Sabará, antiga Villa Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, na Província de Minas Gerais, Comarca do Rio das Velhas.

A autora dá conta de que, segundo os registros da Escola Estadual Paula Rocha, antigo Grupo Escolar Paula Rocha,

o falecimento da Mestra se deu provavelmente em decorrência de uma Tuberculose, doença comum à época, em 12 de junho de 1934, aos 58 anos de idade. A nota de pesar redigida pelo diretor substituto, Edmundo Vieira informa que “foram suspensas as aulas em sinal de pesar pelo falecimento da

---

<sup>9</sup> FamilySearch, é uma plataforma gratuita de pesquisa genealógica que permite aos utilizadores descobrir a sua árvore familiar. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/brasil/>

ex-directora neste grupo D. Rita Cassiana Martins Pereira. Directoria, 12-06 934, o director, Edmundo Vieira”. (Guerra, 2011, p. 44).

Ao que me parece e, segundo (Guerra, 2011), a Mestra teve uma ascensão profissional em sua carreira de professora e como primeira diretora do Grupo Escolar Paula Rocha, além de participar de outros segmentos da sociedade sabarense. Referente à Mestra, a autora escreve o seguinte:

Mestra Ritinha foi considerada por seus contemporâneos, como uma professora de excepcionais qualidades: sóbria, competente, sensata e dinâmica, era expressão de bondade e abnegação. [...] Mestra Ritinha sempre foi representada como uma professora equilibrada, de atitudes claras e leais, corajosa, firme, compreensiva, inteligente, de bom coração. Além de educadora, coordenou projetos sociais e filantrópicos. Para muitos de seus conterrâneos, a Mestra foi uma idealista da educação. (Machado, 1999 *apud* Guerra, 2011, p. 47).

Sobre os irmãos da Mestra Ritinha e de Luiz Cassiano, sabe-se que todos eram professores em Sabará, mas nenhum deles foi homenageado na cidade por nenhuma das administrações municipais, até o momento. São eles: Ana Emília Martins Pereira (1869–1914); Virgílio Lafayette Martins Pereira (1874 – Morte); Maria Luiza Martins Pereira (1879–1936). Somente Luiz Cassiano Martins Pereira Júnior, como dito anteriormente, e a Mestra Ritinha são homenageados em ruas da cidade, levando seu nome em placa de endereçamento.

É importante ressaltar que muitos foram os homens e mulheres que deixaram em Sabará, as marcas de sua experiência social e profissional, mas poucos os que tiveram seus nomes registrados nas praças, nas escolas, nas placas que endereçam becos, ruas e avenidas entre outros *lugares de memória* desta histórica cidade. Ainda que construídos para serem lembrados, os *lugares de memória* oscilam entre a lembrança e o esquecimento. Lembranças e esquecimentos que se agregam às vivências subjetivas e cotidianas dos habitantes da antiga Sabará produzindo uma seleção pessoal e coletiva da memória que se pretende eternizar. Entretanto, pensar numa placa encharcada de memórias, incita a busca das condições de produção, de circulação e uso dessa memória e instiga a compreensão dos sentidos político e social implícitos a esses *lugares*. (Guerra, 2011, p. 35-36).

A autora Guerra (2011, p. 92) também sugere ter havido um branqueamento tanto da Mestra Ritinha, quanto de seu irmão, Luiz Cassiano Martins Pereira Júnior e, os fatores apontados são evidentes demonstrações de colonialidade de poder que gera o racismo e os apagamentos.

De acordo os autores Dávila (2006) e Scwarchs (2001), citados por Guerra (2011), o branqueamento da raça atrelava-se ao lugar e à posição social ocupados pelos negros, o que não

descarta o racismo, pois essas pessoas ganhavam alguma significação somente por causa do que faziam e não por serem humanas.

Então quer dizer, era uma pessoa que soube se fazer destacar. Ai a cor, tornou-se de menor importância para as pessoas daquela época. Era uma pessoa importante, uma pessoa que sabia se posicionar [...] no caso do Luiz Cassiano, foi isto. Imagino que com D. Ritinha também foi oportunidade, embora seja uma pessoa de gabarito, de instrução. (Bouzas, [s.d.], *apud* Guerra, 2011, p. 89).

Todos esses processos e atitudes citados são geradores dos apagamentos da nossa história e, em específico, da história de Sabará, pois a cidade ainda se mantém racista, segregacionista e são poucas as pessoas que conhecem sua história. Enfim, tanto os moradores, quanto alguns pesquisadores sempre repetem o que contou o colonizador. Esse fator nos faz perceber que muitos foram os que lutaram em prol das liberdades, de uma vida digna, mas infelizmente ficaram no esquecimento para sempre, outros estão aos poucos sendo descobertos por pesquisadores, como no caso de Epaminondas, e outros são lembrados apenas porque fizeram parte da elite sabarense.

É importante ressaltar que o relato sobre os feitos do rábula não teve o objetivo de biografá-lo, mesmo porque o foco da nossa pesquisa é outro, mas falar de Bento Epaminondas e mostrar suas ações e suas lutas abolicionistas é trazer à memória, o que a elite tentou apagar/não revelar e, lembrando que,

tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1990, p.426).

E para manter a lembrança ativa é que ainda apresento breves considerações sobre pessoas negras que marcaram a história sabarense, com ações que reafirmam os territórios negros e as culturas que por eles transitam. Nessa perspectiva, trago Luzia Pinta, mulher negra, forra, nascida em Luanda/Angola, viveu aproximadamente até os 12 anos de idade em sua terra natal em posse de Manuel Lopes de Barros, seu então senhor. Segundo a historiografia, Luzia vivia nas redondezas da Capela de Nossa Senhora da Soledade, no morro da Soledade, zona rural de Sabará. Luzia Pinta foi trazida para o Brasil por volta do ano de 1712, em condição de escravizada. Estabeleceu-se na recém-criada Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

Em 1718 essa escravizada comprou sua própria liberdade das mãos de seus então senhores, João Pinto Dias e Manoel Pinto Dias. Luzia se destacou na sociedade colonial de Vila Real do Sabará por sua prática do Calundu, termo genérico utilizado para definir a prática religiosa africana em geral, até o final do século XVIII, sendo substituído mais tarde por candomblé. Isso demonstra sua resistência em sua crença vinda da África, apesar de ter sido condenada pela Santa Inquisição.

A autora Laura de Mello e Souza (1986, p. 355), aponta que, “Luzia, calundreira, foi antepassada cultural das mães-de-santo do Brasil”, termo referente à sacerdotisa de religiões de matriz africana e que provavelmente, durante grande parte de sua vida ela tenha dedicado à difusão de suas práticas religiosas de curandeirismo e, em específico, em Sabará, nas Minas Gerais setecentistas, o que reforça a ideia de Sabará como um grande território negro fomentador de várias ações com referência negra.

Outra mulher negra resistente foi Bárbara Gomes de Abreu e Lima. Segundo o autor Eduardo França Paiva (1999), Bárbara, ex-escravizada, em Sergipe Del Rei, teria comprado sua própria alforria, provavelmente, por coartação<sup>10</sup>, se instalou em Sabará, ganhando destaque na sociedade sabarense, por ter conseguido ascensão social e mobilidade na cidade. “Morava no largo da igreja matriz da Vila do Sabará, endereço nada modesto”. A história de Bárbara demonstra sua resiliência, resistência e a habilidade das mulheres negras na construção de suas próprias vidas e identidades em um contexto de escravidão e discriminação racial. (Paiva, 1999, p. 996).

O reconhecimento da cultura e da história negra significa um processo de resistência, e de reparação histórica, ação que tem sido reivindicada pelas diversas organizações e iniciativas que buscam combater o racismo e a desigualdade racial enfrentada pela população negra no país, ações que nesse trabalho podem ser entendidas como *movimento negro* (Gonzaga, 2011, p. 34).

São esses movimentos e as suas ações que fizeram com que em 2025 estejamos resgatando as histórias escondidas e invisibilizadas. No contexto dessa pesquisa, podemos dizer que resgatar a história dos territórios negros e de pessoas que os construíram é provocar o que o quilombola Nego Bispo chama de *contracolonialidade*.

Para Nêgo Bispo, o movimento ou prática contracolonial busca descolonizar e reverter os efeitos do colonialismo, promovendo a valorização da memória de homens e mulheres que

---

<sup>10</sup> A Coartação era o pagamento parcelado da alforria, efetuado pelo próprio escravo ao seu senhor.

marcaram a história negra desse País. Dessa forma, pensar e trazer à visibilidade os territórios negros de Sabará é realizar o processo contracolonial, pois será ir de encontro aos apagamentos, rompendo com o *saber sintético* que é o conhecimento produzido por meio de métodos científicos e acadêmicos, muitas vezes desligado da experiência prática e da tradição, para dar lugar aos *saberes vivos* que referem-se ao conhecimento que é dinâmico, em constante transformação e que se desenvolve através da prática e da experiência cotidiana.

Essas formas de resistência que vão de encontro aos estigmas forjados sobre os negros de subalternidade intelectual e moral e submissão vêm produzindo algumas mudanças nas legislações do Brasil, principalmente, na área da educação, e tais mudanças precisam ser divulgada.

## **CAPÍTULO 2: SABARÁ GEOHISTORIOGRAFADA<sup>11</sup> NO TEMPO E NO ESPAÇO: CONTEXTUALIZANDO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O MUNICÍPIO DE SABARÁ**

A Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico produzido por meio da dinâmica das relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente. É responsável também por analisar as dinâmicas das relações entre a sociedade e a natureza, capazes de transformar o espaço vivido, ou seja, o espaço geográfico. A maneira como essas relações são estabelecidas confere à Geografia sua identidade muito peculiar e sua relevante importância no campo das Ciências Humanas e Sociais. E para que serve a Geografia? Pergunta que o geógrafo francês Yves Lacoste se fez e, respondendo aos seus próprios questionamentos acerca do que é essa ciência magnífica, o mesmo responde discorrendo que, “a Geografia serve antes de mais nada para fazer a [...] [colonização]” (1988). Nesse caso, Lacoste (1988) aprofunda em sua resposta se reportando ao sentido mais amplo da Ciência geográfica, afirmando que a geografia é um instrumento para operações militares, sendo esta, estrategista para vencer o inimigo em uma guerra, pois, é sabido que somente quem conhece o seu território, ou seja, seu espaço geográfico, tem condições de vencer a guerra posta.

O autor nos alerta sobre a importância da geopolítica, área que estuda as relações entre a geografia e o poder, para a compreensão dos conflitos internacionais. A frase também evidencia que a Geografia não se limita ao estudo dos conflitos armados, mas que ela é fundamental para a compreensão de diversos outros fenômenos sociais, econômicos e ambientais, como urbanização, globalização, mudanças climáticas, distribuição e organização dos territórios e dos recursos naturais, entre outros. No cenário sabarense, essa ciência serve para explicar as peculiaridades do seu território e as mudanças nele ocorridas.

O autor Milton Santos (2006, p. 66), argumenta que não é o espaço em si, mas o espaço-tempo-ação, uma entidade complexa e viva que carrega a marca das sociedades que o habitam. Dessa maneira, o espaço é, por sua vez, a totalidade que inclui a camada física e as dinâmicas sociais que nele ocorrem, além de estar em constante mudança. Portanto, em Sabará, essas mudanças acontecem constantemente, seja por fatores políticos, naturais, como as enchentes, seja pela ação antrópica, que vêm mudando a configuração territorial inicial. Nesse sentido, Santos (2006) afirma que,

---

<sup>11</sup> Podemos conceber este termo, como a análise das formas: espacial, temporal e histórica de um determinado local e também, que estuda a vida humana no seu relacionamento com o ambiente natural e com o território configurado geograficamente.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (Santos, 2006, p. 38).

## 2.1. Sabará e a lenda do Sabarabuçu

Por volta de 1674, a região de Sabará era conhecida como Sabarabuçu, havendo duas versões para a origem do nome “Sabará”, sendo a primeira, narrada pelo geógrafo brasileiro, Theodoro Sampaio, no livro “*O Tupi na Geografia Nacional*”, com sua primeira publicação datada de 1901:

SABARÁ – ant<sup>12</sup>. Tabará, de que se fez Tabaraboçú, como se vê em velhos documentos. Tabará é a forma contrata de Itabaraba, Itaberaba que é itáberaba, a pedra reluzente, o cristal. SABARABUÇÚ ant.<sup>13</sup>. Tabará-boçú, corrupção de Itaberaba-uçú, que significa pedra reluzente grande, ou o cristal grande, que também se entende como serra resplandecente, lugar lendário entre os colonos<sup>14</sup> do primeiro século da conquista<sup>15</sup>. (Sampaio, 1987, p. 310).

Já no livro “*História Antiga das Minas Gerais*”, o autor Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos (1904), para explicar a segunda versão da origem do nome “Sabará”, baseia-se no fato de que,

Os indigenas, fingindo que os rios grandes eram paes dos pequenos e seus afluentes, chamavam o rio das Velhas, que era da Barra para baixo, pae (Çuba) e da Barra para cima Çubará (pae partido). E assim chamavam çubará-buçú ao braço maior (pae partido grande); e ao menor çubará-mirim. Era este o que vae da Itabira. Posteriormente por abreviatura, este ficou se chamando Rio das Velhas, e aquelle simplesmente Sabará. (Vasconcellos, 1904, p. 37)<sup>16</sup>.

Provavelmente, “as populações indígenas que viviam nesta região foram eliminadas ou expulsas pelas bandeiras paulistas que cruzavam os sertões em busca de riquezas minerais”, como afirmam os autores, Thales Santos e Clarice de Assis Libânio (2018, p. 182).

A historiografia aponta que em 1674, chegou à região, a bandeira de Fernão Dias Paes, dando início ao que se tornaria o mais importante arraial fundado pelo bandeirante paulista. No entanto, essa história encontra forte contestação pelo médico, historiador e professor Zoroastro

<sup>12</sup> ant - se refere à palavra “antigamente”.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Colonizadores.

<sup>15</sup> Optamos por preservar a grafia original, por ser uma língua da qual não dominamos e também em respeito ao autor, pois, assim, evitaremos cometer os gritantes erros já vistos, para esta mesma citação.

<sup>16</sup> Optamos por preservar a grafia original.

Viana Passos, em várias obras sobre Sabará, nas quais foram escritas com farta documentação e pesquisas em todos os arquivos de Sabará, Ouro Preto e também no Arquivo Público Mineiro. Desse modo, Passos (1942), contrapondo ser Borba Gato, o ‘descobridor’, relata que, “o baiano audaz, muito antes do paulista, já em 1555, senão antes, na viagem de penetração de Spinosa, viera aos sertões do Sabará, muito antes de Vila Rica e Mariana”. (Passos, 1942, p. 25).

Em “*História Média da Minas Gerais*”, Vasconcellos (1918) relata como foi o alvoroço das descobertas do ouro em Sabará e também confirma que Spinosa já estivera no Sabarabussu, bem antes do outro bandeirante, o paulista. Nesse sentido, ele diz que,

Começando apenas estas diligencias, eis que foi despertado pelas noticias do estrondoso descobrimento do ouro no Sabará, confirmando-se de modo completo as lendas e brilhantes chimeras que vogavam desde os tempos de Spinosa. A simples realidade que se verificava nos ribeiros opulentos justificava os sonhadores de riquezas; e, pois, não se deve admirar que de todos os recantos do sertão se pusessem a caminho grupos anciosos de chegar a tempo de apanhar o metal á flor da terra. (Vasconcellos, 1918, p. 24)

Por outro lado, apesar das contestações de Vianna Passos (1942), a história trazida pelos órgãos competentes, tais como a Prefeitura municipal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dão conta de que Sabará foi o primeiro povoamento de Minas Gerais, surgido ao final do século XVII, pela entrada da bandeira de Fernão Dias Paes e de seu genro Borba Gato, em busca de esmeraldas da mítica região do Sabarabuçu, que significa, “montanha resplandecente” e de outros tesouros desejados por Portugal.

Nesse sentido, há muita controvérsia na história da cidade, como afirma o pesquisador Passos em seu livro “*Em torno da História de Sabará*”, e também a autora Lucia Machado de Almeida, no livro, “*Passeio a Sabará*” (1964).

Almeida (1964, p. 44), critica o fato de um dos casarões da cidade levar o nome do Bandeirante Borba Gato e, enfatiza que tal homenagem é sem cabimento algum, [...] “Não tão requintada quanto o Solar do Padre Correia, se bem que interessante com seus balaústres de madeira e seu ar bem século dezoito, é a ‘Casa-Nobre’ chamada sem fundamento ‘Casa de Borba Gato’<sup>11</sup>, situada na rua da cadeia”. Essa mesma autora, ainda no resumo de seu livro, diz que a casa é “erradamente chamada Casa de Borba Gato”.

Acreditamos que essa homenagem ao “indigitável”, nas palavras de Passos (1942), não é bem vista e nem aceita por muitos pesquisadores, pois, um território que abriga um rico acervo bibliográfico, como é o do Museu do Ouro, receber o nome de “Casa Borba Gato”, é quase uma afronta à inteligência dos moradores da cidade.

Tal casa hoje é tombada pelo IPHAN, com o Número do Processo: 167-T-1938, no Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 123, de 17/06/1938 e funciona como um anexo do Museu do Ouro, onde estão arquivados documentos referentes à história da cidade, mas atualmente se encontra fechada para a reforma do prédio. Porém, o atendimento aos pesquisadores segue o fluxo contínuo, de forma remota, através de requerimento on-line de pesquisas e devolutivas do acervo de modo digitalizado pelo arquivista responsável.

Ao procurar o órgão responsável pelo acervo histórico da cidade, que funciona na casa citada por Almeida (1964, p. 44), como “Casa Nobre”, o arquivista nos informou que sobre nossa demanda de pesquisa, em particular, infelizmente, não constam dos registros, por causas desconhecidas e, salientou que uma boa parte da história está perdida, sem os registros oficiais. Essa justificativa apresentada pelo arquivista vai ao encontro do que os/as pesquisadores/as das relações étnico-raciais caracterizam como consequência do racismo, que produziu o apagamento de grande parte da história negra, inclusive, pela destruição de documentos, como ocorreu no início da República, quando Rui Barbosa, então ministro, autorizou a queima dos documentos sobre a escravidão.

No livro “*Em torno da história de Sabará, volume II*” (1942), Passos escreveu extensivamente sobre a história de Sabará, abordando diversos aspectos da cidade, como a riqueza. Ele detalha a importância de Sabará durante o ciclo do ouro, descreve também como a cidade se tornou um dos principais centros de mineração no século XVIII. Além disso, ele explora a arquitetura colonial, as igrejas históricas e a cultura local, destacando a influência dos bandeirantes, sem deixar de fazer ressalvas, como mencionado anteriormente e destaca a importância dos escravizados africanos na formação da sociedade sabarense.

Segundo a pesquisadora Cleide Janine Jardim, em sua Dissertação de Mestrado, “*Espaços não escolares em Sabará: ensino e aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica para além das fronteiras do IFMG*” (2023),

A constituição histórica do município [de Sabará] tem uma relação estreita com os aspectos geográficos do lugar. O município se desenvolveu a partir da ocupação de áreas adjacentes aos leitos dos rios Velhas e Sabará por bandeirantes em busca de minerais preciosos. As características do solo e a presença de água eram de suma importância para a fixação das comitivas e, posteriormente, dos povoados. (Jardim, 2023, p.26).

## **2.2. Sabará – Sede da Comarca do Rio das Velhas.**

A Comarca do Sabará ou Comarca do Rio das Velhas, em razão do rio homônimo que corre

por seu território foi a mais extensa de Minas Gerais. Foi no Rio das Velhas que recursos auríferos foram descobertos, dando ensejo à criação do território das Minas, que pertenceu à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, e posteriormente, à Capitania de Minas Gerais, interiorizando a ocupação da América Portuguesa. Os inúmeros arraiais que se formaram na comarca nos anos setecentos registram, sobretudo, nomes de origem portuguesa, seguidos dos relacionados aos nomes compostos por línguas diferentes e nomes indígenas. Esses nomes, embora não predominantes, nomearam vilas e arraiais importantes no século XVIII e permaneceram para referenciar cada região, apesar das mudanças verificadas nos séculos seguintes. Dentre eles, destacam-se: Caeté, Paracatu, Pitangui, Sabará e Itabira.

Atualmente, essa grande área da antiga Comarca do Rio das Velhas compreende principalmente municípios das regiões Noroeste de Minas, Norte de Minas, Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte.

Nesse aspecto, a autora e pesquisadora Thais Nivia de Lima e Fonseca, observou que,

Sabará esteve, portanto, ligada ao processo de construção da estrutura administrativa da Capitania de Minas Gerais, tendo sido, durante todo o século XVIII, uma importante povoação, não apenas por sua posição como Vila e cabeça de Comarca, mas também por ter se tornado um importante centro da economia da região, passagem para os caminhos da Bahia, polo do comércio e da exploração aurífera, além de situar-se em região próspera nas atividades agrícolas. (Fonseca, 2005, p. 3).

**Figura 1 - Mapa da Comarca do Sabará pertencente a Capitania de Minas Gerais**



Fonte: BNDigital<sup>12</sup>, José Joaquim da Rocha (1777).

Inscrição constante no mapa:

Mapa da Comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Gerais: esta descrição a mandou fazer o Illm [Ilustrissimo] e Exmo [Execentissimo]. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grande trabalho do seu autor / José Joaquim da Rocha o fez. (BNDigital, 2025).

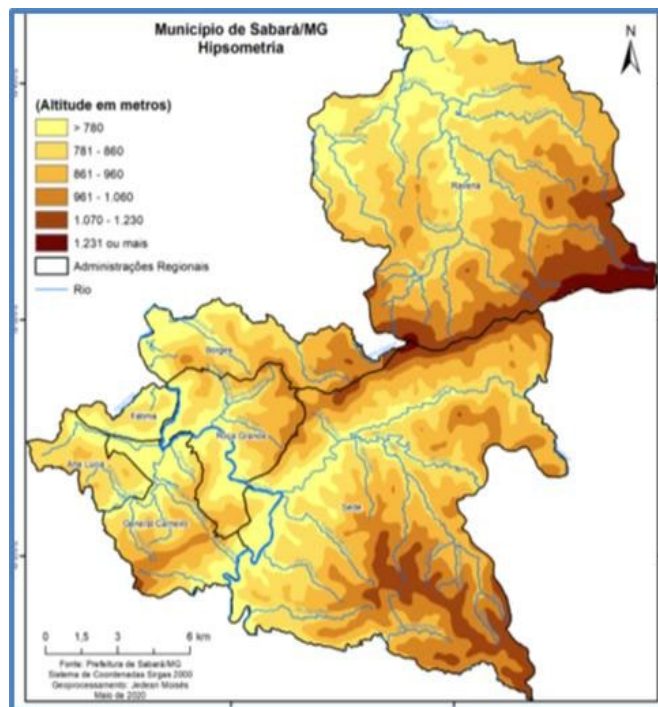
### 2.3. O município de Sabará na atualidade

Sabará é uma cidade brasileira de origem colonial, situa-se na Região Sudeste do Brasil, no estado de Minas Gerais, pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O município de Sabará também está localizado no Complexo Geológico do Quadrilátero Ferrífero do estado, região que abrange mais de 30 municípios e que possui uma área de, aproximadamente, 7.200 Km<sup>2</sup>. Sua diversidade de formas do relevo é

associada aos processos de erosão diferencial, que levam à formação de relevos de cristas, vales e colinas. (Sabará Didático, 2021, p. 39). Limita-se com os municípios de Nova Lima, Raposos, Caeté, Taquaraçu de Minas, Santa Luzia e Belo Horizonte. Tendo como características geográficas: área territorial de 302,453 km<sup>2</sup>, sendo que, 31 km<sup>2</sup> do seu território estão em perímetro urbano.

**Figura 2 - Mapa Hipsométrico do município de Sabará/MG**



**Fonte:** Programa Sabará 360° (2024).

**Figura 3 – Localização de Sabará no Brasil e em Minas Gerais**



Fonte: Wikipedia (2025).

O censo demográfico do IBGE de 2022 apresenta o clima do território sabarense, como o tropical de altitude, que é caracterizado como fronteiroço entre o tropical com estação seca e o tropical de altitude (ou subtropical úmido), com fuso horário - Hora de Brasília (UTC-3<sup>13</sup>) e com verões moderadamente quentes e úmidos e invernos secos e agradáveis. A temperatura é amena durante o ano, com médias variando de 18°C a 23°C, sendo a média anual de 19°C. O município também possui como curso d'água o ribeirão Sabará, um afluente da margem direita do Rio das Velhas e, portanto, um subafluente do rio São Francisco. Drena uma área de 238 km<sup>2</sup>. Sua nascente está localizada no município de Caeté, a uma altitude de 1300 metros na Serra da Piedade.

Segundo o censo demográfico de 2022, a população é de 129.380 pessoas residentes, como apontado no Quadro 1. Apresenta também uma densidade demográfica de 427,7 hab./km<sup>2</sup>.

## 2.4. População de Sabará - Dados dos Censos Demográficos de 2010 e de 2022

**Quadro 1 – Dados dos Censos Demográficos de 2010 e de 2022**

<b>Sabará – Censo de 2010 – População residente – Raça ou Cor</b>					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
1.945	34.871	153	70.374	18.927	<b>126.270</b>
1,54%	27,61%	0,12%	55,74%	14,99%	<b>100%</b>
<b>Sabará – Censo de 2022 – População residente – Raça ou Cor</b>					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
112	34.243	117	68.997	25.906	<b>129.380</b>
0,09%	26,47%	0,09%	53,33%	20,02%	<b>100%</b>
<b>Sabará - Censo de 2022 – Raça ou Cor – diferença em porcentagem</b>					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
-94,24%	-1,80%	-23,53%	-1,96%	36,87%	<b>2,46%</b>

Fonte: IBGE (2022), adaptado pela autora (2024).

O quadro evidencia as diferenças entre os dois períodos distintos apresentados nos dados dos Censos de 2010 e 2022, analisados em porcentagem, positiva e/ou negativa, de acordo com cada item referente à População residente – Raça ou Cor, levando em consideração o processo de autoidentificação das pessoas em 2022.

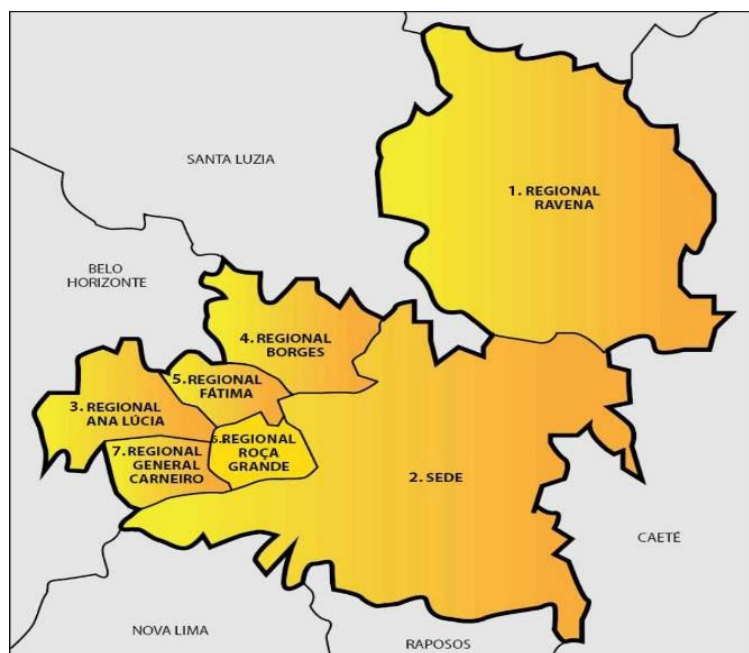
O Censo de 2022 aponta uma população de 129.380 habitantes, distribuído da seguinte forma: a população que se autoidentifica como amarela soma um total de 112 pessoas e um percentual de 0,09% do total, para a população autoidentificada como branca a soma é de 34.243 pessoas e um percentual de 26,47% do total, já a população autoidentificada como indígena soma 117 pessoas e um percentual de 0,09% do total, para a população autoidentificada como parda a soma é de 68.997 pessoas, apontando um percentual de 53,33% do total, já a população que se autoidentifica como preta, a soma é de 25.906 e um percentual de 20,02%, do total das 129.380, pessoas recenseadas. Desse modo, observa-se que, de acordo

com os dados, as pessoas da cidade são autoidentificadas na sua maioria negra, de raça/cor parda ou preta, esses dados mostram também que houve um começo de autoidentificação racial das pessoas com sua cor, revelando um aumento significativo relativo de pessoas com esse pertencimento.

Entendemos que em Sabará, ainda são necessárias Políticas de Educação para as Relações Étnico-raciais, para que todos possam expressar sua verdadeira identidade, sem temor de discriminação por suas características físicas ou seus traços fenotípicos, permitindo que cada um/a seja verdadeiro/a consigo mesmo/a e também para que compreendam a importância desse registro para a organização das políticas públicas.

Atualmente, Sabará conta com distritos e sete regionais, os quais têm como objetivo organizar a infraestrutura e os serviços locais disponibilizados pelo município.

**Figura 4 - Regionais de Sabará**

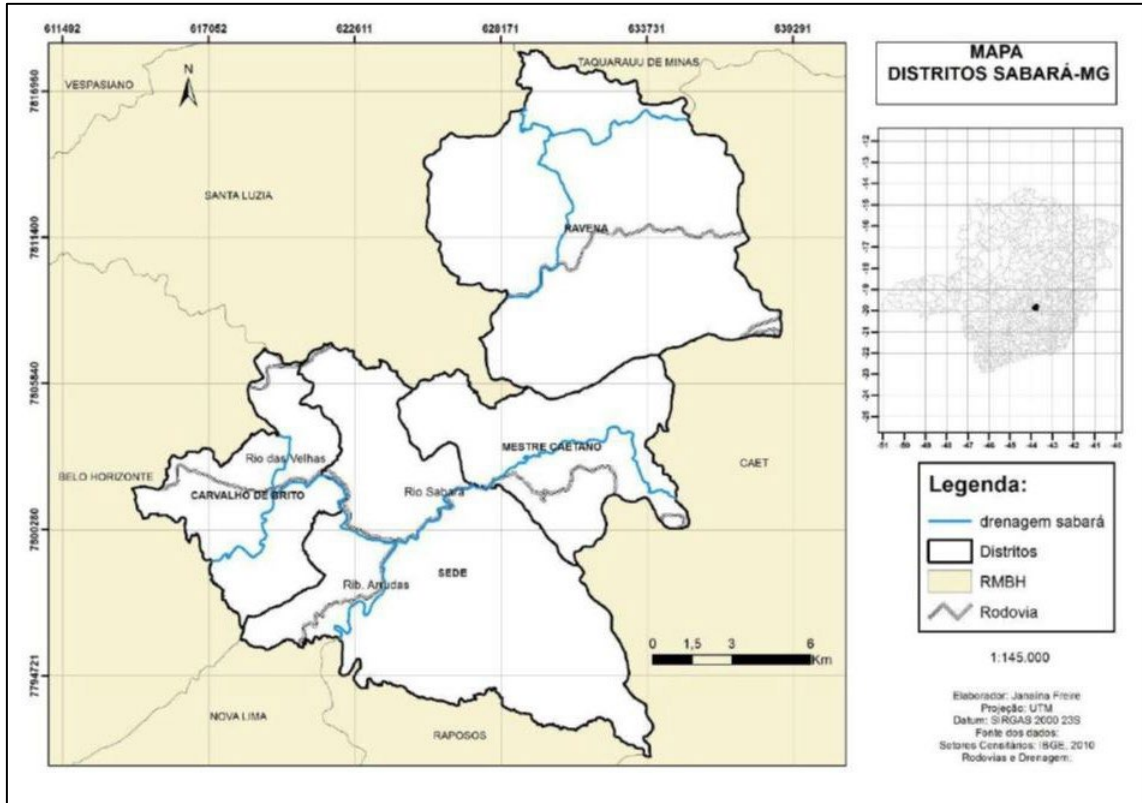


Fonte: Sabará Didático (2021) – adaptado pela autora (2024).

**Legenda - Numeração de cada regional representada no mapa do município de Sabará.**

1. Regional Ravana;
2. Regional Sede;
3. Regional Ana Lúcia;
4. Regional Borges;
5. Regional Fátima;
6. Regional Roça Grande;
7. Regional General Carneiro.

**Figura 5 – Mapa dos distritos de Sabará/MG**



Fonte: IBGE (2010).

## CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.1. Confluência, Transfluência e a Construção de Espacialidades no Contexto Geográfico.

Os territórios são estabelecidos no espaço geográfico, lugar onde há confluência<sup>17</sup> ou até mesmo transfluência<sup>18</sup>, entre o homem e a natureza.

Embora o geógrafo Milton Santos não use em seus trabalhos a expressão “territórios negros” no sentido de um conceito geográfico, tais como, um quilombo ou uma comunidade de maioria negra, seu pensamento busca explicar como o racismo é um fator estruturante da organização do espaço e do território brasileiro, que nega a cidadania e a plena apropriação do espaço por parte da população negra, principalmente a população brasileira e, ao mesmo tempo, ele mostra o potencial de resistência e invenção que emerge dos lugares onde essa população está concentrada. Nesse sentido, Milton Santos busca diferenciar o conceito de território como algo “estático” para algo em “movimento”.

Portanto, para Santos, o território é um espaço em movimento, moldado pelas ações humanas. Desse modo, ele se refere à materialidade do território, sua configuração física, como relevo, hidrografia, infraestrutura, sendo, pois, elemento fixos. Para esse autor, o território usado é o espaço utilizado pelas pessoas e os objetos a que ele se refere, são as casas, estradas, fábricas, representando assim, essa materialidade. O autor afirma que as atividades humanas que ocorrem no território, como trabalho, lazer, deslocamento, são as ações que envolvem os sujeitos em constante transformação pelas interações humanas. Ele considera que o espaço carrega a história e a cultura de um povo, suas marcas, sua identidade e significados, sendo que a fluidez virtual, proporcionada pelas tecnologias da informação, contrasta com a fluidez real, que depende das ações humanas no território.

O território são as formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passam por aí. De um lado temos a fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normalmente trazidas. (Santos, 1994, p. 16).

Dessa maneira, Milton Santos nos convida a pensar o território não apenas como um

<sup>17</sup> Confluência: Encontro ou fusão de diferentes correntes de pensamento, conhecimento ou práticas.

<sup>18</sup> Transfluência: Troca e intercâmbio de conhecimentos e práticas entre diferentes culturas e tradições.

cenário físico, mas como um espaço social, em constante construção e transformação pelas ações humanas. Ele realizou uma vastidão de estudos e análises sobre o território brasileiro e suas várias facetas, apontando assim, as suas principais características de ordem física e geopolítica e também a sua produção sob a ótica da globalização, o que ele sempre criticava, dizendo que, “essa globalização não vai durar. Primeiro, ela não é a única possível. Segundo, não vai durar como está porque como esta é monstruosa, perversa. Não vai durar porque não tem finalidade”. (Santos, 2002 [1978], p. 80).

Nesse sentido, discordo do autor (Santos, 2002), quando ele diz que “essa globalização não vai durar. Primeiro, ela não é a única possível”. Penso que embora seja teoricamente possível desafiar a atual hegemonia das forças que moldam os sistemas globais, considero que para isso acontecer, são necessárias transformações estruturais no campo da tecnologia, do capital financeiro e da interdependência econômica, que consolidaram um modelo específico e demonstram uma forte resistência e capacidade de adaptação, pois da forma como o mundo está organizado e funciona em termos de política, economia e sociedade é praticamente impossível reverter esse quadro. O autor prossegue, “Segundo, não vai durar como está porque como esta é monstruosa, perversa. Não vai durar porque não tem finalidade”. Entretanto, apesar da perversidade, a história demonstra que sistemas sociais e econômicos podem persistir por longos períodos, mesmo sendo caracterizados por desigualdades, injustiças e impactos negativos significativos. Todavia, a monstruosidade e a perversidade de um sistema econômico não são garantias de seu colapso automático, pois a alta sociedade frequentemente possui mecanismos de manutenção do poder, como controle político, econômico e ideológico, além da capacidade de agregar ou reprimir oposições. Sobre a falta de “finalidade”, mesmo que não seja moral ou desejável para todos, a globalização tem uma finalidade, que pode ser vista como facilitadora da circulação de bens, serviços, informações e pessoas, ainda que essa circulação seja desigual.

Portanto, considero que a globalização é um sistema que veio para ficar. Por não ser um modelo inclusivo, a nossa tarefa é a de construir alternativas dentro e fora desse sistema, buscando espaços de autonomia e solidariedade que apontem para um futuro desejável, pois, a longevidade desse sistema, “apresenta uma originalidade primordial: a existência e grupos sociais cujos interesses ligam-se diretamente à economia global”. (Cataia, 2020, p. 237). Ao compararmos a globalização à colonização e ao racismo, ainda presente em nosso país, é importante ficarmos atentos, pois todos os três elementos mencionados causam exclusão das

classes menos favorecidas. Então, é crucial uma luta constante contra todos eles, principalmente contra os dois últimos, que ainda são os piores inimigos, sem deixar de lado a “perversa” globalização.

Ambos os processos – a globalização, com suas manifestações excludentes e o racismo/colonialismo, operam por meio da criação e manutenção de grande diferença, disparidade, discrepância de poder e da exclusão de grupos específicos em benefício de outros. Por trás da globalização (quando ela exclui), do racismo e do colonialismo, existe uma maneira de operar que não é explícita. Essa maneira cria e mantém grandes diferenças de poder, marginalizando alguns grupos e beneficiando outros. Entender essa dinâmica oculta é o primeiro passo para construir um mundo mais justo e inclusivo para todos.

Na síntese teórico-conceitual feita pelo autor Lucas Labigalini Fuini (2015), o autor enfatiza os vários conceitos a respeito de território na obra do geógrafo Milton Santos, citando que, “em geral, Milton Santos nos traz uma linha de análise territorial mais preocupada com os mais frágeis e seus lugares, e desde sempre, com os territórios em países subdesenvolvidos, como o seu”. “O território são as formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado”. O território hoje, pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede” (Santos, 1994 *apud* Fuini, 2015) e, por conseguinte, “O território usado, aparece como uma categoria de análise se comportando como o ‘fundamento do trabalho, lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida’”. (Santos, 2002, p.14, *apud* Fuini, 2015, p. 255).

O autor Marcelo Lopes de Souza (1995, p. 78) afirma que “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Portanto, a demarcação de um território é um modo de exercício do poder de um determinado povo sobre outros povos subalternizados, em se tratando de variadas questões, dentre elas, a geográfica. Então, pensar em território como espaço estabelecido e demarcado é pensar também nos espaços segregados, como os territórios negros, limitando assim, esses territórios para além da classe social envolvida, em decorrência do racismo, tanto em Sabará, quanto em nível mundial, pois, segundo o mesmo autor, “*onde há relações de poder, estas se projetam sobre o espaço formando o território*” (Souza, 2019, p.79, *apud* Vasconcelos, 2024, p. 247) (Grifos meus).

O autor Rogério Haesbaert (2023), em seu artigo, “*Conceitos Fundamentais da Geografia – Território*”, analisa a questão do poder imbricado no Território argumentando que “o território, deve ser lido para além do poder”, desse modo, o autor defende uma concepção

ampliada de território, que é, ao mesmo tempo, espaço de controle, limites, funcionalidade e exploração e também onde o território é carregado de significados, marcas do espaço vivido, valor de uso, laços de pertencimentos, identidade e forma de exercício apropriação de resistência. (Haesbaert, 2023, p. 2).

Nesse sentido, Haesbaert (2023) continua sua linha de pensamento a respeito do Território, ressaltando sua importância e destacando elementos, além do poder estabelecido nesses Territórios. Segundo ele, “é imprescindível entender o território a partir dos múltiplos sujeitos sociais envolvidos nas dinâmicas de des-re-territorialização<sup>19</sup>, especialmente considerando as distinções e imbricações entre classes ou grupos hegemônicos e classes ou grupos subalternizados”. (Haesbaert, 2023, p. 3).

Os **territórios negros** podem ser compreendidos, como aponta a autora Daniele Machado Vieira (2017),

enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) exercida por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por estes. (Vieira, 2017, p. 42).

O geógrafo e autor Alecsandro José Prudêncio Ratts, em “*Questões urbanas e racismo*” (2012, p. 230-232), destaca que os territórios, sobretudo, os territórios negros, devem ser compreendidos em sua complexidade, considerando as práticas culturais, as relações sociais e as resistências que ocorrem nesses territórios e que a categoria “lugar” ajuda a capturar essa dimensão mais ampla, envolvendo a experiência vivida e a identidade das pessoas que ocupam esses territórios. Portanto, esses Territórios Negros, são entendidos como lugares de compartilhamento, alegria, festas, liberdade, sociabilidade, manifestações e práticas religiosas e, principalmente, lugar de luta e resistência ao racismo e à desigualdade social. Para a Geografia contemporânea, o território é o espaço apropriado, delimitado, demarcado por um ator coletivo (o Estado, as empresas, as religiões, os grupos étnicos, etc.) (Ratts, 1996). Neste sentido é que tratamos de territórios negros, de espaços apropriados, marcados, qualificados por grupos negros, ainda que não sejam exclusivos (Ratts, 2001). Tais territórios podem ser fixos ou flexíveis (Leite, 1991). O território pode se articular com a categoria lugar a partir da

---

<sup>19</sup> Des-re-territorialização é o processo de perda de um território ou vínculo com ele (desterritorialização), seguido pela criação de novas ligações ou a recuperação de um novo espaço (reterritorialização).

identificação de comunidades negras rurais como lugares e de um território negro onde estes locais tornam-se ou são considerados lugares para uma parte de moradores, vizinhos ou outros atores. Desta forma, “[...] o território pode ser composto por um “repertório de lugares” de um grupo social (Ratts, 2003 *apud* Ratts, 2012, p. 230 -232).

A autora Azânia Mahin Romão Nogueira (2020), em seu artigo, “*A Construção e Apagamento de Territórios Negros*”<sup>20</sup>, anuncia que os territórios negros “são expressões espaciais que geografam as relações raciais e essas relações têm formas diversas de se expressar na sociedade no mundo todo, é com a mesma multiplicidade que os territórios negros se apresentam” (Romão Nogueira, 2020, p.159.)

Essa mesma autora nos chama à atenção citando Benedito (2013), acerca dos elementos necessários para a determinação da existência de um território como sendo negro. Assim, apresenta a pluralidade de suas características,

São múltiplos elementos que caracterizam o que aqui chamamos de territórios negros, fatos espaciais definidos a partir de relações de poder focadas na perspectiva racial, onde a identidade negra se faz presente, seja pela autodeclaração daqueles que se apropriam daquele espaço, seja pela presença de “marcadores culturais e simbólicos” (Benedito, 2013, p. 99, *apud*, Romão Nogueira, 2020, p. 159).

Romão Nogueira (2020) faz referência a esses marcadores como,

as organizações sociais, como coletivos e organizações do Movimento Negro; culturais, como escolas de samba, grupos de capoeira, clubes negros, bailes música black e funk, rodas de samba e pagode; religiosas, como irmandades negras e terreiros de religiões de matriz africana; políticas, que vão desde atuação de partidos, como a Frente Negra, na década de 1950, até a posição de poder dentro desses territórios ocupados por negros, como líderes religiosos, políticos, moradoras/es antigas/os ou de maior prestígio social, comerciantes, professoras, benzedeadas e parteiras. (Romão Nogueira, 2020, p. 159 - 160).

### **3.2. Territórios Negros como espaços de confluência e biointeração**

Denominamos “Territórios Negros em Sabará”, os territórios que são ocupados por pessoas descendentes de africanos sequestrados na África e trazidos à força para o Brasil para a realização de trabalho forçado. Desse modo, a autora Daniele Machado Vieira, em sua dissertação de Mestrado: “*Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*” (2017), nos aponta que,

<sup>20</sup> Revista da ABPN • v. 12, n. 34 • Set - Nov 2020, p.157-181

O território negro [...] [é] concebido enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) exercida por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades. (Veira, 2017, p.43)

### 3.3. Os territórios negros em Sabará

Segundo Romão Nogueira (2018) a discussão conceitual acerca dos territórios negros está focalizada em outras ciências humanas, especialmente na antropologia. Já a formação espacial dos territórios negros não pode ser pensada de maneira dissociada de outros processos de urbanização, como a segregação urbana, e as relações raciais inerentes às dinâmicas sociais. (Nogueira, 2018, p. 204).

Em pesquisa recente para conclusão do curso de graduação em Turismo, a autora Allana Karla Rosado de Souza (2022) traz um trabalho sobre os territórios em Sabará, propondo meios de valorização da cultura afro na cidade. Em todo o trabalho de pesquisa, a autora diz apenas, “territórios”, mas nas nossas citações iremos acrescentar “negros”, ficando assim: “territórios negros”, uma vez que as localizações e pontos turísticos pesquisados por ela, nos são entendidos como “Territórios Negros”.

Nesse sentido, a autora faz um mapeamento de Espaços e Monumentos existentes na cidade de Sabará, dos quais iremos nos valer e aprofundar nossos estudos, buscando mais elementos para sustentação da pesquisa feita por ela e também para complementar a nossa escrita sobre os Territórios negros de Sabará. A autora relata que muitos dos “entrevistados da sua pesquisa, não se sentiram confortáveis para iniciar a conversa sobre a cultura afro de Sabará”, desse modo, ela percebeu na fala dos entrevistados “a falta de valorização do negro e o racismo existente na cidade que fazem com que muitos moradores se sintam acuados e desprotegidos diante do olhar dos outros, dos estigmas e dos preconceitos enfrentados”. (Souza, 2022, p. 76).

Portanto, em Sabará, são encontrados vários territórios negros que foram bem ativos e, outros que caíram em desuso e no esquecimento da população, porque as histórias de lutas nesses/desses territórios não são mais contadas e vividas, pois grande parte desses territórios estão silenciados, principalmente os que professam a fé religiosa de matriz africana, revelando, assim, a continuidade da prática do racismo religioso, como aponta uma das professoras entrevistadas para essa pesquisa ao relatar sobre um trabalho realizado pela professora de História e pela professora de Ensino religioso, da escola onde ela trabalha.

A professora entrevistada diz que viu nas atitudes dos pais dos alunos, “um racismo

religioso”<sup>21</sup>, ao tentarem impedir que seus filhos participassem das discussões sobre o tema “comida de terreiro”, que uniu gastronomia, história, religião, ancestralidade e resistência cultural. Segundo ela, os pais “não queriam que os alunos fossem à escola, participassem daquela discussão, ou comessem daquela comida que eles mesmos fizeram”. Esse fato evidencia a cultura do ódio desencadeada pelo domínio eurocêntrico, que por sua vez, acredita que há somente uma forma de cultivar o transcendente.

Para o autor, Sidnei Nogueira (2020), “O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta”. Portanto, para esse autor, é possível afirmar que “o racismo não recai somente sobre os povos pretos e pretas, mas também sobre [...] as origens da religião, das práticas, crenças e sobre os seus rituais”. (Nogueira, 2020, p. 27).

Sabará é, em si, um território negro, posto que teve o seu solo ocupado por africanos e africanas escravizados que trabalharam arduamente na construção da cidade e na extração de minerais que enriqueceram os brancos senhores.

Atualmente, tem uma população majoritariamente negra que preserva em seus territórios uma variedade de manifestações culturais que vão desde as religiosas de matriz afro-brasileira, perpassando, assim, pelas ditas “profanas”, tais como as festas carnavalescas, com seus blocos caricatos e a artesanaria de riqueza tamanha e produzida por seus moradores e, adquiridas das gerações anteriores. Na busca ativa pelos territórios negros que atravessam entre a invisibilização e o reconhecimento pelos professores de Geografia que atuam em Sabará, trazemos aqui alguns deles, pois sabemos que são muitos e demanda muita pesquisa e muito tempo para catalogá-los e/ou trazê-los à vista para que sejam registrados pelos órgãos competentes, não podendo nos esquecer que, ao propor essa pesquisa, nosso objetivo era saber se os professores de Geografia lotados na cidade de Sabará reconheciam esses territórios e se os incluíam em suas matrizes curriculares de ensino. Destacaremos alguns territórios negros em Sabará que são/foram ocupados por pessoas descendentes de africanos escravizados, que resistiram e ainda resistem contra o sistema que continua a hegemonia do poder.

Em que pesem as respostas das sujeitas entrevistadas girarem em torno dos temas, resistência, identidade, cultura e educação, não apontando especificamente os territórios negros que existem em Sabará, buscamos alguns territórios físicos e simbólicos, que devido à sua

---

<sup>21</sup> O Racismo religioso é um conjunto de práticas violentas que expressam a discriminação e o ódio pelos povos de terreiros e comunidades tradicionais de religiões de matriz africana e seus adeptos, assim como pelos territórios sagrados, tradições e culturas afro-brasileiras. Ler mais em: Basta de Racismo Religioso: <https://criola.org.br/iniciativas/basta-de-racismo-religioso>

história, relevância e trajetória do/nesse espaço vivido, consideramos como territórios que existem em Sabará, buscamos alguns territórios físicos e simbólicos, como por exemplo, os quilombos, espaços de associativismos negros, como clubes, monumentos, praças, territórios sagrados de Umbanda e Candomblé e também as irmandades religiosas, bem como os territórios simbólicos.

Podemos afirmar que em Sabará os espaços físicos, como os quilombos, os monumentos históricos, os territórios sagrados de matriz africana, como é o caso das igrejas do Rosário, tanto da sede, quanto dos distritos, os terreiros de Umbanda e de Candomblé, as casas de benzedeadas e de benzedores, são configurados como territórios negros. Desta maneira, configuram-se também como territórios negros, os associativismos negros em Clubes Sociais Negros, os grupos que ensinam a capoeira e a tocar tambor, a festa de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, os grupos de Congados, Marujos e Catopês, as Guardas de Marujos de São Sebastião, de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora Aparecida, Guarda de Marujos de Santo Expedito e de Nossa Senhora do Rosário, tanto as da sede como dos distritos.

### 3.3. Território Negro - Igreja de Nossa Senhora do Rosário

**Figura 6 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Barra do Sabará - Igreja do Rosário.**



Fonte: [https://www.emsabara.com.br/pontos-turisticos/\(2025\)](https://www.emsabara.com.br/pontos-turisticos/(2025))

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, (Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Barra do Sabará), é conhecida por todos os moradores e também pelos turistas que visitam a cidade, como *Igreja de Pedra*. Está situada na Praça Melo Vianna, no centro de Sabará. Teve sua construção iniciada no ano de 1767 ou 1768 pelos negros escravizados que tinham o desejo de

obterem privacidade para cultuar a Santa, que, segundo reza a oralidade, é protetora dos negros, a quem têm grande devoção e ainda a preservação da cultura africana, ora proibida no país.

Atualmente essa igreja é frequentada tanto pelos fiéis negros, quanto brancos, que se reúnem para os festejos de Nossa Senhora do Rosário e para os demais cultos euro-cristãos. Possui no seu interior uma pequena capela de taipa, que seria provisória até que se construísse o novo templo, mas acabou ficando como definitiva, dada à não conclusão do templo maior. Nela ainda se rezam as missas e no seu interior, segundo Fonseca e Menezes (2004, p. 43), “funciona a Exposição de Arte Sacra com imagens e peças séculos XVII e XVIII, [...] tal exposição é sempre aberta ao público”.

Rita de Cássia Alves (2013), em sua Dissertação de Mestrado: “*A Africanidade no Currículo: a Lei Federal nº10.639/03 e as práticas curriculares de escolas públicas de Sabará*”, relata sobre a prática do Culto à nossa Senhora do Rosário, dizendo que,

existem três interpretações para a devoção dos negros por Nossa Senhora do Rosário. A primeira é de que a santa os escolheu, ela estava ‘presa’ a uma pedra, caboclos e marujos tentaram retirá-la, sem sucesso, um grupo de homens negros realizou a terceira tentativa e a imagem se ‘desprende’ das pedras, assim sendo eles interpretaram como se ela os tivesse escolhido. A segunda versão é de que a devoção cresceu entre os escravizados, pois estes encontraram no rosário orações mais simples, e por isso a santa se popularizou entre os homens e mulheres negros. Ainda há alguns que atribuem a percepção mais fácil da fé no rosário, sendo este um objeto concreto (o terço) que deve ser tocado e manuseado durante as orações. As duas últimas versões carregam ideias preconceituosas, que inferiorizam a inteligência dos primeiros seguidores de Nossa Senhora do Rosário, com as orações sendo simples, eram mais fáceis de serem aprendidas; ou a facilidade em reconhecer a imagem pelo terço. Enfim, fato é que Nossa Senhora do Rosário foi acolhida pela população negra brasileira como protetora e representante da religiosidade católica. (Alves, 2012, p. 92 – 93).

Pelo fato dessa igreja possuir uma arquitetura belíssima e estar localizada no centro de Sabará, ela torna-se referência para o turista e também cartão postal, pois, quando se fala em Sabará, logo vem à mente das pessoas essa igreja, deixando as demais numa posição secundária no quesito visita. O IPHAN aponta que por motivos financeiros a igreja teve suas obras interrompidas por várias vezes, com retomada em 1878, pelos “Irmãos do Rosário [que] não mediram esforços para concluir as obras da igreja, mas foram impedidos pela dispersão religiosa dos negros, fruto da Abolição que se daria mais tarde. (IPHAN, 2024).

Desse modo, essa igreja foi por mim identificada como um território negro, por ter um significado marcante para a população negra, visto que, ao mesmo tempo em que servia de

amparo social, também era um lugar onde as pessoas negras podiam cultivar a fé, mantendo assim suas tradições religiosas africanas sem medo e/ou opressão, pois as irmandades eram importantíssimas naquele período em que os negros viviam sob o jugo da escravização.

Nesse sentido, Marcelo (2018) chama de “entre irmãos” os vínculos entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e os membros do Clube Mundo Velho em Sabará (1870- 1910). Assim, o autor analisa os livros de atas, tanto do Clube Social Negro Mundo Velho, quanto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Barra do Sabará, e acredita que havia um possível compartilhamento e confluências das mesmas instâncias de sociabilidade entre as pessoas que frequentavam esses dois territórios. Assim, ele percebe termos similares, no que diz respeito aos seus fins, que eram, principalmente enterros, assistência médico-hospitalar dos enfermos, melhorias na qualidade de vida das pessoas ex-escravizadas, e daquelas que ainda viviam sob o jugo da escravidão, segundo afirma,

No Brasil, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se configuraram a partir de um caráter leigo e sua formação estava ligada a agrupamentos de devotos. Os objetivos dessas instituições giravam em torno do auxílio mútuo, da solidariedade e na devoção católica, através de festas e construção de templos. Com bases nos modelos portugueses, essas associações tiveram pleno florescimento durante o século XVIII e buscavam se adaptar às circunstâncias locais, mas sem perder suas características de origem. Embora fossem independentes uma das outras, essas irmandades tinham uma base comum e compromissos da sorte de presos, entre outras “obras de misericórdia”. (Marcelo, 2018, p. 192).

### 3.4. Território Negro - Clube Mundo Velho: lugar de resistência sociabilidade

Figura 7 – Clube Mundo Velho



Fonte: <http://institutomundovelho.blogspot.com.br/>(2025)

**Figura 8 - Território físico do Clube Social Negro – Mundo Velho**



Fonte: <http://institutomundovelho.blogspot.com.br/> (2025)

Segundo a autora Rita de Cassia Souza Félix Batista, em sua tese de Doutorado “*Clubes Negros na Espacialidade Urbana de Juiz De Fora*” (2015), o Clube Mundo Velho, em Sabará, foi “fundado em 02 de março 1894, por ex-escravizados e seus descendentes como opção de lazer e cultura uma vez que lhes era proibido de acesso aos clubes frequentados pela sociedade branca” (Batista, 2015, p. 131). A intenção era proporcionar diversão aos “irmãos de cor” (denominação utilizada à época), por meio do associativismo negro. Também era o modo de praticar o *mutualismo*, característica do povo negro desde a sua chegada em solo brasileiro, trazido por meio de tráfico humano realizado em África, nos mais variados países daquele continente, especificamente em Costa do Marfim e Angola, com números mais expressivos, sucessivamente, segundo o IBGE. Desse modo, esse clube “tornou-se a única referência de lazer para a população negra local.” (Batista, 2015, p. 131).

A autora Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos Santos (2023), em sua Dissertação de Mestrado sobre o associativismo negro, “*Clube Recreativo Mundo Velho-MG: resistência a racialização no pós-abolição (1894 - 1955)*”, relata a criação do Clube Social Negro – Mundo Velho como um espaço de luta e resistência dos negros nos pós-abolição e, considera “os movimentos associativos dos negros como a soma das variadas formas associativas [de] pessoas escravizadas [e que esses movimentos] [...], surgiram a partir da urgência de lutarem por sobrevivência a todas as práticas de dominação e desumanização (Santos, 2023, p. 13).

Por outro lado, a mesma autora (Santos, 2023, p. 18) diz que “após a abolição, associativismo negro deixou de se articular em torno das irmandades formadas desde o período colonial, para se organizar em sociedades de assistência mútua, educativa, recreativa ou de religião afro-brasileira”. A autora ressalta esse fato citando o autor Moraes (2019) em seu artigo “*A República e as festas da abolição - Resistência e liberdade no pós-abolição*”.

Ao findar a escravidão, as irmandades religiosas negras perderam a sua função de proteção ao irmão escravo, mas continuaram tendo um papel ativo entre a população liberta da capital federal, permanecendo como um ambiente de sociabilidades e solidariedades negras, além de cumprirem papel político na promoção de festas que celebravam os símbolos negros. (Moraes, 2019 *apud* Santos, 2023, p. 44).

Observa-se que há um apagamento da história e da memória do negro no Brasil, devido ao racismo imperante, que nega toda a nossa trajetória, construção e enriquecimento do País. É inegável a contribuição dos escravizados nessa construção, mas esse racismo é estrutural, velado e às vezes escancarado. Assim, o Clube Mundo Velho,

nasceu da demanda por espaços de socialização e recreação para a população negra, historicamente excluída dos espaços tradicionais da cidade, estando intimamente ligado a manifestações de cunho popular como as congadas e a folia-de-reis. Seu nome tem origens ligadas ao período imperial brasileiro, sendo uma alusão à monarquia portuguesa, oriunda do velho continente ou Mundo Velho. (Velho, 2025)<sup>22</sup>.

O Clube Mundo Velho firmou-se como espaço popular onde operários, trabalhadores domésticos, ferroviários e trabalhadores informais reuniam-se em eventos de significativa importância para eles, que também eram os seus mantenedores, ao contrário do que se observava no Clube Cravo Vermelho em Sabará, fundado pela sabarense Isaura Orsini em 31 de dezembro de 1921, após 27 anos da fundação do Clube Mundo Velho, e que apresentava uma estrutura física diferente e possuía outros objetivos, tais como,

reunir rapazes e moças de famílias tradicionais da cidade para brincar o carnaval. Os bailes aconteciam nos salões da sua residência, o antigo “Sobrado do Barão”, e algumas vezes no sobrado de Dona Sofia Dias (Solar Jacinto Dias), de Dr. José Alves Nogueira e de Francisco Varela ‘Chico Managente’. (Folha de Sabará, 2021) (Folha de Sabará, 2021)<sup>23</sup>.

Ao descrever como os rapazes e as moças da época eram reunidos para os bailes, a matéria

<sup>22</sup> Instituto Mundo Velho. Tema Espetacular Ltda.. Imagens de tema por fpm. Tecnologia do Blogger. - quinta-feira, 10 de outubro de 2013 - Agenda de Outubro / 2013

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://folhadesabara.com.br/noticia/14635/clube-cravo-vermelho-chega-ao-seu-centenario>>

jornalística destaca que estes/as, pertenciam às famílias tradicionais, evidenciando assim, uma situação racista e, por conseguinte, segregacionista na escolha dos convidados da Sra Isaura Orsini, promotora das festas. Tanto os europeus e certas personalidades da cidade, com o perfil relatado, podiam se ajuntar para os bailes, porém, o espaço ficava cada dia menor, sendo preciso construir outro espaço e com sede própria, para que pudessem selecionar de forma “legítima” seus frequentadores. Nesse sentido, com a necessidade de um espaço maior para que a elite sabarense e os europeus que chegaram à cidade na década de 1920 pudessem se divertir, iniciase a construção da sede própria do clube, sendo concluída em 1932. Ao término da obra, as festas de Réveillon, da Primavera, Junina, Bailes de Debutantes e Bailes carnavalescos passaram a ser comemoradas nesse clube, que recebia apoio financeiro da “Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, na época conhecida popularmente apenas como Siderúrgica”. (Folha de Sabará, 2021) O nome desse clube, “Cravo Vermelho” é uma homenagem da sua fundadora, a Sra Isaura Orsini, ao então governador de Minas, Arthur Bernardes, que costumava usar um cravo vermelho na lapela. (Folha de Sabará, 2021).

Segundo Souza (2022), as “pessoas negras e pobres eram impedidas de entrar no referido clube” e que “apenas [as] pessoas negras que ocupasse um cargo de destaque ou tivesse um poder aquisitivo alto, ou tocasse jazz poderiam entrar no clube”. Ressalta ainda que a “participação dos negros neste clube era em sua maioria apenas para prestação de serviços”. (Souza, 2022, p. 76).

Do pioneiro clube recreativo Mundo Velho, originou-se, nas primeiras décadas do século XX, o bloco carnavalesco Mundo Velho, considerado uma das mais antigas agremiações do gênero existente no Estado de Minas Gerais, perdendo apenas para o bloco "Zé Pereira", de Ouro Preto, que em 2020 já contava com seus 153 anos. Assim, nos seus primeiros desfiles, como faziam outros grupos da época, o Mundo Velho escolhia as ruas e as casas para o trajeto, que seriam palco das suas manifestações políticas, festivas e de suas brincadeiras, semelhantemente às que deram origem às primeiras escolas de samba do Brasil.

Segundo Gabriela Mendes Davoli,

o clube iniciado em 1867, na cidade de Ouro Preto - Minas Gerais, carrega a tradição do Zé Pereira. A tradição trazida pelos portugueses ao Rio de Janeiro, surgiu no Brasil em 1846, graças a José Nogueira de Azevedo Paredes, sapateiro português, que como é contado, saiu da Rua São José, nº 22, seguindo pelas ruas do Rio de Janeiro, vestido com calças amarradas pelo suspensório e chapéu, com um imenso bigode, tocando seu bumbo desordenadamente. (Davoli, 2020, p. 2).

Atualmente, o grupo Bloco carnavalesco Mundo Velho é “[...] um dos últimos a possuir elementos estruturais originais de um bloco carnavalesco, sendo eles: o hino, o estandarte, a banda de jazz (com instrumentos tradicionais de sopro e percussão) e os descendentes de escravos [escravizados] como base da sua diretoria”. (Velho, 2025)<sup>24</sup>.

Em 28 de setembro de 2005, em busca de melhorar sua administração e a captação de recursos, a diretoria do Clube Mundo Velho aprovou a alteração de seu estatuto transformando-o em Instituto, mantendo inalterados o hino, o brasão e o nome da instituição. Portanto, esse território negro se configura atualmente como instituto, podendo continuar com as ações desenvolvidas desde o seu princípio, pois,

Ao completar 118 anos de existência o Clube Mundo Velho ciente da necessidade de preservação do seu passado e prepara-se para os desafios do futuro. Considerado até o momento a segunda entidade social de afrodescendentes mais antiga do país, representa Minas Gerais junto às demais organizações congêneres e junto a órgãos do Governo Federal (Fundação Palmares, SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial), tendo participado ativamente do I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em novembro de 2006 no Rio Grande do Sul e sediando o II Encontro Nacional dos Clubes Sociais Negros e o I Encontro Estadual em janeiro e fevereiro de 2009. (Velho, 2025)<sup>25</sup>

Segundo a autora Janaína Aparecida Guerra (2011),

a memória da cidade de Sabará não se limita ao cenário histórico. Ela também está presente, em um significativo patrimônio cultural composto por diferentes manifestações festivas, costumes e celebrações religiosas, tais como: as tradicionais procissões; os carnavais de rua; as poucas, mas ainda preservadas, celebrações afro-brasileiras como o Congado e a Folia de Reis; e os festivais gastronômicos da Jabuticaba e do Ora-pro-nobis. (Guerra, 2011, p.34).

### **3.5. O Congado em Sabará – resiliência e resistência contracolonial**

Segundo o Iphan, “o Congado ou Congada é uma forma de celebração da devoção a Nossa Senhora do Rosário e os santos negros São Benedito, Santa Efigênia e outros santos da devoção católica” (IPHAN, 2024). Essa celebração está intrinsecamente ligada às experiências religiosas no Brasil, assim, o Congado guarda relações com as formas expressas na religiosidade africana. Todavia, a maior parte dos congadeiros preferem dizer “Reinado de Nossa Senhora do Rosário”. O Congado é uma celebração popular que envolve dança, canto,

<sup>24</sup> Blog IMV - Instituto Mundo velho

<sup>25</sup> Instituto Mundo Velho. Tema Espetacular Ltda.. Imagens de tema por fpm. Tecnologia do Blogger. - quinta-feira, 10 de outubro de 2013 - Agenda de Outubro / 2013

música e cortejo, que também pode ser lida como um símbolo das “resistências organizadas por irmandades negras, de escravos e/ou libertos com a eleição, coroação e cortejo de seus próprios soberanos”, como indica Rafael Antônio Motta Boeing, em sua Tese de Doutorado, “*Uma Riqueza Que Eles Nos Deixaram’: Memórias e patrimônio de uma Guarda de Marujo em Sabará/MG*” (2022, p. 236).

Desse modo, está sendo realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dessa manifestação cultural segundo aponta o Iphan, acessado em: 16/04/2025<sup>26</sup>. O anúncio foi feito durante a reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, em Belo Horizonte, após a apresentação do dossiê para registro dos “*Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário em Minas Gerais*”. O objetivo desse dossiê técnico é, portanto, apresentar aspectos da caracterização histórica e antropológica dos Caminhos, expressões e celebrações do Rosário em Minas Gerais, argumentando acerca dos valores e movações que sustentam sua proposição como bem cultural imaterial mineiro. Além disso, apresenta propostas para a construção de seu Plano de Salvaguarda. O dossiê visa subsidiar a deliberação do Conselho Estadual de Patrimônio de Minas Gerais sobre seu registro como patrimônio cultural imaterial do estado. (IEPHA, 2024, p. 17).

Dessa maneira, para esse reconhecimento, foi feita a análise do referido dossiê pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, em seguida, deliberou-se sobre o reconhecimento dessas expressões como Patrimônio Cultural do estado. Portanto, o congado é uma das mais significativas expressões culturais de Minas Gerais, oficializado como Patrimônio Imaterial do Estado, no dia 03/08/2024. À época, o Secretário de Cultura de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, falando da importância desse reconhecimento como patrimônio histórico de Minas Gerais, dos Caminhos, do Rosário e das Congadas, disse que “o bem material, a gente tomba e o bem imaterial a gente protege”<sup>27</sup>.

O registro dos *Caminhos, expressões e celebrações do Rosário em Minas Gerais* como patrimônio cultural do Estado, portanto, não está relacionado a algum risco de perda ou desaparecimento da prática, como muitas vezes trata-se os bens de natureza imaterial no universo patrimonial. Pelo contrário, ao longo dessa pesquisa observou-se a vitalidade pulsante do bem cultural. Através das dimensões da celebração religiosa que se interpõem e se expandem no cerne da prática; das formas de expressão atreladas às fesvidades, com sua musicalidade

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/333>>

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://cbn.globo.com/belo-horizonte/noticia/2024/08/03/governo-de-minas-gerais-torna-congado-patrimonio-imaterial-do-estado.ghtml>>

negra, entoada por tambores<sup>28</sup>, gungas<sup>29</sup> e patangomes<sup>30</sup>, que acompanham dançantes vestidos com indumentárias de uma infinidade de cores e estilos; de Reis e Rainhas coroados; de cortejos que ocupam as cidades e espaços públicos; dos trânsitos e trocas nas visitas entre guardas; da partilha do alimento, esse bem cultural narra a história de Minas Gerais pelas vozes e corpos da ancestralidade negra que construiu o estado, além de promover e fortalecer o bem estar coletivo, a memória e autoestima das comunidades e das pessoas negras.

No município de Sabará existem várias guardas que preservam a tradição do congado como manifestação típica da região. O Congado é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira que mistura elementos do catolicismo com tradições africanas, combinando dança, canto, teatro e espiritualidade. Em Minas Gerais, especialmente em cidades como Ouro Preto e Sabará, as festas de Congado são momentos importantes de celebração e resistência cultural.

Nesse sentido, Rafael Boeing (2022) entende o congado como “o complexo ritual e simbólico constituído em torno [dos] festejos, com três elementos fundamentais: a coroação de reis e rainhas negros, a reverência aos antepassados e a devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia”. (Boeing, 2022, p. 20).

De acordo com esse autor, “todas as guardas de marujos existentes no município hoje foram refundadas ou trazidas justamente de comunidades do interior do estado, sobretudo da região de Conceição do Mato Dentro”, mais precisamente do “então distrito de São Sebastião do Rio Preto/MG”. Segundo esse mesmo autor, o processo migratório das pessoas dessa região se deu em meados do XX, em busca de oportunidades de trabalho no complexo ferroviário e industrial existente em General Carneiro, Sabará. (Boeing, 2022, p. 25).

Bernardina Rich, uma das minhas entrevistadas, menciona que em General Carneiro, bairro de Sabará, vizinho ao seu, “tem uma comunidade de Congado muito forte. [...] é muito expressivo aqui na cidade” (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024). De igual modo, Boeing (2022) afirma que nesse bairro, em meados do século XX, houve uma corrida migratória para Sabará, sendo que a maior parte desses migrantes veio em busca de melhores oportunidades de trabalho, tanto na ferrovia, quanto na indústria. Esse mesmo autor relata que entre os migrantes estava um senhor por nome de Raimundo Tobias e outros membros de uma família oriunda da zona rural do distrito de São Sebastião do Rio Preto/MG, desmembrado de

---

<sup>28</sup> O tambor é um instrumento de percussão com um corpo cilíndrico e peles tensionadas, que pode variar em tamanho e material.

<sup>29</sup> As gungas são dois pedaços de madeira ou metal, que são batidos juntos para produzir um som metálico.

<sup>30</sup> O patangome, também conhecido como folha, é um instrumento feito de folha de flandres, que pode ser preenchido com sementes ou esferas de chumbo.

Conceição do Mato Dentro, cuja emancipação ocorreu em 30 de dezembro de 1962, por meio da lei nº 2.764.

Em General Carneiro, fixaram residência e,

trouxeram consigo os saberes de uma tradição centenária, a antiga Marujada do Engenho, herdada de seus antepassados em duas linhagens de mestres, os “Zacarias” e os “Garangui”. Reunindo parentes de diversas cidades, entre eles o Sr. José Pedro Máximo Júnior, essas pessoas fundaram, então, a Guarda de Marujo de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro, registrada em 11 de outubro de 1966. (Boeing, 2022, p. 25).

Antes de acontecerem as manifestações públicas, os responsáveis pela tradição, homens e mulheres, jovens e crianças, majoritariamente negros, se reúnem para a organização dos festejos em espaços que podem ser classificados como territórios negros. Ali reatualizam os ensinamentos aprendidos em África e ressignificados no Brasil, como estratégia para manutenção da tradição. É importante lembrar também as perseguições sofridas pelas guardas de Congado que não podiam celebrar junto com os brancos nas mesmas igrejas.

### **3.6. Guarda de Marujos de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro**

A Guarda de Marujos foi fundada em General Carneiro, distrito de Sabará, na década de 1960, pelo Sr. Raimundo Tobias. Muitos dos familiares do casal Seu Marcílio Lourenço e Dona Maria Aparecida, hoje fazem parte dos Marujos de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro. O filho Marcelo Lourenço assume a função de Mestre Caixeiro juntamente com seu pai Marcílio, que é quem conduz a espada como Primeiro Capitão. As mulheres participam como dançantes, o que é um fato novo, pois, anteriormente, a guarda não possuía mulheres dançantes. Os apitos são usados pelos capitães da guarda como sinal de início e de término das marchas que tocam.

**Figura 9 – imagem de congadeiro do bairro General Carneiro**



Fonte: <https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

**Figura 10 - imagem de congadeiros do bairro General Carneiro**



Fonte: <https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

**Figura 11 - imagem dos congadeiros adultos e congadeiros mirins do bairro General Carneiro**



Fonte: <https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

**Figura 12 - imagem das congadeiras do bairro General Carneiro**



Fonte: <https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

**Figura 13 - imagem dos congadeiros do bairro General Carneiro**



Fonte: <https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

**Figura 14 – imagem de congadeiro do bairro General Carneiro**



Fonte: <https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

Além da Guarda de Marujos de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro, Sabará conta também com outras guardas.

### **3.7. Território negro – Capoeira**

A capoeira pode ser vista como uma expressão cultural negra e um território negro no sentido de que ela surgiu e se desenvolveu como uma resposta à violência e à exclusão sofridas pela população negra no Brasil. Mesmo após a abolição da escravidão, a capoeira continuou a ser praticada e preservada principalmente por comunidades negras, tornando-se um símbolo de sua luta por direitos, reconhecimento e justiça social. Hoje, embora a capoeira seja praticada por pessoas de diversas origens, sua essência e sua história a mantêm profundamente enraizada na experiência e na cultura negra.

De igual modo, o site da Câmara dos Deputados<sup>31</sup> relata que a capoeira surgiu como resposta à violência à qual os escravizados eram submetidos em tempos coloniais e imperiais no Brasil. A partir de golpes e movimentos corporais ágeis, a luta permitia que eles se defendessem das brutais perseguições dos capitães do mato, cuja atribuição era capturar quem havia fugido.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>

Acredita-se que a origem do nome capoeira tenha relação aos locais onde o esporte era praticado: em campos abertos e sem vegetação. Esta técnica era também uma forma de preservar a cultura de origem e desenvolver laços entre os praticantes.

Símbolo da resistência negra, a capoeira no Brasil se apresenta em duas modalidades: **Angola**, que resgata a herança africana em cantos e gingados mais lentos e próximos ao chão e tem entre os seus expoentes os baianos Mestre Pastinha, Mestre Didi, etc. e **Regional**, criada por Mestre Bimba. Nessa modalidade, os gestos são mais ligeiros e realizados em pé, com cantos mais marcantes.

Para as autoras Adriana Raquel Ritter Fontoura e Adriana Coutinho de Azevedo Guimarães (2008, p. 141-150), “a capoeira é a única luta brasileira que utiliza instrumentos musicais”<sup>32</sup>. No entanto, acredito que a capoeira não é apenas uma luta ou uma dança, mas sim, uma manifestação cultural que expressa a identidade afro-brasileira. Os cantos, os instrumentos musicais como o berimbau, os movimentos e a filosofia da capoeira refletem a herança africana e a luta histórica por reconhecimento e liberdade. Todavia, ao longo dos séculos, a capoeira foi transmitida de geração em geração dentro das comunidades negras, como forma de manutenção da história e seu significado como um espaço de resistência e afirmação cultural.

Portanto, a capoeira nasceu como uma ferramenta de resistência dos africanos escravizados e ainda se manifesta como um fio condutor de expressão das resistências, ou seja, a capoeira não é apenas uma arte marcial histórica, mas sim uma manifestação cultural que carrega viva a memória da luta dos povos negros contra a opressão e que ainda serve como um canal para expressar diversas formas de resistência nos dias de hoje.

### **3.7.1 Grupo Kilombo do Palmares – O ensino e prática da capoeira em Sabará.**

O grupo foi fundado por Mestre Gival de Serrinha-BA em 1974 e o contra-mestre Tey trouxe a prática para Sabará e, junto com os professores Meio Kilo, Pernalonga, Dinamite, Raquel e Dani atuam no Grupo de Capoeira Kilombo dos Palmares na formação dos jovens<sup>33</sup>.

Em Sabará, desde 2002, o grupo Kilombo do Palmares vem ensinando capoeira aos jovens e realizando treinos na Praça de Esportes aos sábados a partir das 16h e no Bairro Adelmolândia às terças e às quintas-feiras a partir das 20h no Centro Social, além de participarem de projetos sociais em ONGs, associações, escolas e em comunidades.

É importante destacar que o grupo de Capoeira é denominado Kilombo dos Palmares,

---

<sup>32</sup> Revista da Educação Física/UEM Maringá, v. 13, n. 2 p. 141-150, 2. sem. 2002.

<sup>33</sup> Prefeitura Municipal: Disponível em: <<https://sousabara.com.br/>>

o que nos remete ao grande símbolo da resistência negra no Brasil, o quilombo homônimo. Atualmente, a capoeira é considerada umas das maiores manifestações culturais brasileiras e é reconhecida mundialmente como prática que une o esporte e a arte. A música é um dos elementos que distingue esta modalidade de outras lutas. Inclusive, é essencial para que o praticante seja considerado um capoeirista completo. Além dos movimentos corporais, os praticantes devem também saber tocar instrumentos de origem afro-brasileira como o atabaque, o agogô e o berimbau. Este último é o principal dos instrumentos e também o mais famoso e mundialmente associado à capoeira. Existem ainda diferentes maneiras de toques, como o ‘toque de cavalaria’, que era utilizado para avisar aos capoeiristas que a polícia estava se aproximando.

A celebração do Dia Mundial da Capoeira está prevista no Artigo 10 da Convenção Internacional da Capoeira, documento que criou a Federação Internacional dessa arte. O objetivo é congrega todas as comunidades de capoeira ao redor do mundo e estabelecer um organismo único de regulamentação do esporte.

Segundo o site da Câmara dos Deputados Federais<sup>34</sup>, em 2014, a prática da capoeira foi reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Assim, a tradição passa a ser vista como uma filosofia de mundo, buscando manter o respeito entre comunidades, promover integração social e salvaguardar a memória de resistência dos povos trazidos da África [e seus descendentes].

**Figura 15 – Grupo de capoeira Mestre Gival**



Fonte: Imagem da internet (2025)<sup>35</sup>

<sup>34</sup> Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional: Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://sousabara.com.br/cultura/conheca-o-grupo-kilombo-dos-palmares-que-ensina-capoeira-em-sabara>>

### 3.8. Território Negro – Carnaval

O Carnaval transcende a simples festa e o entretenimento, atuando como uma potente forma de expressão cultural, social e artística. Ao ocupar as ruas e avenidas, ele se torna um veículo para mensagens políticas e gritos de liberdade, onde o povo encontra voz e representatividade. Os foliões, mergulhados desse espírito de liberdade, ecoam os anseios dos excluídos, uma tradição que remonta a tempos passados. Todavia, os foliões se tornam vozes dos excluídos, desde tempos remotos, como no caso de Sabará, que logo após a abolição, pessoas negras e outras, criaram um espaço de resistência ao modelo escravista que ainda perenizava. Esse espaço era onde escreviam e ensaiavam os sambas-enredo que colocariam na rua.

Ademais, em Sabará, o bloco carnavalesco Mundo Velho surge nas primeiras décadas do século XX, consolidando-se como uma das mais antigas agremiações do gênero em Minas Gerais<sup>36</sup>. É notável a sua semelhança com os blocos carnavalescos do Rio de Janeiro que surgiram como uma evolução dos cordões, no final do século XIX e início do século XX. Esses blocos eram grupos organizados de foliões que se reuniam para brincar o Carnaval nas ruas de bairros específicos e mais tarde deram origem às primeiras escolas de samba do Brasil, como as da cidade do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, as escolas de samba mais tradicionais, como Mangueira, Portela, Império Serrano, Salgueiro, entre outras, nasceram sob a proteção de pais e mães de santo, dentro de terreiros de macumbas e de candomblés, e têm orixás assentados em sua fundação, além de membros da bateria também tocarem em terreiros.<sup>37</sup>

O samba-enredo surgiu na década de 1930 e com a era do rádio, se difundiu por todo o país e encontra-se ligado à necessidade de um tema central e de uma narrativa musical para os desfiles das escolas de samba, portanto, é um meio de transmitir a mensagem da escola, muitas vezes abordando temas históricos, culturais, sociais e políticos. Portanto, os terreiros de Umbanda e Candomblé foram/são de suma importância para esse evento, pois esses espaços servem para as reuniões, instruções e também para reverenciar os Orixás que são os protetores das pessoas que levam para a avenida suas histórias, seus gritos, suas denúncias e busca de liberdade. Desse modo, para a jornalista e pesquisadora de cultura afro-brasileira, Claudia Alexandre, “a importância de trazer os orixás para o carnaval brasileiro é reafirmar que as divindades são parte fundamental da cultura das

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://sousabara.com.br/cultura/clube-mundo-velho/>>

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cultura/carnaval-e-visto-como-ferramenta-antirracismo-religioso-dizem-especialistas/>>

escolas de samba”<sup>38</sup>.

Segundo avalia o artista visual e babalorixá Carlos Aquino,

No carnaval, cultura e candomblé se misturam e, de certa forma, se retroalimentam. É uma oportunidade do Brasil e do mundo enxergarem o quanto a ancestralidade de religiões de matriz africana é inspiradora para os diversos tipos de manifestações artísticas<sup>39</sup>.

### **3.8.1 Bloco Afro 13 de Maio – Bloco carnavalesco.**

Os blocos afros são grupos carnavalescos que promovem a valorização da cultura e da pessoa negra, fortalecendo assim, a identidade da comunidade e consequentemente, a autoestima.

Nesse sentido, o *Bloco Afro 13 de Maio* é um bloco que também procura valorizar a cultura local e a história das pessoas negras da cidade de Sabará, fazendo o resgate da autoestima e a luta pela preservação da identidade negra da comunidade sabarense. Esse bloco possui sua sede na rua Treze de maio, no centro da cidade, onde também é o local dos ensaios. Carrega a influência do Olodum, utilizando instrumentos de percussão que possui a mistura de estilos do reggae e do samba.

Em 2025, segundo aponta o site da prefeitura municipal, o carnaval em Sabará contou com a presença de 6 mil foliões, tendo como destaque no dia 01/03, o Bloco Afro 13 de Maio, que arrastou a multidão ao ritmo dos tambores e da alegria, com o melhor da Bahia para Sabará<sup>40</sup>. O carnaval de Sabará sempre busca resgatar a tradição, através dos blocos e a ocupação das ruas da cidade, tanto pelos moradores, quanto pelos turistas que vem curtir a folia na cidade.

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cultura/carnaval-e-visto-como-ferramenta-antirracismo-religioso-dizem-especialistas/>>

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://site.sabara.mg.gov.br/>>

**Figura 16 – Bloco Afro 13 de Maio**



Fonte: <https://youtu.be/AfCfNCiXdvI?si=9ONfkIDCbK8Qrxo1>

**Figura 17 - Bloco Paraíso dos Moralistas**



Fonte: <https://folhadesabara.com.br/noticia/29378/o-mais-antigo-bloco-caricato-de-sabara-o-paraíso-dos-moralistas-convoca-a-população-a-participar-da-festa-de-carnaval>

### **3.8.2 Bloco Paraíso dos Moralistas**

É um bloco carnavalesco tradicional de Sabará, fundado em 1949 por quatro amigos em um bar que existia no Teatro Municipal. Esses amigos gostavam, além do futebol, de uma boa

conversa e muita farra. Como todas as escolas de Samba, os blocos precisam de um nome, o que não foi diferente com esse bloco. Depois de muita conversa e acerto do nome, os rapazes foram falar com o Delegado de polícia, o Capitão Agostinho, já levando a proposta de nome para apreciação da autoridade policial que, ao receber tal proposta, logo foi rechaçada, pois, o nome apresentado, “Tarados do Samba”, foi considerado impróprio pelo Delegado, pois, para ele, era uma afronta às famílias sabarenses que na sua concepção, eram muito religiosas. Após rechaçar tal nome, os rapazes deveriam apresentar outro nome e assim, o fizeram e, em contraposição, levaram o nome, Bloco Paraíso dos Moralistas, nome aceito pelo delegado. O nome desse bloco ficou marcado na história, de modo que seus integrantes não quiseram mudá-lo mais. O nome foi uma crítica à moralidade exigida pelo delegado da época, onde a sexualidade era rigidamente controlada e reprimida, especialmente para as mulheres. Esses delegados moralistas demonstravam diariamente sua intolerância em relação aos comportamentos e identidades que não se encaixavam nas normas estabelecidas. Após o aceite, o delegado impôs algumas regras e, ao expedir a autorização, para surpresa dos rapazes, a que regra que mais chamou à atenção foi a de que “não seria permitida a participação de pessoas bêbadas”. Todavia, entendo, que os Blocos carnavalescos são espaços de celebração e liberdade, portanto, a bebida faz parte do momento festivo para muita gente e, proibir essa bebida totalmente, seria ir longe demais, pois, a maioria das pessoas bebe socialmente e se comporta, mantendo o respeito nesse espaço onde a celebração, a liberdade, o Carnaval e a bebida são culturalmente ligados para muitas pessoas.

Todavia, um problema fundamental era a subjetividade e a liberdade de ação administrativa dentro dos limites permitidos em lei com que essa moralidade era aplicada. O que era considerado imoral ou atentatório à ordem pública à época podia variar significativamente de delegado para delegado, abrindo espaço para abusos de poder, corrupção e perseguição de grupos marginalizados ou desafetos. A falta de mecanismos claros de responsabilização e de supervisão externa robusta tornava mais violenta essa situação.

Assim como os outros blocos, destacados na pesquisa, tais como o Bloco Afro 13 de Maio, o Bloco Carnavalesco Mulheres do Ó e o veterano Bloco Carnavalesco Mundo Velho, o Bloco Carnavalesco Moralistas do Samba também representa um espaço simbólico de manifestação cultural e de resistência da população negra. Portanto, a inclusão desse bloco na dissertação como parte do território negro é justificada pela sua inserção em um contexto maior do carnaval de Sabará, o qual, por suas características intrínsecas, configura-se como um espaço simbólico fundamental para a expressão da negritude, da resistência e da identidade cultural afro-brasileira

na cidade. Todavia, todos os blocos destacados se tornam territórios negros porque: promovem o resgate da identidade e a memória, fortalecem o associativismo e a organização, reafirmam a presença e a contribuição negra, além de criar laços sociais e pertencimento na cidade.

### 3.8.3 Bloco Carnavalesco Mulheres do Ó

Outro destaque é o Bloco Mulheres do Ó, que conta com a presença de 100 mulheres de todas as idades, moradoras de Sabará. O bloco ganha notoriedade porque carrega a tradição, o legado negro e é formado por mulheres, tão invisibilizadas nos processos de construção da cidade. No carnaval de 2025, eles produziram uma letra de samba de enredo que resgata um pouco da história e a marca do tempo contemporâneo.

*Samba enredo do bloco carnavalesco Mulheres do Ó Letra: Márcia Regina.*

*Nós somos Mulheres De todas as cores*

*De várias idades*

*De muitos amores, ou poucos, mas amores diversos.*

*Somos Mulheres diversas, cada uma com seu jeito, sua história, seus sonhos, sua vida!  
Que o dia de hoje seja de lembrança e honra para as que vieram antes de nós e nos trouxeram  
até aqui, suas lutas, seus cuidados, seu amor...*

*Que a gente reconheça e valorize também as nossas próprias lutas, encontre nossos próprios  
caminhos e entenda que cada uma de nós tem sua beleza, sua força, seu brilho!.*

*Que cada uma tenha consciência de sua luz e que possamos exaltar o brilho umas das outras!  
Somos todas Mulheres do Ó!*

Fonte: <https://www.instagram.com/p/DG884WTy-rS/>

A letra do samba-enredo do Bloco Mulheres do Ó é uma poesia à pluralidade feminina e um tributo às nossas ancestrais, como uma forma de reconhecimento das muitas batalhas travadas anteriormente pelas nossas matriarcas e também das batalhas contemporâneas, travadas pela mulheres que lutam por direitos iguais, respeito e espaço dentro de uma sociedade machista e excludente, soando assim, como um meio de exaltação da beleza e força individual da mulher, sendo também um chamado à união e ao apoio mútuo entre todas as mulheres. Desse modo, essa poesia culmina em um forte senso de identidade coletiva e uma mensagem de empoderamento dessas mulheres, reconhecimento histórico e celebração da força feminina em suas diversas formas.

**Figuras 18 e 19 - Bloco carnavalesco mulheres do Ó**



Fonte: <https://youtu.be/AfCfNCiXdvI?si=9ONfkIDCbK8Qrxo1>



Fonte: <https://youtu.be/AfCfNCiXdvI?si=9ONfkIDCbK8Qrxo1>

### **3.9. Territórios negros: Terreiros de Candomblé e Umbanda e Casa de Benzeção**

#### **3.9.1 Terreiro de candomblé Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré e sua funcionalidade**

O terreiro de candomblé “Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré” possui 38 anos de atividade em Sabará. A Yalorixá é “Mãe de Santo”, Zeladora de casa há 55 anos, anteriormente possuía casa de candomblé em Montes Claros, onde morava. Quando do processo migratório, logo a casa nessa cidade foi fechada e reaberta em Sabará, onde ela se estabeleceu com sua família, como

moradora e também como zeladora de casa de candomblé.

Portanto, as Yalorixás no Candomblé são as senhoras guardiãs dos saberes tradicionais de matrizes africanas, baseados nos valores da cultura afro-brasileira. Ialorixá ou iyalorixá (em iorubá: iyáloriṣa)<sup>41</sup>, também conhecida como mãe de santo e mãe de terreiro, é a sacerdotisa de um terreiro, seja ele de Candomblé ou de Umbanda.

O dia começa bem cedo no terreiro de candomblé “Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré”, com a preparação das ervas para o banho de descarrego e também para o banho de lavação do Ôri. Nesses banhos são usadas ervas variadas, plantadas na horta do próprio terreiro, tais como para o banho de descarrego, usam-se as ervas para a lavação da cabeça, essas ervas são usadas também para todos os banhos e são preparados pela Yalorixá Dandalessiny, mas também conta com a ajuda de uma pessoa da casa, escolhida para essa função. Portanto, Ôri é uma palavra usada dentro do candomblé, que significa, cabeça.

Segundo Beatriz Nascimento citada por Ratts (2006).



Ôri significa uma inserção a um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro. Ele se estabelece enquanto rito e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete com o seu passado, com o seu presente, com o seu futuro, com a sua origem e com o seu momento (Nascimento, 1989, *apud* Ratts, 2006, p.63).



Com o propósito de observar os trabalhos, fui ao território, em um dia de homenagem e celebração a Oxalá, como me explicou a Yalorixá Dandalessiny, responsável pela casa. Assim, foi um dia festivo, com muita comida, rezas, banhos de descarregos e lavação do Ôri, ou seja, lavação da cabeça e por último teve a homenagem para Oxalá, o grande “Senhor”, como frisa a Yalorixá, que é o mais venerado, considerado o pai de todos os outros Orixás, pois ele é considerado o Orixá da criação, o responsável pelo sopro da vida. O culto e toda a cerimônia foram em agradecimento a esse Orixá, por todas as bênçãos recebidas, tanto pelos membros da casa, quanto pelas demais pessoas que ali frequentam. Cada pessoa que ali estava foi em busca da sua bênção e conforme for a bênção, na hora da lavação do Ôri as pessoas pedem a Oxalá e cada um recebe essa bênção, dentro da sua necessidade. A Yalorixá Dandalessiny é filha de Oxum, a rainha da água doce, dona dos rios e cachoeiras. Essa Yalorixá, também agradece às bênçãos vindas dessa Orixá, tanto para si, quanto para sua família e se refere a ela, respeitosamente, como “Senhora”.

---

<sup>41</sup> Yalorixá – Optei por inserir no texto as várias formas de se escrever essa palavra, preservando cada idioma, pois, não domino o idioma Yorubá.

**Figuras 20 a 24 - Plantas Sagradas na horta da casa de candomblé - Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré – Bairro Nossa Senhora de Fátima - Sabará – MG**

Erva - Abre-caminho	Folha de Saião
	
<p>Serve para banhos e defumação. A finalidade é abrir os caminhos em várias áreas da vida de cada pessoa.</p>	<p>Utilizada nos banhos e considerada de grande valia nos fundamentos de Axé.</p>

Folha de alecrim	Folha de Akokô
 <p data-bbox="284 1003 486 1055">Alecrim</p>	 <p data-bbox="898 1003 1053 1055">Akokô</p>
<p>O alecrim é usado nos banhos (erva que atrai dinheiro e prosperidade). Muito usada pelos árabes. Com ela se faz defumação de ambientes, como, casas e lojas.</p>	<p>Erva para banhos (serve pra prosperidade e vitalidade) Usa-se também uma folha na carteira para não faltar dinheiro.</p>

Folha de Lírio

<p>A folha de Lírio serve para enfeitar a casa de candomblé. Não se usa para os chás e nem para os banhos.</p>

Fonte: acervo da autora (2025)

### 3.9.2 Terreiro de Candomblé Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo – Centro



A casa tem como dirigente o Tatetu Oyawullessy. Tatetu, palavra que significa “pai”, “sacerdote” ou “líder espiritual” na língua quimbundo. Nesse sentido, ele é o sacerdote da casa de Candomblé ou de Umbanda, sendo a autoridade responsável pela manutenção e prática dos rituais de cultuação às divindades. Dessa maneira, essa casa de candomblé é uma casa de culto africano, herança que os negros trouxeram para o Brasil e nela são cultuadas as divindades africanas, como os orixás e os guias que são os mentores dos Orixás. Todavia, essa casa está em funcionamento há mais de vinte anos, porém, só foi registrada em 2013.

No quintal da casa, pude observar que são cultivadas várias espécies de plantas sagradas e que suas folhas são colhidas para a preparação tanto de remédios, quanto de banhos. Eu soube pelo dirigente do terreiro que a casa também usa outras folhas, mas essas precisam ser colhidas no mato, porque não pegam se você arrancar a muda e plantar pois, são folhas que devem permanecer no campo. Desse modo, entendi a preocupação do dirigente com a preservação das espécies dessas plantas sagradas, ao deixarem que elas fiquem no mato, no ambiente natural, o que Nego Bispo vai classificar como a *biointeração*.



**Figuras 25 a 36 - Plantas Sagradas na horta da Casa de Candomblé - Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo,– Centro - Sabará – MG**

Dendeneiro	Pèrègùn verde
	
<p>Serve para extrair o azeite de dendê</p>	<p>Serve para banhos e todos os rituais da casa</p>

Pèrègún roxo	Pinhão roxo
 <p>Peregún roxo: para banhos e cultos a Ogun e à Iansã</p>	 <p>Pinhão roxo</p>
Serve para banhos e cultos a Ogun e à Iansã	Serve para cultos a Babá Egùn

Folha de Abedê	Folha de Fumo
 <p>Folha da abebê: usada em cultos à Oxum</p>	 <p>Folha de fumo: usada para banho e forrar a camarinha.</p>
Folhas usadas em cultos à Oxum.	Folhas usadas para banhos e para forrar a camarinha.

Folhas de Akosí verde	Folhas de Akosí pintada
 <p data-bbox="296 875 662 1014">Folha de Akosí (verde): para banho e outros rituais</p>	 <p data-bbox="895 824 1193 1014">Folha de Akosí (pintada): para banhos e outros rituais</p>
Folhas usadas para banhos e outros rituais da casa	Folhas usadas para banhos e outros rituais da casa

Folha de bananeira	Folha de Saião
 <p data-bbox="284 1778 671 1917">Folha de bananeira: usada para enrolar o Açaçá.</p>	 <p data-bbox="922 1749 1114 1823">Saião</p>
A folha de bananeira é usada para enrolar o Açaçá	A folha de Saião é usada em banhos e defumações para abrir caminhos, atrair sorte e prosperidade.

Folha de Boldo	Folha da Colônia
	
<p>A folha de boldo é usada em banhos de ervas e limpeza espiritual</p>	<p>A folha da colônia serve para fazer chás</p>

**Fonte:** acervo da autora (2025)

No Candomblé, as folhas são utilizadas para diversos propósitos, como para remédios, proteção da casa e das pessoas, limpeza e purificação, tanto das pessoas, quanto do ambiente, e também para atrair e fortalecer a energia dos orixás e das entidades que se manifestam na casa. Entretanto, as folhas têm diferentes significados e funções dependendo do Orixá que se está cultuando, o que reflete a diversidade e a riqueza das tradições africanas no Brasil. Das amostras de folhas vistas no quintal da casa de candomblé, Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo todas são usadas para banhos e outros rituais dentro da casa, exceto a folha de bananeira, que é usada para enrolar o Açaçá. A folha da bananeira é cortada do tamanho que o regente da casa prefere, logo após é levada ao fogo para um leve esquentamento, para evitar quebrar. O Açaçá é uma oferenda ritual para diversos orixás, simboliza proteção, paz e purificação, também é um prato tradicional da cozinha afro-brasileira, especialmente no Candomblé. O alimento é feito com farinha de milho branco, cozida somente em água, sem nenhum tempero, logo após é embrulhado nessas folhas de bananeiras, em formato de pirâmide. Esse alimento é indispensável em qualquer ritual dentro do candomblé e é considerado a comida mais

importante nas religiões de matriz africana, portanto, é servido durante os rituais, independente do Orixá que está sendo cultuado.

### **3.9.3 Terreiro de candomblé: Inzo Kisaba Mukua Ujitu – (Casa da Folha Respeitosa)**

A Casa de Caridade Nanã Buruquê é um centro de Candomblé e Umbanda, situada no Bairro Nova Vista. Tem como regente a Orixá “Naná” e como liderança religiosa a senhora Grace Gonzaga, e como Mãe de Santo, a Mametu Kibandelu. As reuniões acontecem às segundas-feiras da 20 às 22h, mas a casa está sempre aberta para receber as pessoas que necessitam de um apoio espiritual, pois o terreiro é um espaço público. Nesse sentido, no Inzo Kisaba Mukua Ujitu, eles trabalham com a distribuição das marmitas solidárias, levando alento aos que tem fome. Trabalham também com oficinas de contas e as de pintura.

Segundo a Mametu Kibandelu “o candomblé é algo de mais puro que existe” (Mametu Kibandelu, entrevista para a pesquisa, 2024). Portanto, nessa religião, eles zelam pela simplicidade, procurando manter essa pureza. E, segundo, Ângela Maria da Silva Gomes (2009), em tese de doutorado “*Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana[manuscrito]: terreiros, quilombos, quintais da grande BH*”,

o candomblé é um sistema ritual que tem por base essencial o emprego de plantas [...]. Dentro da cosmovisão dos seguidores do candomblé, o denominado povo-do-santo, o princípio básico é que sem as plantas não há possibilidade de contatos com as divindades, os orixás. (Gomes 2009, p. 187).

Desse modo, a Mametu Kibandelu, diz que “reza-se para tudo no candomblé. Tudo é feito com amor e carinho, pois, no candomblé tudo é energia” (Kibandelu, entrevista para a pesquisa, 2024). O povo do candomblé reza ao colher uma planta (folha) para os chás ou para os banhos, rezam pelo nascer do dia e também pelo pôr do sol, rezam pelas comidas, oferendas aos Orixás, etc. Enfim, vivem em constante devoção aos Orixás. No candomblé há uma abdição da vaidade, principalmente as mulheres, quando vão fazer as obrigações dentro da religião, quando entram em preceito, procuram vestir suas roupas mais simples, dormem em esteiras e não podem sair por um determinado tempo, que pode variar até 21 dias, dependendo da obrigação. Nesse período, as pessoas devem zelar ainda mais pela simplicidade, buscar uma vida mais dedicada à religião e aos seus Orixás.



Entretanto, “há muito preconceito em relação ao candomblé” (Kibandelu, entrevista da pesquisa, 2024), relata a Mametu Kibandelu, mas “isso é apenas mais uma forma de expressão do racismo o que leva pessoas que professam outras fés a demonizarem as religiões de matrizes

africanas, como a Umbanda e o Candomblé. (Nogueira, 2020, p. 46).

Neste terreiro encontra-se em sua segunda edição a festa “Anastácia livre”, uma festa a ser realizada no mês de maio em homenagem aos Preto-velhos. A intenção é deixar a figura da escravizada Anastácia, sem a mordança, isso denota um grito por liberdade, é também um “ato de não calar as nossas vozes, não calar os nossos tambores, é um meio de protestar, pois, 70 % da população de Sabará é negra, muito preconceituosa e separatista. É uma forma de levar às ruas um pouco do conhecimento do povo de matriz africana, somente as incorporações é que não são apresentadas na rua, por ser uma questão de intimidade do terreiro, mas as outras atividades praticadas no terreiro, são levadas para a celebração na rua, como, as danças, as comidas, os congados, a capoeira, a roda de samba e um pouco do axé. Também é um meio de dizer, “estamos aqui, foram meus ancestrais que ajudaram a construir essa cidade” (Kibandelu, entrevista para a pesquisa, 2024), é um protesto contra o racismo em relação às religiões de matriz africana, desabafa a Mametu Kibandelu.

**Figuras 26 a 38 - Plantas Sagradas na horta da casa de candomblé - Inzo Kisaba  
Mukua Ujitu - Bairro Nova Vista - Sabará – MG**

<b>Folha da colônia</b>	<b>Mirra</b>
 <p data-bbox="292 1021 592 1189">Folha da Colônia</p>	 <p data-bbox="890 1133 1046 1189">Mirra</p>
<p data-bbox="240 1328 807 1361"><b>A folha da Colônia serve para fazer chás.</b></p>	<p data-bbox="847 1328 1430 1395"><b>A Mirra serve para defumação do ambiente.</b></p>

Caninha de macaco	Guiné
	
A caninha de macaco serve para fazer chás.	A folha de Guiné serve para fazer benzimentos

**Fonte:** acervo pessoal da autora (2024)

### 3.9.4 Plantas comuns encontradas nos terreiros visitados.

As plantas usadas nos rituais religiosos de matriz africana são bastante conhecidas pelo Pai de Santo e também pelas Mães de Santo dos terreiros visitados. Todos dizem que há um poder curativo nessas ervas, que podem ser usadas, tanto para os chás, quanto para os banhos. Nesses terreiros, percebi que a maioria das plantas encontradas são de comum cultivo por cada um deles, como por exemplo, as citadas nesta dissertação. Acredito que, como são ervas, só trarão benefícios à pessoa que dela fizer uso. Encontrei também Dona Grace, que além de Mãe de Santo, é benzedeira, mas faz questão de frisar que, enquanto benzedeira, não incorpora seu Orixá, como já mencionado. Essa benzedeira também faz uso das ervas para o benzimento e remédios, mas em relação ao banho de ervas durante um benzimento, caso seja necessário, este deve ser feito somente na hora da benzeção.

Entretanto, apesar de pouco divulgados, há inúmeros remédios feitos com plantas caseiras, de hortas dos quintais das nossas avós e também das hortas desses territórios de umbanda e de candomblé, que ainda são usados pelas pessoas de fé religiosa de matriz africana e por muitos que não necessariamente são frequentadores, mas buscam “essas práticas de saber [que] fundamentam uma filosofia da ancestralidade” (Nogueira, 2023, p. 30). Infelizmente, em virtude do racismo e do racismo religioso, tem-se desprezado o poder curativo das plantas, que acabam sendo conhecidas somente pelos frequentadores dos terreiros de Candomblé e de Umbanda.

Observa-se o quanto o racismo religioso tem provocado o afastamento de alguns sacerdotes de outros grupos. Nesse sentido, Nogueira (2020, p. 30), corrobora que “o racismo religioso tem como alvo um sistema de valores cuja origem nega o poder normatizador de uma cultura eurocêntrica hegemônica cristã”. Assim, ao buscar informações sobre os territórios negros religiosos de matriz africana, enfrentei resistência de alguns líderes religiosos para me conceder tais informações, mas compreendo tal resistência como fruto de um processo de rejeição, criminalização e racismo religioso. Dessa maneira, entendo que somente quem já viveu esses processos, sabe o seu significado. Cotidianamente temos observado ataques contra os centros e casas de Umbanda e Candomblé e outras religiões de matriz africana, embora isso seja crime expressamente tipificado na Lei 7.716/89 (Lei do Crime Racial), nos artigos. 1º ao 20 § 1º ao § 4º, e no nosso Código Penal, artigos 140, § 3º e 208.

Em 2023, tanto essa Lei 7.716/89, quanto o Decreto-Lei nº 2.848/1940, foram alterados pela Lei nº 14.532/2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

### 3.10.5 Casa de Benzeção: O poder curativo da benzeção.

**Figura x – Dona Grace Benzedeira**



**Fonte: acervo da autora (2025)**

A arte milenar da benzeção ainda se faz presente em algumas comunidades, mesmo que de modo escasso, pois, é uma função que está se perdendo ao longo dos anos. Apesar das críticas recebidas por essas pessoas que praticam a arte desta força curativa e, ao que se sabe, o benzimento, como prática de cura e proteção, tem origens diversas e antigas, sendo encontrado em diversas culturas ao redor do mundo. No Brasil, a tradição do benzimento se manifesta como uma prática cultural e religiosa popular, com raízes na cultura indígena, africana e europeia, especialmente a partir do período colonial. A benzeção traz a ideia de abençoar ou proteger com palavras, mas infelizmente, na atualidade, são poucas as pessoas que se dedicam a ela, ou tem o dom de praticá-la.

Todavia, sendo essa cultura, originária da cultura indígena e principalmente da cultura africana, desde o período da colonização, tendo em vista que os ancestrais conheciam as rezas, as ervas e suas funções e sendo descendente de indígena, Dona Grace Gonzaga, uma mulher jovem, benzedeira, aprendeu o ofício com sua avó de origem indígena, conhecedora na área da benzeção e aos poucos Dona Grace foi se aprimorando com os estudos e cada vez mais buscou conhecimentos com sua avó, e o aprimoramento com a mestra desse ofício.

Em que pese, Dona Grace seja a Mametu Kibandelu do Terreiro de candomblé: Inzo Kisaba Mukua Ujitu, o ofício de benzedeira é um outro dom que ela possui e não tem ligação com as práticas relacionadas à Umbanda e ao Candomblé, segundo ela mesma afirmou, dizendo que “ao realizar os atos de benzimentos, [ela] não incorpora o [seu] Orixá”. (Grace, entrevista para a pesquisa, 2025). As benzedeiros cumprem seus ofícios, exercendo o dom que o transcendente lhes conferiu, de modo gratuito, com amor e com sinceridade. Entretanto, a preocupação é que em breve poderemos não mais ter essa função em atividade, pois os mais jovens não querem apreender o ofício e para aprender precisa ser por amor. Todavia, Dona Grace Gonzaga pratica os rituais de benção cuidando das pessoas que a procuram e sempre realiza as rezas para cuidar dos vários problemas de saúde, dentre eles estão: o quebranto<sup>42</sup>, mau-olhado<sup>43</sup>, sapinho<sup>44</sup>, cobreiro<sup>45</sup>, engasgamentos<sup>46</sup>, o vento virado<sup>47</sup>, a espinhela caída<sup>48</sup>, a Erisipela<sup>49</sup>, sendo esta a mais procurada pelas pessoas idosas, também nessas benções são praticadas as macerações de folhas para fazer chás, fazer banhos na hora da benção para as pessoas, por exemplo, para cortar o cobreiro. Para o cobreiro, pode se usar a folha de assapeixe, o talo da mamona que também corta o cobreiro, usa-se o guiné para benzer a pessoa com quebranto e mal-olhado, mas essa cultura da benção está se perdendo aos poucos.

Apesar de que na Umbanda e no Candomblé existem tais benções por meio da intervenção dos Orixás, os benzimentos feitos por Dona Grace não têm essa intervenção. Desse modo, podemos afirmar que essas sujeitas e esses sujeitos, as benzedeiros e os benzedores ou mesmo, as rezadeiras e os rezadores, são os guardiões da memória e usam seus conhecimentos

---

<sup>42</sup> O quebranto é uma crença popular que se refere a uma energia negativa, muitas vezes associada a um mau-olhado, que pode afetar a saúde e o bem-estar de uma pessoa

<sup>43</sup> O mau-olhado é uma crença popular que se refere à ideia de que uma pessoa pode ser prejudicada pela inveja, cobiça ou admiração excessiva de outra, transmitida através do olhar ou não.

<sup>44</sup> O Sapinho são manchinhas brancas que aparecem na língua ou na boca da criança.

<sup>45</sup> Cobreiro – São caroços na pele que viram bolhas e ao estourar saem água que queimam bastante. Segundo a tradição oral, o cobreiro é causado por algum animal que passa sobre a pele da pessoa ou urina, como por exemplo: aranha, lagarta, sapo, perereca.

<sup>46</sup> Os engasgamentos acontecem por vários motivos, mas para os benzedores é possível que os engasgos sejam uma manifestação física de um problema espiritual, como a inveja de outras pessoas (mau-olhado) ou um estado de desequilíbrio energético (quebranto).

<sup>47</sup> O Vento virado – Acontece quando a pessoa se assusta com alguma coisa e os sintomas característicos são: dores na perna direita, dores na barriga, dor de cabeça, dentre outros.

<sup>48</sup> A Espinhela caída é um deslocamento do osso do meio tórax. Argus Vasconcelos de Almeida (2013), diz que a doença acomete os adultos e pode ser incapacitante e que a pessoa doente pode não consegue trabalhar e nem fazer nada. Diz ainda que segundo a crença popular, se o médico examinar a pessoa, não encontrará nada, só um benzedor ou uma rezadeira pode curar a doença.

<sup>49</sup> A Erisipela é vista como uma doença de pele que entra no corpo, muitas vezes ligada a energias negativas ou então ao mau-olhado, que precisam ser removidas com rituais e ervas, como: guiné, arruda, alecrim e também através das rezas para expulsar a infecção e restaurar o equilíbrio da pessoa.

em favor dos processos de curas das pessoas da comunidade e possuem como ofício cuidar da classe pobre trabalhadora, na maior parte das vezes, desprovida de qualquer assistência por parte do Sistema de Saúde e às vezes por confiar mais nos mestres da sabedoria das rezas e benzeções, pelo motivo do difícil acesso aos programas de saúde e por outro lado, essa procura se dá por livre e espontânea vontade, como se fosse um apoio extra no processo curativo.

Nesse sentido, “as benzedoras/os fortalecem sua relevância nestes contextos urbanos a partir do momento que se configuram como sujeitos que detêm grande participação nos cuidados básicos com a saúde de suas comunidades, principalmente através de seus ritos de cura”, como nos aponta os autores, Felipe José Soek e Francisco Mendonça, em *Benzedoras/os, Bem-estar e Socioespacialidade* (2022), acessado em 26 abril de 2025.

Conhecer os territórios negros vai ao encontro do que nos é exigido pela Lei Federal 10.639 que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2003, como se verificará no próximo tópico.

### **3.10 - Educação das Relações Étnico-raciais**

Reconhecer os territórios negros faz parte do processo de reeducação para as relações étnico-raciais iniciado pela Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mobilizando outras narrativas sobre os negros no Brasil.

Essa legislação faz parte de todo o processo de resistência negra existente desde sempre, pois os negros não se entregaram passivamente à escravidão. Vários movimentos foram realizados e a existência dos territórios negros é fruto dessa ação política.

No entanto, nesse tópico, enfatizaremos as ações ocorridas a partir do século XX, quando da aprovação da Constituição Cidadã, que resulta de grande mobilização social.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão racial tem sido mais destacada no Brasil. Naquele ano, por pressão e organização dos movimentos sociais negros, o racismo foi considerado crime, como anuncia o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e os seguintes incisos.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.[...]

Incisos XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Além disso, o texto constitucional reconheceu pela primeira vez os territórios quilombolas, em seu Art. 216 e parágrafo 5º da (CRFB).

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem[...]:

(EC no 42/2003) § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Essas inflexões do Estado brasileiro às reivindicações da população negra pavimentaram o caminho para que outras medidas afirmativas fossem tomadas e levaram a alterações nas legislações educacionais.

Segundo a autora Rafaela Pacheco Dalbem (2018), foram essas lutas que culminaram na aprovação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio, (e posteriormente na Lei 11.645/2008) que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena e afro-brasileira na educação básica, em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, do Ensino Fundamental e Médio. “Essa legislação são importantes na medida em que provocam reflexões em nossa cultura escolar, que é colonizada. Forçam a pensar em outras atrizes e atores no contexto de currículo escolar”. (Dalbem, 2018, p. 150). Tal obrigatoriedade ainda é um grande desafio, pois, para que essas leis tenham um resultado efetivo, é preciso também que sejam inseridas nos currículos de formação dos professores da educação básica, “no desenvolvimento de materiais didáticos adequados e na promoção de atividades que enriqueçam o aprendizado sobre esse tema”, como nos afirmam Joene Mendonça de Freitas e colaboradores em um artigo intitulado “*Importância da implementação da LEI 11.645/08 na Educação Básica*” (2023, p. 2 e 3)<sup>50</sup>.

Nesse sentido, compreendo que a aprovação das referidas leis é fruto de tantas lutas que se fizeram por uma educação mais inclusiva e equitativa no Brasil, onde todos aqueles engajados nessas lutas, em especial, nos movimentos negros, exigiam a reparação das injustiças históricas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, as Diretrizes Curriculares

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://uniateneu.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/IMPORTANCIA-DA-IMPLEMENTACAO-DA-LEI-1164508-NA-EDUCACAO.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2025.

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana (2003) representaram um marco importante na nossa história e sua elaboração foi fortemente influenciada pelo trabalho de intelectuais e ativistas do movimento negro, como a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que por sua vez, foi a relatora do Parecer CNE/CP nº 3/2004, que regulamenta a Lei 10. 639/03 e também contribuiu para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Quando se trata da Educação para as relações étnico-raciais, leva-se em consideração que não somente as pessoas negras devem se interessar pelo tema, como destaca a pesquisadora Petronilha Beatriz no Parecer que dá sustentação ao texto da Lei 10.639/2003, “a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (DCNERER, 2024, p. 14). Dessa maneira, a relatora expressa a sua visão sobre o propósito fundamental da educação das relações étnico-raciais e também argumenta que a educação dessas relações é um processo dinâmico e interativo que vai além da transmissão de informações. Para ela, essa educação é uma ponte para a transformação social, que exige a troca de aprendizagens, troca de saberes e a superação de desconfianças.

A autora Nilma Lino Gomes (2011), por sua vez, chama de “saberes em movimento”, a força educativa e transformadora do movimento negro, que constantemente produz e mobiliza conhecimentos para desafiar o racismo, reivindicar os direitos e construir uma sociedade mais justa e igualitária. A autora também traz a ideia do conhecimento dinâmico, prático e transformador que é produzido, articulado e disseminado pelo movimento negro em suas lutas por emancipação e justiça racial. Nesse sentido, a ideia dessa autora está inerentemente ligada ao seu conceito de “pedagogia das ausências e das emergências”, onde o movimento negro faz emergir saberes e protagonismos historicamente silenciados e ausentes nas narrativas dominantes. (Gomes, 2011, p. 137). Dentre esses conhecimentos que emergem das lutas negras, pode-se destacar os territórios negros. O reconhecimento de sua pujança e das atividades neles ou por eles (negros/as) desenvolvidos, constitui-se em uma reparação histórica.

Estudos empíricos como os coordenados por Gomes (2012) comprovam que a maioria das redes de ensino enfrentam dificuldades para a implementação da Lei 10.639/2003, sobretudo pela resistência de profissionais de educação e a falta de informação e orientação sobre a Lei 10.639/2003 e suas diretrizes, segundo aponta a pesquisa do Alana e do Ministério da Educação.

A Lei 10.639/03 foi objeto de pesquisa realizada no ano de 2023, pelo Geledés e Instituto Alana, que teve por objetivo analisar sua implementação junto às Secretarias Municipais de Educação do país. A pesquisa com o título “*Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*”<sup>51</sup>, alcançou 1.187 Secretarias Municipais de Educação dos 5.570 municípios brasileiros, com respondentes nas cinco regiões do país, representando um percentual de 21% do total.

De acordo com os resultados, a institucionalização da lei ainda é muito baixa na estrutura administrativa das redes municipais de educação do país, pois apenas uma Secretaria Municipal em cada quatro possui uma área, equipe ou profissionais específicos responsáveis pelo ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e somente um em cada cinco municípios possui regulamentação específica sobre o ensino. (Benedito; Carneiro; Portella, 2023, p. 74).

A pesquisa das autoras Débora Kelly Ferreira Vasconcelos e Patrícia Formiga Maciel Alves (2023), aponta como um dos fatores dificultadores da implementação da Lei 10.639/2003 o fato de as universidades não colocarem a “disciplina de educação para relações étnico-raciais como obrigatória, [mas] apenas como uma optativa/eletiva, prejudicando assim a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas” e acrescenta o “descompromisso e a falta de interesse por parte de algumas educadoras para trabalhar a temática estabelecida pelas leis”<sup>52</sup>. (Vasconcelos; Alves, 2024, p. 16). Isso é confirmado pela relatora Silva (2024), dizendo que não é porque não sabem como fazer, mas “é que não querem implementar”. Fato que se confirma também nas palavras da professora Aretusa Santos, quando diz que a grande dificuldade da implementação da referida Lei é a cultura europeizada que ainda permanece em nossa formação acadêmica e faz interrogações, “quem são os autores que estavam presentes na nossa graduação? Quando os analisamos, ainda percebemos um viés eurocêntrico muito marcante. Isso dificulta a adoção de uma abordagem crítica e ainda é algo que todos nós tendemos a normalizar”. (UFJF, 2024). A esse descumprimento sistemático, Gonzaga (2011) tem classificado como racismo institucional, pois embora os agentes públicos não se declarem racistas ao não implementarem a lei, o seu comportamento confirma essa prática.

Visando contribuir com o aprofundamento teórico e ampliar a capilaridade da lei nas escolas com a sua inclusão nos projetos políticos pedagógicos, o Ministério da Educação tem envidado esforços, como a realização de cursos formativos. Em 2023/2024, através do

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>>

<sup>52</sup> Revista Educação e Políticas em Debate – v. 13, n. 2, p. 1-19, mai./ago. 2024

Programa de “Ações afirmativas na UFMG” - Faculdade de Educação – UFMG, foi ofertado o EPPIR: Curso de Aperfeiçoamento em Políticas de Promoção da Equidade Racial na Educação Básica, fomentado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O curso “é um processo de formação continuada que visa concretizar a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica, contribuindo para a consolidação dos valores antirracistas nas práticas pedagógicas e na gestão das unidades educacionais” (EPPIR, 2023/2024).

Assim, o curso objetivou auxiliar na implementação de práticas pedagógicas e de gestão escolar que combatam o racismo e buscou fortalecer os princípios antirracistas no cotidiano das escolas, de acordo com a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008.

Segundo o diagnóstico e monitoramento da implementação da Lei nº 10.369/2003, atualizado em 10/04/2025, o MEC examinou a aplicação das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e Educação Escolar Quilombola (EEQ) em todo o país. Ainda segundo o MEC, os resultados do estudo oferecem um panorama essencial para a formulação de estratégias que fortaleçam a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, garantindo que a valorização das identidades afro- brasileiras seja efetivada nas redes de ensino<sup>53</sup>.

Outra estratégia adotada pelo ministério foi a criação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), que, entre as suas novidades incorpora a emissão do Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação, visando destacar e valorizar por meio de um selo de reconhecimento as secretarias de educação que se destacam por políticas, programas ou ações voltadas à formação de profissionais da educação para a implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (modificada pela Lei 11.645, de 2008).

A iniciativa pretende promover a equidade racial na educação, valorizando as redes de ensino que estão fazendo ações que promovem a equidade racial, educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola. Dessa maneira, para garantir o selo, é necessário seguir algumas ações. Vejamos:

1. Adesão à PNEERQ: Redes elegíveis para concorrer ao Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-Raciais são aquelas que aderiram à PNEERQ.

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br>>

2. Participação no Diagnóstico de Equidade: A secretaria de educação deve ter respondido ao Diagnóstico Equidade, disponibilizado no período de 21 de março a 10 de julho de 2024, com foco na implementação da Lei nº 10.639/2003 e suas modificações.
3. Pontuação nos Índices de Formação: A secretaria de educação deve ter atingido uma pontuação mínima no Diagnóstico da Equidade, conforme descrito abaixo:
  - a) Para redes municipais: ter alcançado nota superior a 50 pontos no Índice de Formação em Educação para as ERER ou EEQ.
  - b) Para redes estaduais: ter alcançado nota superior a 60 pontos no Índice de Formação em ERER ou EEQ.

Em relação aos cursos, em Minas Gerais, o MEC abriu edital para selecionar profissionais interessados nos cursos de extensão “*Formação para Docência e Gestão em Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola*”<sup>54</sup>, ofertados por diversas instituições federais, com o objetivo de promover o letramento racial e valorizar tradições e culturas afro-brasileiras e quilombolas.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/cursos-nacionais-do-sistema-universidade-aberta-do-brasil/curso-de-ensao-formacao-para-docencia-e-gestao-em-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-e-educacao-escolar-quilombola#saiba>>

## CAPÍTULO 4: METODOLOGIA

Assumir que somos autores de nossas pesquisas, assim como do texto produzido a partir dela, não significa, de modo algum, desqualificar nossos informantes, minimizar a importância do olhar deles em relação ao contexto estudado ou arrogar-nos o lugar de sujeito-suposto-saber; significa, apenas, não perder de vista que é o pesquisador quem define os objetivos da pesquisa, quem escolhe o método de investigação, quem realiza entrevistas, elabora o roteiro, registra respostas, transcreve, arquiva, interpreta e escreve e assina o texto final (Velho, 1986, *apud* Duarte, 2004, p. 218).

Cursar as disciplinas obrigatórias e as optativas e, ao mesmo tempo obter as orientações da professora Yone Gonzaga, e, concomitantemente, a “*Orientação Coletiva/Historicamente*”, sob a coordenação do professor Pablo Lima, foi fundamental para a redefinição do nosso projeto de pesquisa, pois anteriormente havíamos pensado em trabalhar com o tema: *Pedagogia Decolonial e Ensino no Brasil: A importância da Formação Social no Processo Educativo*, mas dado ao fato de não conseguir desenvolver o trabalho e do mesmo não fluir, como estávamos esperando, defini outro tema e outra metodologia a ser usada neste novo projeto, para verificar o que os professores de geografia pensavam sobre a invisibilidade e o reconhecimento dos territórios negros de Sabará. Nesse sentido, iniciei o refazimento do novo projeto intitulado, “TERRITÓRIOS NEGROS EM SABARÁ: entre a invisibilidade e o reconhecimento por professoras negras de Geografia atuantes na cidade”. Para esse novo projeto, optei por usar a entrevista semiestruturada com os professores de Geografia que atuam em Sabará, como instrumento de coleta de dados, para captar as suas vozes.

Para o autor Uwe Flick (2013, p.115), em “Introdução à Metodologia da Pesquisa: um guia para iniciantes”, “o objetivo da entrevista semiestruturada é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema e, as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado”. Esse mesmo autor nos adverte que o interesse do pesquisador pela entrevista semiestruturada “está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vistas dos sujeitos entrevistados sejam expressos [...] em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada em um questionário” (Flick, 2004, p. 106).

Portanto, o autor Eduardo José Manzini (1990/1991, p.154) afirma que, “a entrevista semi- estruturada é focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com as perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Para o autor, esse tipo de entrevista é relevante, pois, dependendo do desenrolar e das circunstâncias, emergem outras informações e, as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas, mas sim, a muitas delas. Desse modo, o entrevistado fica mais livre para responder as questões dirigidas a ele, tendo o pesquisador de ficar atento para que não haja fuga do assunto, caso isso aconteça, cabe ao pesquisador, retomar o assunto e “insistir nas perguntas”, talvez de uma outra forma, mas dentro do tema proposto, como nos afirma, Antonio Carlos Gil, (2021, p. 128), que a entrevista semiestruturada “refere-se às entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de resposta e que os entrevistadores podem respondê-las livremente”. Desse modo, “o pesquisador então poderá tomar a decisão de formular novamente as perguntas em um momento que lhe parecer mais oportuno, caso haja comprometimento no desenvolvimento de algumas questões. (Gil. 2021, p.129).

Ademais, esse tipo de entrevista me possibilitou a flexibilidade para aprofundar no assunto específico da minha pesquisa, e foi de acordo com o desempenho de cada sujeita durante a entrevista. Dessa maneira, entendo que tanto o pesquisador pode sair do roteiro preestabelecido e perguntar ao sujeito assuntos inerentes à pesquisa, quanto o sujeito entrevistado tem liberdade de perguntar, pedir esclarecimento e também de falar algo que não lhe foi perguntado. Nesse sentido, a entrevista semiestruturada na pesquisa acadêmica, é uma forma mais justa e adequada para se trabalhar e obter os resultados esperados, desde que, seja feita de modo correto, com paciência, respeitando as emoções e os limites de cada sujeito/a entrevistado/a.

Para a realização das entrevistas, elaborei um roteiro. No dia da atividade, fiz a gravação em áudio e imagem e na sequência, realizei a transcrição e o tratamento dos dados com as respostas obtidas. Ressalto que foi garantido às entrevistadas total sigilo referente às informações a mim concedidas, e também sobre a identidade de cada uma delas.

As buscas por referências bibliográficas se intensificaram e percebi a dificuldade de falar sobre questões raciais com as pessoas, principalmente com os colegas professores de uma cidade tricentenária, como Sabará. Fiz também a análise documental e bibliográfica para colher subsídios para entender a história da cidade. Além disso, fiz uma busca ativa em acervos bibliográficos disponibilizados nos repositórios de algumas universidades, como no repositório da UFMG, que possui um vasto acervo bibliográfico, dentre eles, teses, dissertações, TCCs e artigos. Deste modo, buscamos primeiro todos os relacionados à cidade de Sabará, onde encontramos um vasto material referente à cidade, mas infelizmente, poucos deles colocando

as pessoas negras em posições de destaque na sociedade sabarense, salvo alguns que eram filhos de gente importante na cidade e não eram escravizados. Acredito que os autores tiveram dificuldade em encontrar material suficiente para descrever a vida de muitas pessoas negras que tiveram um papel importante e se destacaram na sociedade sabarense à época colonial. Pesquisei outras bibliografias e publicações em jornais da época colonial, como, “O Sabarense”, “O Contemporâneo”, dentre outros, todos digitalizados e disponíveis no formato on-line, sites de notícias e revistas, fotos antigas de pessoas, dos eventos realizados, do patrimônio histórico e dos espaços em Sabará, que estamos denominando como “Territórios Negros”.

Busquei referências bibliográficas no Arquivo Público Mineiro, no Google Acadêmico, nas plataformas de pesquisas para referências (SciELO National), a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e de periódicos. Busquei também em vários sites e encontrei também algumas referências em livros da década de 1950, no Dicionário Histórico das Minas Gerais: Período Colonial, Anais da Academia Brasileira de Letras e também da Academia Mineira de Letras.

Durante o curso das disciplinas do mestrado em 2023, tive a oportunidade de iniciar no segundo semestre do mesmo ano o Curso EPPIR<sup>55</sup>, finalizando no primeiro semestre de 2024. Esse curso me trouxe bastante conhecimento acerca da educação para as relações étnico-raciais, o que agregou muito sobre o assunto que estou dissertando, pois a rica bibliografia do curso me oportunizou conhecer vários autores até então desconhecidos por mim.

Nesse ínterim, encaminhamos nosso projeto de pesquisa ao Parecerista da FAE/UFMG, e assim que obtivemos a devolutiva com recomendação favorável à sua aprovação, fizemos o requerimento à SEE/MG do termo de anuência para realizarmos nossa pesquisa com os professores de Geografia da Rede Estadual que atuam em Sabará. Em frente, já com o parecer favorável ao projeto, começamos a elaboração dos anexos e também a elaboração dos formulários para as entrevistas. Primeiramente, elaboramos o Formulário, ANEXO 2, para identificação dos professores de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Sabará, com nossa apresentação, como professora de Geografia na cidade e pesquisadora, contendo também uma prévia do nosso projeto. Em seguida, elaboramos os demais anexos e formulários e também o questionário para a entrevista semiestruturada. O ANEXO 2 - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido– TCLE, que também é um convite à participação em nossa pesquisa, como

---

<sup>55</sup> EPPIR: Curso de Aperfeiçoamento em Políticas de Promoção da Equidade Racial na Educação Básica, ofertado pelo Programa “Ações afirmativas na UFMG” - Faculdade de Educação - UFMG.

entrevistado, pois, “o pesquisador precisa estar ciente de que, em uma pesquisa não deve ser propósito “desqualificar nossos informantes, minimizar a importância do olhar deles em relação ao contexto estudado” (Velho, 1986, *apud* Duarte, 2004, p. 218).

Nesse sentido, entende-se que o pesquisador deve zelar pelo seu próprio nome e também pelo nome e bem-estar do seu informante, o sujeito entrevistado e colaborador de sua pesquisa. Em razão disso, está contido no ANEXO 2, a resolução que garante ao voluntário assistência e a busca de indenização em caso de dano sofrido, o e-mail do Comitê de Ética em Pesquisa da (COEP) da UFMG, os endereços de e-mails tanto da pesquisadora responsável, quanto da pesquisadora mestranda. Assim sendo, com o parecer favorável ao nosso projeto e com os formulários prontos, enviamos toda a documentação exigida pela (SEE/MG) Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, requerendo o Termo de Anuência, para realizarmos as entrevistas com os professores de Geografia que atuam na cidade de Sabará.

**Quadro 2 – Localização de cada escola onde foi feita a pesquisa.**

Nº	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	PRÓXIMA A UM TERRITÓRIO NEGRO?	RETORNO DOS PROFS.?	CONTATO RETORNO POSITIVO?	PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA?
1	E.E. CEL. ADELINO CASTELO BRANCO	Centro histórico	Sim	Não	Não	Não
2	E.E. ELÍSIO CARVALHO DE BRITO	Vila Santa Rita	Sem informação	Não	Não	Não
3	E.E. GENERAL CARNEIRO	Bairro General Carneiro	Sim	Sim	Sim	Sim
4	E.E. JOSÉ LUIZ GONZAGA FERREIRA	Distrito de Ravena	Sim	Não	Não	Não
5	E.E. MARIA FLORIPES NASCIMENTO ALVES	Bairro Ana Lúcia	Sem informação	Não	Não	Não
6	E.E. PRES. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	Bairro Castanheira	Sem informação	Não	Não	Não
7	E.E. PROF. JOAO DE ARRUDA PINTO	Bairro Fátima	Sem informação	Não	Sim	Não
8	E.E. PROF. ZOROASTRO VIANNA PASSOS	Centro histórico	Sim	Sim	Não	Sim

9	E.E. PROFA. ANGÉLICA MARIA DE ALMEIDA	Bairro Nações Unidas	Sim	Sim	Sim	Sim
10	E.E. PROFA. MARIA ELIZABETH VIANA	Bairro Roça Grande	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Diante do exposto, ao recebermos a devolutiva da SEE/MG, sobre o referido termo, encaminhamos o nosso Projeto de Pesquisa e todos os documentos necessários, ao COEP, para que o mesmo fosse analisado e aprovado. Após a aprovação do COEP, começamos os contatos com diretores das escolas, onde encontramos vários empecilhos e também tivemos muitos embates, pois, a maior parte deles, a maior parte deles, não retornou o nosso contato, mesmo tendo recebido comunicação da Superintendência Regional de Ensino - Metropolitana A (SRE/MG), com o anexo do Termo de Anuência e também com a nossa apresentação como pesquisadora. Além do e-mail enviado pela SRE/MG, também enviamos e-mails tanto para os diretores, quanto para os professores, sem repostas da maior parte até o final da pesquisa.

Em nove de setembro de 2024, não tendo recebido devolutiva dos e-mails enviados anteriormente aos Diretores no dia dois de setembro, solicitando o contato dos professores de Geografia, enviamos um outro e-mail cobrando os referidos contatos, pois somente assim, poderíamos dar continuidade ao nosso trabalho. Em onze de setembro, fizemos novamente contato via telefone. Para a realização da pesquisa, optei em trabalhar somente com as escolas que ofertam o Ensino Médio. Portanto, a pesquisa seria realizada com os professores de Geografia que atuam nessas escolas. Sabará conta com um total de 11 (onze) escolas que ofertam o nível médio de ensino, mas ao fazer a lista das escolas do município para a SRE Metropolitana A, requerendo o termo de anuência para que pudéssemos entrar nas escolas e realizar a pesquisa, deixamos de fora a Escola Estadual Carvalho de Brito, por confundir com a Escola Estadual Elísio Carvalho de Brito. Desse modo, nos responsabilizamos pelo equívoco cometido. Das dez escolas que receberam o e-mail, sete entraram em contato comigo, porém, os professores na sua maior parte, não nos deram retorno: como vemos a seguir:

1. A E.E Coronel Adelino Castelo Branco alegou que por ser direção compartilhada entre a Rede Estadual de Minas Gerais e o Projeto Somar, iria verificar com o tal Projeto se era possível a realização da pesquisa com seus professores, mas não obtive resposta da diretora nem de alguém que respondesse pelo quadro docente da escola.
2. A E.E Elísio Carvalho de Brito, não respondeu tanto ao e-mail da SRE/MG, quanto

ao nosso, reenviado posteriormente.

3. A E.E. General Carneiro nos enviou o nome dos professores de Geografia, o nível de ensino em que os mesmos trabalham e com a autorização deles, enviou também o número de WhatsApp.
4. A E.E. José Luiz Gonzaga Ferreira nos encaminhou e-mail de dois professores, após isso não consegui mais contato com a referida escola.
5. A E.E. Maria Floripes Nascimento Alves, no primeiro momento não quis nos passar nenhum contato, seja o WhatsApp ou mesmo o e-mail do professor/a, mas passada algumas horas, recebemos o contato de WhatsApp da profissional da referida escola, via mensagem de aplicativo.
6. A EE Presidente Juscelino Kubitschek De Oliveira não retornou o contato feito pelo e-mail via SRE/MG e nem ao nosso, enviado posteriormente.
7. A E.E. Professor João de Arruda Pinto prontamente nos encaminhou o e-mail de três professores, mas infelizmente, ao fazer contato com os professores dessa escola, não obtivemos nenhuma resposta.
8. A E. E. Professor Zoroastro Vianna Passos não retornou o e-mail enviado pela SRE Metropolitana A. Também não retornou o que foi enviado por nós, por fim, reenviamos o e-mail e um lembrete via aplicativo de mensagem ao diretor, mas não tivemos sucesso, pois, não recebemos nenhuma devolutiva dessa escola. Dado esses fatos, fizemos contato via aplicativo de mensagens com as professoras de Geografia atuantes nessa escola, mas somente uma das professoras retornou o nosso contato e aceitou o convite, culminando assim, com a entrevista.
9. A E. E. Professora Angélica Maria de Almeida nos enviou e-mail de dois professores, mas somente uma professora aceitou o nosso convite para participar da entrevista.
10. A E. E. Professora Maria Elizabeth Viana nos encaminhou o contato de e-mail de dois dois professores, mas nenhum deles retornou o e-mail enviado para eles.

Tivemos recusas, como no caso da E.E. Coronel Adelino Castelo Branco, onde funciona o Projeto Somar; por parte da E.E. Maria Floripes Nascimento Alves, que, a priori, não nos passou os contatos dos professores e das professoras; e também da E.E Professor Zoroastro Vianna Passos, que após várias tentativas, não retornou os nossos contatos feitos, tendo em vista que sou professora de Geografia nessa escola.

Dado esses fatos, fizemos uma busca ativa em um grupo de mensagens referentes à educação e aos fatos inerentes a ela, composto por vários educadores da cidade, cujo objetivo é o compartilhamento das notícias referentes à educação, nas esferas, federal, municipal e estadual, com destaque para esta última. Continuando a busca ativa, encontramos os contatos do WhatsApp de alguns professores e professoras, analisando o nome contido nos e-mails de devolutivas de algumas escolas e comparamos com os nomes contidos no grupo de compartilhamento de mensagens. Conseguimos êxito em alguns contatos e realizamos três entrevistas que, embora sejam em número reduzido, dão ideia do que pensam as professoras de geografia da cidade sobre os territórios negros (se os conhecem, se os incluem na matriz curricular, etc.).

#### **4.1. Apresentação das professoras brasileiras, negras, homenageadas com seus nomes às professoras entrevistadas**

As entrevistadas foram identificadas com o nome de três professoras brasileiras, negras, que deixaram um legado de lutas antirracistas e buscas pelo reconhecimento e inserção no mercado de trabalho, sendo elas: Balbina Gomes da Graça Cesarino, Bernardina Maria Elvira Rich, e Hildete Bahia da Luz. Nomes pouco conhecidos, mas que merecem estudos mais apurados, dada à “perseverança” dessas três mulheres nas lutas diárias pela manutenção da educação e das liberdades.

Todavia, considero fundamental reconhecer e valorizar a história de mulheres negras, professoras nos séculos XIX e XX, que foram pioneiras na luta por espaço no mercado de trabalho e que desafiaram ativamente o racismo. Possivelmente, essas mulheres enfrentaram barreiras significativas impostas pelo racismo e pelo sexismo em uma sociedade profundamente desigual, pois no século XIX a escravidão ainda era uma realidade, e mesmo após a abolição, a discriminação racial persistia de forma estrutural, tendo em vista que a educação e o mercado de trabalho eram espaços predominantemente brancos e masculinos. Acredito que para essas mulheres, ocupar o espaço da docência ia muito além de uma profissão; era um ato de resistência e uma forma de ascensão social e intelectual em um mundo que lhes negava oportunidades. As histórias dessas mulheres pioneiras são fundamentais para compreendermos a luta histórica da população negra por direitos e igualdade no Brasil. No caso de Balbina Cesarino, “sabe-se que, em algum momento, ela aprendera a ler e escrever, pois, quando [o marido Antônio Ferreira] Cesarino abriu o Colégio Perseverança, lá estava Balbina [Gomes da Graça Cesarino], ensinando as primeiras letras às meninas”. Daniela do Carmo Kabengele

(2012, p. 80).

Em relação a Bernardina Maria Elvira Rich, “ela é mais uma mulher que devemos reverenciar” A professora negra também presidiu a Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino, entre 1934 até seu falecimento, em 1942, e foi membra da Liga Feminina Pró-Lázarus, de apoio e assistência aos portadores de hanseníase que se tratavam na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. (TJMT, 2025).

Já a professora Hildete Bahia da Luz, ao falar sobre a fundação da Faculdade de Enfermagem, diz que o ponto negativo durante a sua passagem pela Faculdade foi a dificuldade de aceitação por parte de outros professores das disciplinas básicas, relatando que “foi [...] difícil para eles, que tinham o domínio do conhecimento na cidade, entender que podia chegar uma pessoa, ainda por cima mulher, jovem, negra, nordestina e enfermeira, pois existia e ainda existe o preconceito, [e o racismo] .” (Luz, 2016, p. 5)<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Depoimento da Profa. Hildete Bahia da Luz sobre a criação da Faculdade de Enfermagem publicado na edição especial do *Journal of Nursing and Health* alusiva aos 40 anos da Faculdade de Enfermagem: Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/9195/6016>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

**Quadro 3 – Dados biográficos da Profa. Balbina Gomes da Graça Cesarino**


Histórico	Dados pessoais	
	<b>Nome completo</b>	Balbina Gomes da Graça Cesarino
	<b>Nascimento</b>	[s.d.]
	<b>Morte</b>	6 de abril de 1882
	<b>Residência</b>	Primeiro endereço: Rua Alecrim, número 1, Campinas, SP.
	<b>Etnia</b>	Negra
	<b>Ocupação</b>	Professora e primeira gestora do educandário “Colégio Esperança”, em Campinas, SP.
	<b>Recorte temporal.</b>	Século XIX

*Fonte: Acervo da família Cesarino Massarott*

No caso da professora Balbina Gomes da Graça Cesarino, a educação se dava de modo particular, ou seja, educação privada e não pública, que junto ao marido fundou o “Colégio Esperança”, que recebia meninas e moças no formato de internato, mas também funcionava como externato, segundo aponta Daniela do Carmo Kabengele (2012), em sua tese de Doutorado, A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês, o “Colégio Esperança” foi fundado em Campinas na Rua Alecrim, número 1, no estado de São Paulo, em 10 de Março de 1860 [...] com atendimento para meninas e moças, pagantes, mas também atendia meninas pobres, órfãs e negras”. A educação feminina ficava aos cuidados das professoras, todas mulheres negras da família Cesarino, sendo Balbina, a primeira gestora do educandário, mas ali haviam também professoras e professores que não pertenciam à família Cesarino.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

**Quadro 4 – Dados biográficos da Profa. Bernardina Maria Elvira Rich**

Histórico	Dados pessoais	
	<b>Nome completo</b>	Bernardina Maria Elvira Rich
	<b>Nascimento</b>	10 de maio de 1872 Cuiabá-MT
	<b>Morte</b>	julho de 1942
	<b>Residência</b>	Travessa Voluntários da Pátria, n. 67 Centro de Cuiabá-MT
	<b>Etnia</b>	Negra
	<b>Ocupação</b>	Professora, Jornalista, Editora da Revista A Violeta, Diretora da Escola particular
	<b>Recorte temporal.</b>	Século XIX e XX

*Fonte: Portal Mulher MT*

A professora Bernardina Maria Elvira Rich, mulher negra, que nasceu em 1872 e conquistou lugar de destaque e prestígio na sociedade cuiabana nas primeiras décadas do período republicano através do caminho da educação, dedicando toda sua vida à luta contra o racismo, o machismo, o patriarcado e a segregação social a qual estava inserida, sabe-se que ela era também uma mulher à frente do seu tempo, que lutava pelos seus direitos, ainda que em um período e num espaço em que não havia essa abertura para pessoas ditas ‘de cor’, recém- libertas, ocuparem um espaço de destaque na sociedade. (TJMT, 2024).

Fonte: Elaborado pela autora Deilde Brito (2024)

**Quadro 5 – Dados biográficos da Profa. Hildete Bahia da Luz**

Histórico	Dados pessoais	
	<b>Nome completo</b>	Hildete Bahia da Luz
	<b>Nascimento</b>	[s.d]
	<b>Morte</b>	7 de janeiro de 2024
	<b>Residência</b>	[s.l.]
	<b>Etnia</b>	Negra
	<b>Ocupação</b>	Professora, foi uma das fundadoras da Faculdade de Enfermagem de em <b>1976</b> e Coordenadora do mesmo no período de 1977 a 1980.
	<b>Recorte temporal.</b>	Século XIX
<p>Fonte: <a href="https://wp.ufpel.edu.br/fen/files/2024/01/Captura-de-tela-2024-01-08-075308.png">https://wp.ufpel.edu.br/fen/files/2024/01/Captura-de-tela-2024-01-08-075308.png</a></p>		
<p>A professora Hildete Bahia da Luz, mulher, negra, nordestina, foi uma das precursoras na formação de enfermeiros no município de Pelotas/RS. Uma mulher de luta que deixou seu legado na história da Faculdade de Enfermagem e também na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Foi uma das fundadoras da Faculdade de Enfermagem em 1976, sendo a primeira Coordenadora do Curso no período de 1977 a 1980, e recebeu o título de Professora Emérita na cerimônia alusiva aos 50 Anos da UFPEL em 2019.</p>		
<p>Fonte: <a href="https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2024/01/09/nota-de-pesar-professora-hildete-bahia-da-luz/">https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2024/01/09/nota-de-pesar-professora-hildete-bahia-da-luz/</a></p>		

Fonte: Elaborado pela autora Deilde Brito (2024).

**Quadro 6 – Síntese do perfil profissional das sujeitas entrevistadas**

Perfil das sujeitas entrevistadas	Sujeita 1 Balbina Cesarino	Sujeita 2 Bernardina Rich	Sujeita 3 Hildete da Luz
Local de Trabalho	E. E. Professor Zoroastro Vianna Passos	E.E. Maria Angélica de Almeida	E.E. General Carneiro
Experiências profissionais	17 anos – Ensino Médio 02 anos – Ensino Fundamental.	04 anos – Rede privada. 06 anos – Rede pública Ensino Fundamental e Ensino Médio.	33 anos - Ensino Médio

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024)

## CAPÍTULO 5: O QUE NOS DISSERAM AS ENTREVISTADAS SOBRE OS TERRITÓRIOS NEGROS DE SABARÁ

Neste capítulo, analisamos as entrevistas concedidas pelas professoras de Geografia que atuam em Sabará, usando os codinomes já apresentados nos Quadros 3, 4, e 5, com o objetivo de preservar a identidade de cada uma delas.

Durante as entrevistas percebi que as professoras sabiam o que era um território negro, porém, esse assunto não estava incluído na matriz curricular de ensino de cada uma delas, fator que é preocupante, porque a inclusão desse assunto contribuiria para melhor trabalhar na perspectiva antirracista, como estabelece a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica. A implementação da lei 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem se somar às demandas do Movimento Negro, [...] à luta pela superação do racismo na sociedade, de um modo geral, e na educação escolar, em específico<sup>57</sup>.

Nesse sentido, essa lei, representa um marco importante na luta contra o racismo, mas sua implementação efetiva depende do engajamento contínuo de diversos setores da sociedade, visto que a legislação não surgiu isoladamente, mas foi resultado de um longo processo de reivindicações do Movimento Negro Unificado e de outros setores da sociedade que há décadas lutam por igualdade racial e pelo reconhecimento da história e cultura afro-brasileira. Essa lei é vista como uma ferramenta importante no combate ao racismo e à promoção da igualdade e para isso, é preciso que haja continuidade das lutas e das ações para transformar a sociedade e a educação. (Gomes, 2008, p. 96).

### 5.1 Apresentação das sujeitas entrevistadas

A professora **Balbina Cesarino** se apresenta como mulher parda, solteira, moradora do Bairro Paciência, em Sabará. É graduada em Geografia, possui Especialização em Educação Ambiental, leciona nos níveis de ensino, Fundamental II há dois anos e no Ensino Médio, há dezessete anos.

A professora **Bernardina Rich** se classifica como mulher parda, solteira, moradora do Bairro Nações Unidas, região periférica de Sabará. Possui Licenciatura e Bacharelado em

---

<sup>57</sup> Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

Geografia com ênfase em Geoprocessamento, pela PUC Minas e também Especialização em Ensino de História e Geografia. Trabalhava na educação privada até ser aprovada em concurso público da SEE/MG para o cargo de professora. Hoje, exerce a função de docente, tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio, como ela diz: “Eu trabalho na rede pública há 6 anos, mas eu trabalho com educação há 10 anos. Antes, com educação particular em escolas de acompanhamento e reforço escolar” (Bernardina Rich, entrevista da pesquisa, 2024).

A professora **Hildete da Luz** se apresenta como mulher preta, solteira, moradora do Vitória, Belo Horizonte. Possui Licenciatura Plena em Geografia e Especialização em Meio Ambiente. Trabalha há 32 (trinta e dois) anos na educação pública da SEE/MG e somente em uma das escolas, já atua há (21) vinte e um anos, exercendo a função de docente, tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio.

## 5.2. Reconhecimento da Resistência Negra

A professora Balbina Cesarino reconhece os processos de resistências desencadeados pelos negros em Sabará durante o período colonial, enfatiza que a cidade foi formada por escravizados e indígenas e ressalta a omissão da história contada e reconhecida pelos seus moradores, não soube informar quais foram os tipos de resistências desencadeadas pelos negros na cidade, mas faz a seguinte consideração: “Sabará [...] é uma cidade formada pelos escravizados e Indígenas [...], no entanto, é uma cidade que não reconhece essa importância”. (Balbina Cesarino, 2024).

A professora Bernardina Rich, por sua vez, reconhece que Sabará tem uma história ligada à escravidão, onde os negros resistiram e mantiveram suas culturas, mesmo após a fuga dos senhores de escravos, mas não soube informar quais foram os tipos de resistência desencadeados pelas pessoas negras durante o período colonial, como a mesma nos relata em sua fala que,

[...] o município de Sabará ele está ligado diretamente ao período da escravidão, a gente foi construído em cima de povos escravizados, então quando eles chegaram aqui construíram nossa cidade com muito sofrimento muita luta, muita resistência também, eles conseguiram fugir dos europeus, os donos de terras daqui, só que eles fugiram para as regiões ao redor de Sabará e ali eles mantiveram a sua resistência, sua cultura, que ainda é muito presente em Sabará, de certa forma. (Bernadina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

A professora Hildete da Luz demonstrou não reconhecer os processos de resistência dos negros em Sabará durante o período colonial; percebe-se que realmente há uma lacuna no seu conhecimento acerca da história escravista no município, o que também nos remete às lacunas

existentes em nossa formação acadêmica em Geografia, no campo das relações étnico-raciais, que não privilegiava à época de sua formação as histórias negras, para além do período de escravização.

Analisando o que disseram as professoras Balbina Cesarino e Bernardina Rich, percebe-se que essas duas entrevistadas sabem e acreditam que “onde quer que tenha existido escravidão, houve resistência escrava”, segundo nos diz, Amaral (2011, p. 31).

Já a professora Hildete da Luz diz não reconhecer essa resistência, como mencionado. Talvez a professora tenha dado essa resposta sido por não ter entendido o que foi perguntado a ela ou também pela lacuna sobre a temática na sua formação. Outro fator que deve ser considerado para o não reconhecimento pode ser o fato de que muitas pessoas ainda não conseguem reconhecer que a resistência negra nem sempre se manifestava em grandes revoltas armadas, mas sim de diversas formas, como fugas individuais e coletivas, formação de quilombos, sabotagens, preservação de culturas e religiões africanas e luta por direitos e que essas ações eram formas de resistência. Portanto, é importante e urgente combater o desconhecimento histórico e o racismo estrutural para assim, promover o reconhecimento da resistência negra e a valorização da história e cultura afro-brasileira.

Os estudos realizados pelos professores Veroneide Maria de Oliveira, Josélia Carvalho de Araújo e Moacir Vieira da Silva (2020) sobre as produções no meio acadêmico na formação de professores de Geografia mostraram uma desarticulação entre os conteúdos trabalhados nos cursos acadêmicos e a realidade a ser trabalhada no ensino básico. Isso vai de encontro com as dificuldades que muitos de nós, professores de Geografia, encontramos no nosso dia a dia em sala de aula, pois vejo que nossa formação em licenciatura é deficitária em relação aos demais cursos da academia e inclusive ao bacharelado em Geografia. Possivelmente, a professora Hildete da Luz, entrevistada desta pesquisa, não teve uma formação que tivesse em seu currículo a formação para a educação das relações étnico-raciais, devido às lacunas existentes nos currículos para a formação de professores de geografia, como exposto no parágrafo anterior, pois o tempo de trabalho que ela possui indica que ela saiu da academia anterior à Lei 10.639/2003, dificultando assim, dar uma resposta precisa. Reitero que é importante considerar que as lacunas na formação dos professores e das professoras de Geografia fazem com que não seja vista a necessidade de estabelecer uma educação antirracista. Nesse sentido, o papel das instituições de ensino superior é fundamental, pois essas instituições precisam motivar e ofertar a esses professores e a essas professoras, as formações e os conhecimentos necessários para a

implementação da lei.

### 5.3. Definição de Território Negro

A professora Balbina Cesarino define a história existente por trás dos monumentos de Sabará como *marcadores territoriais*. Associa o território negro a espaços de significado histórico e cultural para a comunidade negra, citando por exemplo, as construções das igrejas, enfatizando a história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e faz o seguinte comentário: “ela é a primeira igreja negra construída por mãos negras e para os negros” (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

Por conseguinte, ela também faz referência às igrejas de São Francisco e das Mercês, como pertencentes a uma Ordem religiosa<sup>58</sup>, “tem até uma ordem aqui, a igreja de São Francisco, a igreja Nossa Senhora das Mercês”. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

Por sua vez, a professora Bernardina Rich define os Territórios Negros para além do espaço geográfico,

eu penso no território negro, além da questão territorial, espacial e geograficamente espacial, mas também na questão da ancestralidade da cultura e da identidade negra, como pode ser visto no Congado, como um movimento de resistência e de valorização. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

Já a professora Hildete da Luz adota uma definição mais tradicional, focada na presença física de comunidades negras em um determinado local. Ela define território negro como o espaço onde uma comunidade negra se estabelece e desenvolve suas atividades, cultura e costumes.

O território negro é aquele território onde você vai achar uma comunidade de negros, aonde eles se localizaram ali e desenvolveram suas atividades dentro daquele território. Para mim, um território negro que eu tenho conhecimento é esse território. Aonde tem uma comunidade negra desenvolvendo as suas atividades, as suas culturas, sua cultura, os seus costumes, ali dentro daquela área (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa (2024).

As professoras entrevistadas apresentam diferentes perspectivas sobre o conceito de Território Negro, com ênfases distintas: a professora Balbina Cesarino, associa o território negro a espaços de significado histórico e cultural para a comunidade negra; Bernadete Rich

---

<sup>58</sup> A Ordem religiosa faz parte da história de fé no mundo e também contribuiu com o patrimônio arquitetônico e cultural da humanidade. Disponível em: <https://mercedarios.org.br/voce-sabe-o-que-e-uma-ordem-religiosa/>

foca na ancestralidade e na identidade negra, e Hildete da Luz na presença física das comunidades negras no local.

Desse modo, percebe-se que as professoras sabem o que são os territórios negros, uma vez que o significado da palavra “saber” neste contexto indica que há percepção e/ou informações por parte delas para falar sobre o assunto, mas esses territórios negros não estão incluídos em sua Matriz Curricular de Ensino, assim como a educação para as relações étnico-raciais. Portanto, as definições variam desde uma visão mais focada em locais históricos e simbólicos, passando por uma perspectiva que integra aspectos culturais e de identidade, até uma definição mais estritamente geográfica, mesmo porque, “o principal movimento considerado para o espaço geográfico são as ações sociais”<sup>59</sup> que nele acontece. (Santos, 2019, p. 281).

#### **5.4. Territórios Negros em Sabará**

A respeito dos Territórios Negros, a professora Balbina Cesarino relata não conhecer comunidades quilombolas específicas em Sabará, mas menciona a Chácara do Lessa e as Igrejas Católicas construídas há séculos, como locais de significados históricos importantes para a cultura negra no município; ressalta ainda a história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e salienta também a história de outras igrejas que em seu histórico constam o papel do associativismo e ajuda mútua, dentro das irmandades negras.

A própria história que existe por trás desses monumentos. A história da construção da igreja é uma história muito forte. Ela é a primeira igreja negra construída por mãos negras e para os negros. [...] Embora eu não conheça oficialmente nenhuma comunidade quilombola aqui na região, eu sei da existência e da importância delas. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024)

Por sua vez, a professora Bernardina Rich menciona a existência de comunidades quilombolas nas proximidades de Sabará, e indica que a identidade negra e a cultura estão presentes na cidade, mesmo que não formalmente reconhecidas como territórios quilombolas. Segundo ela, os quilombos existentes nas cidades vizinhas são em sua maior parte oriundos da cidade de Sabará, não se referindo aos demais territórios negros existentes na cidade.

Hoje eles estão localizados mais ao redor aqui nos municípios limítrofes de Sabará também, isso é o que a gente sabe né, como comunidades quilombolas oficiais, a gente sabe que existem culturas aqui dentro da cidade também. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

---

<sup>59</sup> Revista Formação (ONLINE), v. 27, n. 50, jan./abr., 2020, p. 275-299. ISSN: 2178-7298. E-ISSN: 1517-543X

Do mesmo modo, a professora Hildete da Luz, afirma não ter conhecimento sobre a existência de territórios negros na cidade, o que se entende como uma falta de registros e documentação sobre essas comunidades.

A análise revela a importância de aprofundar a pesquisa e a documentação sobre a história e a presença dos territórios negros em Sabará, a fim de garantir o reconhecimento e a valorização de seu patrimônio cultural. É importante salientar que a divergência nas respostas das professoras pode refletir diferentes níveis de conhecimento e acesso à informação sobre os territórios negros em Sabará e que a falta de reconhecimento formal de territórios quilombolas não significa a ausência de comunidades negras e suas manifestações culturais na cidade. A menção de quilombos vizinhos, feita pela professora Bernardina Rich, mostra que a cultura negra está presente na região, e que existe a necessidade de se criar um mapeamento dessas comunidades, mesmo que elas já não pertençam ao território sabarense. Por conseguinte, o reconhecimento da história da igreja de Nossa Senhora do Rosário, feita pela professora Balbina Cesarino, quando diz que, “é a primeira igreja negra construída por mãos negras”, é um ponto de extrema importância para a história do povo negro de Sabará, além de outros locais destacados, que merecem ser valorizados e preservados, e que constituem o patrimônio cultural afro-brasileiro em Sabará.

Ao tratar sobre os Territórios Negros em Sabará, a professora Balbina Cesarino alega não conhecer esses territórios, citando por exemplo, que não conhece comunidades quilombolas específicas em Sabará, mas menciona a Chácara do Lessa e as Igrejas Católicas construídas há séculos, como locais de significados históricos importantes para a cultura negra em Sabará. Nesse sentido ela diz que, “Não conheço. Infelizmente, não! Comunidade quilombola? Infelizmente, não. A chácara do Lessa?” A entrevistada não informou detalhes sobre a chácara citada por ela. Mas sabe-se que é um parque de área verde, existente a poucos metros do centro da cidade. Por sua vez, a professora Bernardina Rich pensa no território negro para além da questão territorial, destacando assim, a questão da ancestralidade, da cultura e do orgulho de pertencer a esse povo negro, quando relata sobre as manifestações culturais em General Carneiro, bairro vizinho ao que ela mora.

Em General Carneiro, o bairro ao redor, a gente tem uma comunidade de Congado muito forte e muito expressiva aqui na cidade, inclusive, dentro da nossa escola, a gente tem vários alunos que participam do Congado, a gente também tem vários alunos que eles manifestam suas práticas religiosas no Congado e na umbanda. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

Porém, a professora Hildete da Luz, por sua vez, afirma não ter conhecimento sobre a existência de territórios negros na cidade de Sabará, dizendo: “Não ouvi falar em nenhum território negro dentro da cidade”. (Hildete da Luz, 2024).

Dessa maneira, entende-se que essa falta de conhecimento pode ser em consequência da falta de registros na documentação referente à história da cidade e talvez pela falta de cursos formativos para melhor compreensão do tema, pois, durante a entrevista e respostas das professoras, percebi que a maior parte delas estavam compreendendo território como sinônimo de quilombo, sem atrelar os outros espaços como sendo territórios negros, nesse sentido, uma das professoras citou a Comunidade Quilombola Mumbuca no Tocantins e outra professora citou a Comunidade Quilombola dos Arturos em Contagem-MG e outras comunidades também.

Ademais, somos desafiados a realizar uma mudança epistemológica, no campo da formação de professores(as) no Brasil, que envolva mudanças para além de visões tradicionais e limitadas que ainda persistem em muitos currículos e práticas de formação. No caso dos professores e das professoras de Geografia, isso é urgente, pois, a nossa formação é insuficiente, para nossa demanda e as lacunas além de nos prejudicar, os mais prejudicados com essa deficiência em nosso currículo acadêmico, são os nossos alunos.

### **5.5. Visita a um Território Negro**

Em relação a visitar um Território Negro, a professora Balbina Cesarino, relata já ter feito essa visita dizendo, “já visitei sim! Não aqui em Minas, eu visitei no Tocantins, no Jalapão, se eu não me engano, foi a comunidade Mumbuca, foi a primeira e única vez que eu tive a oportunidade de visitar”. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

No entanto, a professora Bernardina Rich lamenta não ter tido a oportunidade de visitar um território negro, fala da dificuldade de agendar visitas a esses territórios negros e ressalta o seu interesse em fazer essa visita.

É, infelizmente eu não tive a oportunidade de visitar um território negro assim, não tive. Eu já passei assim próximo, mas a gente também tem essa questão de identificação mesmo, será que eu vou ser bem vista, bem aceita naquele território?

[Em 2023], em um trabalho que a gente realizou na escola sobre comunidades quilombolas na região metropolitana, um dos nossos objetivos era visitar uma comunidade quilombola, e a gente não conseguiu, a gente entrou em contato com algumas, mas a gente não conseguiu o retorno mesmo, resposta do e-mail, de tudo e a gente fica receoso de chegar, eu acho até uma falta de respeito, a gente chegar sem avisar, sem ser convidado também, por isso que

eu ainda não tive oportunidade de visitar, mas é algo que eu tenho muito interesse, muita vontade. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

A professora Hildete da Luz diz que nunca visitou um território negro, mas não esclareceu por quais motivos a visita não foi realizada.

Para além dos motivos elencados pelas entrevistadas, nota-se que o fato de não conhecer esses territórios negros em Sabará, voltamos à questão da defasagem na formação do professor de Geografia, como primeiro ponto e, em segundo, podemos relacionar fatores externos que comprometem tais visitas, como por exemplo, dificuldade em trabalhar com uma carga horária apertadíssima, dois turnos de trabalho, burocracia para visitar esses territórios, condições financeiras desfavoráveis e, em relação às visitas com os alunos, enfrentamos dificuldade para sair da sala com 40 alunos, para isso é preciso autorização dos pais, isso é lógico. Para tanto, precisamos também da autorização da SRE/MG e a compreensão da equipe diretiva, pedagógica e dos colegas professores. Tais dificuldades, foram apontadas durante a pesquisa, em conversa após a gravação.

Em Sabará, há possibilidade de visitar alguns territórios negros, definidos nesta dissertação, com exceção de um deles, porque já não existe mais, devido à intolerância religiosa e ao racismo religioso. Veja o quadro abaixo.

**Quadro 7 – Territórios negros – Endereço – Atividade – Tombo e/ou registro**

Território negro	Endereço	Atividade	Tombo e/ou registro
Território Negro - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.	Praça Melo Viana Centro – Sabará.	Religiosa	Lei Federal de 13/06/1938 Processo 67-T-1938.
Território negro Congado em Sabará.	Rua Guaxupé, n°. 68 - Bairro General Carneiro	Marujada	DECRETO NÚMERO 410 /2002  Bem cultural imaterial
Território negro Capoeira - Grupo Kilombo do Palmares.	Sem endereço definido Atuam no Bairro Adelmolândia, Centro Social, Projetos sociais em ONGs, associações, escolas e comunidades.	Ensino e prática de Capoeira	Sem informação
Território negro - Clube Mundo Velho	Rua Marquês de Sapucaí, 389 – Centro.	Sociabilidade	Bem inventariado
Territórios negros Carnaval Escolas de Samba e blocos	Ruas da cidade	Carnaval, Samba e Reggae	Sem informação

caricatos.			
Terreiro de Candomblé Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré	Bairro Nossa Senhora de Fátima - Sabará	Atividades religiosas Candomblé	Sem informação
Terreiro de Candomblé Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo	Bairro Vila Esperança Sabará - MG	Atividades religiosas Candomblé	Sem informação
Terreiro de Candomblé Inzo Kisaba Mukua Ujitu	Bairro Nova Vista Sabará MG	Atividades religiosas Candomblé e Umbanda	Sem informação
Casa de Dona Grace Benzedeira	Bairro Nova Vista	Atividade religiosa de benzimento	Sem informação

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

## 5.6. Discriminação e Racismo

Nesse sentido, a professora Balbina Cesarino, diz nunca ter visto alguém destratar o outro, até porque se isso acontecesse em sua presença, iria perder sua educação. Desse modo, essa mesma professora também menciona que alguns de seus alunos têm dificuldade em se identificarem como negros e que ela já observou em suas aulas, várias situações de desconforto quando o tema abordado é sobre raça.

Quando eu abordo o tema na sala, eu já tive situação do aluno que é negro retinto não se sentir à vontade e sair, pedir para ir beber água. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

A professora Bernardina Rich, por sua vez, ao falar sobre o assunto de discriminação e racismo, descreve sua vivência na escola, apontando o racismo religioso que ela já presenciou.

Eu vivenciei [em 2023] quando uma professora de História lá na escola, junto com a professora de 'Religião' fez um trabalho sobre a culinária afro-brasileira ou comida da culinária de matriz africana, que são feitas nos terreiros de Candomblé e Umbanda, popularmente conhecidas como comida de terreiro e vários pais foram até à escola porque eles não concordaram com aquele tema. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

Segundo ela, além das experiências de racismo e discriminação velada na escola, essa em especial, foi relacionado ao racismo religioso, relacionado ao trabalho desenvolvido pelas professoras de História e de Ensino Religioso que trazia a temática, comida de terreiro, assim, ela conclui dizendo que, “os pais não queriam que os alunos fossem à escola, não participassem

daquela discussão, ou comessem daquela comida, que eles mesmos fizeram”. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

Nesse sentido, a professora Hildete da Luz, narra, “já presenciei [discriminação racial] de alunos com alunos, de alunos com professores e de colega de trabalho também”. (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa, 2024). Relata, ainda, que essas situações constrangedoras, também são vindas da direção da escola e conclui dizendo, que tais fatos, “[ocorrem por serem] um conjunto. Sim”. (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa, 2024).

Analisando as falas das três professoras, é possível verificar as várias formas de racismos no ambiente escolar, isso parece normal dentro das escolas do País, mas não pode ser considerada assim, porque o racismo acaba com a autoestima e muitas vezes leva até a morte, como vemos noticiados diariamente nos telejornais. A autora Amaral, (2011) traz uma referência muito boa sobre o que é racismo, dizendo que,

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e preconceitos combinados, como se vê. (Santos, 1990, p.12, *apud* Amaral, 2011, p. 60).

O autor Nogueira (2020, p. 63) afirma que o racismo religioso quer matar a existência, eliminar crenças, apagar memórias, silenciar origens. Assim, ele traz a clareza de que um dos objetivos do racismo religioso, o qual a professora Bernardina Rich presenciou, é calar as vozes e as manifestações de fé, apagar as memórias e origens de grupos religiosos específicos, impedindo a prática religiosa e a expressão cultural desses grupos, principalmente dos grupos que manifestam a fé de matriz africana. Ademais, essa forma de racismo é perversa, pois ataca também a essência da identidade humana, que muitas vezes está profundamente ligada à religião e à espiritualidade.

## **5.7. Identidade e Cultura**

Sobre a identidade e a cultura sabarense, a professora, Balbina Cesarino destaca que há uma falta de valorização da identidade negra na região, mencionando ainda a necessidade de se contar a história do oprimido, que é ignorada, pois a história contada e enaltecida até o momento, é a do opressor, assim, ela diz que, “Sabará é uma cidade preta que não se reconhece preta e, é algo que tem que ser trabalhado. Então, isso vai bem de encontro com o que eu falei, é uma cidade que não assume a sua história”. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa,

2024).

No mesmo sentido, a professora Bernardina Rich destaca em sua fala a importância da ancestralidade e da cultura negra pois, segundo ela, nos últimos anos há um movimento crescente entre os jovens em busca da valorização de suas raízes, identidade e ancestralidade, fatos que até pouco tempo, não se falavam e nem se discutiam tanto.

Eu acho que essa geração que tá vindo desses ‘Milênios’<sup>60</sup>, há uma valorização muito maior de pertencimento, eles estão buscando a origem, tanto que a gente vê nessa geração os ‘influencers’<sup>61</sup>, a busca por teste genético para saber de qual cidade, de qual país e de qual nação que eles vieram.

No entanto, por sua vez, a professora Hildete da Luz aponta como barreiras para a não inclusão de conteúdos sobre a identidade e cultura negra no currículo a falta de conhecimento dos professores da educação básica sobre o assunto e a ausência de materiais didáticos adequados, além da oportunidade de fazer cursos de educação formativa e continuada na perspectiva racial, ofertados pelos órgãos competentes.

Eu acho que mais é, uma falta de conhecimento do professor ou até mesmo uma falta de tempo, de material para você trabalhar. Eu acho que tem mais fatores aí, que a gente pode estar incluindo, que não é só a culpa do estado ou da escola, do próprio professor também que não insere essa vivência da cidade, dentro do conteúdo de Geografia.

E a começar, eles colocam no projeto, no plano do estado, esse trabalho, mas dentro dos livros que são escolhidos pela escola e que são atribuídos do Estado, do Governo Federal para a escola, não tem esses temas dentro dos nossos livros didáticos. Então não vem nada falando dessa cultura de negros, falando da história dos negros dentro do livro. Até hoje eu não vi livros abordando esse conteúdo hoje que é obrigatório nas escolas. (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa, 2024).

As respostas das professoras nos fazem pensar sobre o que diz Stuart Hall acerca da identidade, onde ele discorre sobre a fragmentação da identidade que ocorre numa condição na qual há ao menos 2 (dois) estados de personalidade ou identidade presentes e, creio também estar imbutida a questão cultural, pois, o fato de uma resposta ser, “não assume sua história”, remonta à quebra da identidade por fatores históricos conscientes. A outra professora diz que

<sup>60</sup> O termo “geração do milênio”, também conhecido como millennials ou milênicos, refere-se às pessoas que nasceram durante as últimas duas décadas do século 20 e cresceram com as tecnologias digitais presentes em suas vidas, como videogames, MP3, iPod, Internet, computador etc. Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)> Acesso 15.09.2024

<sup>61</sup> Influencers: “Pessoa que, através da produção e divulgação de conteúdo nas redes sociais, incentiva ou influencia o consumo, o estilo ou as preferências dos seus seguidores em relação ao que promove ou recomenda”. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/influencer>> Acesso 15.09.2024

hoje “há uma valorização muito maior de pertencimento”, vejo como uma construção da identidade cultural, já a “falta de conhecimento”, como resposta da terceira professora, nos faz perceber aquilo que Hall chamou de identidade “fragmentada”. Desse modo, ao conectar a fala das professoras com o estudo de Stuart Hall, confirma-se que essa teoria é muito aplicável a situações reais, como é o caso, nesta pesquisa.

Para Stuart Hall (2006), a identidade é formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes. Desse modo, Hall nos possibilita entender como ele considera esse processo dinâmico e fluido, moldado por fatores sociais, culturais e históricos. Segundo Hall, a identidade é construída através de interações sociais, representações culturais e dos discursos. Ela também é moldada por nossas experiências, relações e pelo contexto em que vivemos, mas também pode ser fragmentada, contraditória e instável. (Hall, 2006, p. 38).

Gonzaga (2011) afirma que,

Compreender a construção da identidade como algo relacional, imbricado no contexto das identidades raciais, é uma tarefa complexa. Fatores históricos, lingüísticos e psicológicos devem ser observados na construção da identidade negra e eles nem sempre são encontrados em bloco, o que não descaracteriza a identidade como uma ideologia que funciona na medida em que permite às pessoas definirem-se em contraposição a outras e reforçar a solidariedade existente entre elas, considerando a conservação do grupo como entidade distinta. (Gonzaga, 2011, p. 192).

### **5.8. Silenciamento e apagamento da história e da memória ancestral.**

A professora Balbina Cesarino argumenta que o apagamento e o silenciamento, tanto da nossa história, quanto da memória ancestral, foi devido ao processo de evangelização nas comunidades em todo o Brasil. Justifica sua fala, dizendo, “respeito todas as manifestações religiosas, mas se eu for olhar como uma professora, como uma cientista, esse processo de evangelização, ele acaba deixando de lado as raízes, a cultura afro no Brasil”. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

A entrevistada acredita que em Sabará também houve um processo de evangelização muito forte e que tal processo conseguiu fazer um apagamento da nossa memória ancestral. Para isso confirmar isso, ela faz a seguinte consideração:

Até pela história da cidade, quantas igrejas cristãs católicas nós temos aqui? Algumas religiões que surgiram aqui no Brasil, a Umbanda é um exemplo claro disso, há elementos da fé cristã, elementos do folclore brasileiro e da matriz africana, mas de uma certa forma, sim, claro! Houve um apagamento! O preconceito em relação à cultura de matriz africana ainda é muito grande! (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

A respeito desse processo de evangelização no Brasil, a fala da professora entrevistada encontra apoio na citação de Giselle Beiguelman, em *Memória da amnésia: políticas do esquecimento* (2019), apresentada por Leandro Aparecido Fonseca Missiatto (2021), que oferece uma perspectiva crítica sobre a formação histórica do Brasil, destacando dois processos interligados: o extermínio da memória e o apagamento do outro. Segundo a autora, a história do Brasil traz ambos os apagamentos inscritos nas suas páginas desde os primórdios da colonização. A catequese foi seu gesto inaugural, impondo a incorporação forçada à cultura católica dominante. (Beiguelman, 2019, *apud* Missiatto, 2021, p. 258). Portanto, essa citação ressalta a importância de reconhecer e enfrentar os legados da colonização, buscando promover a valorização da diversidade cultural e a construção de uma sociedade mais justa fraterna e inclusiva.

Nesse sentido, a professora Bernardina Rich, também fala que

houve um esquecimento mesmo, talvez por conta da nossa sociedade ser extremamente racista. [...] É um assunto que a gente tem que trabalhar de maneira incansável, todos os dias, combater a racismo, combater a discriminação, entender também que não existe racismo reverso<sup>62</sup>. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

Já a professora Hildete da Luz não teceu comentários sobre o apagamento da história e da memória ancestral. A ausência de comentários por parte dela pode ser interpretada como racismo ou falta de conhecimento sobre o processo de apagamento da memória ancestral dentro da cidade de Sabará ou talvez pode ser uma forma de silenciamento por parte dela.

## 5.9. Importância da discussão sobre a identidade negra

A professora Balbina Cesarino fala sobre a questão da identidade negra e afirma que trabalha para incluir temas de formação étnico-racial em suas aulas, independentemente do conteúdo, e vê a escola como um espaço crucial para discutir o racismo e o preconceito, salientando que o percurso formativo EPPIR, da FaE/UFMG, lhe ajudou a se sentir mais segura para abordar com seus alunos sobre temas referentes à questão racial, dizendo,

---

<sup>62</sup> Racismo reverso: são supostos atos de discriminação e preconceito partindo de pessoas negras contra as pessoas brancas, que historicamente são consideradas privilegiadas na sociedade, mas há controvérsias, como a afirmação a seguir: “não existe racismo reverso, dentre outras razões, pelo fato de que nunca houve escravidão reversa, nem imposição de valores culturais e religiosos dos povos africanos e indígenas ao homem branco, tampouco o genocídio da população branca, como ocorre até hoje o genocídio do jovem negro brasileiro. O dominado nada pode impor ao dominante”. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/racismo-reverso-e-atipicidade/858800879>> Acesso 15.09.2024.

eu comecei fazer o curso do EPPIR na UFMG, infelizmente, eu não terminei, mas te falo que foi de uma importância ímpar na minha vida, hoje eu me sinto segura para falar sobre racismo, sobre preconceito como meus alunos. Embora eu me identifique como parda, pelo processo de miscigenação do País, eu não me assumo oficialmente parda, porque a pele é clara, mas eu me identifico como parda. Isso me ajudou muito a trabalhar com os meus alunos, antes eu tinha medo de falar, pelo tom da minha pele, hoje não! Eu até busco esse tipo de diálogo com eles. (Balbino Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

Do mesmo modo, a professora, Bernardina Rich, enfatiza que a discussão sobre a identidade negra e o racismo deve ser constante na educação. Para isso, ela afirma:

Eu acho que a questão da identidade negra, da nossa rede pública, é um assunto que tem que ser discutido diariamente, até porque na rede pública a maioria dos nossos alunos são negros e pardos, os professores e os funcionários e tudo. Só que aqui a gente vê que as pessoas não se identificam como pertencentes, não são negras. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024)

Entretanto, a professora Hildete da Luz, por sua vez, nos diz que essas discussões são importantes, porém, elas não acontecem porque,

a grade [matriz] curricular nossa, ela ainda vem aquela grade [Matriz] curricular antiga, que a gente trabalha os mesmos conteúdos dos livros, são os mesmos conteúdos que nós estudamos na nossa época de estudante, que não mudou tanta coisa”, mas essas abordagens novas, eu acho que tinha que está aí havendo condições e materiais para a gente trabalhar, que a gente não tem esse suporte de trabalho, e mais cursos para a gente fazer, mais disponibilidade de novas inovações para o professor. (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa, 2024)

## **5.10. Preconceito e apagamento cultural**

A professora Balbina Cesarino carrega em sua experiência e formação a capacidade de abordar esses temas de maneira crítica e informada, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo, como a mesma diz,

nós, como professores, como cidadãos, devemos trabalhar muito a questão da escravidão no país, da importância dessa mão de obra negra na construção do país e, aproveitar [para] ouvir o outro lado da história [...]. Principalmente, porque os escravizados que vieram para cá não eram só força da ação, era um povo que detinha a tecnologia. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

Já a professora Bernardina Rich afirma que o tema preconceito e apagamento cultural,

é um assunto que a gente tem que trabalhar de maneira incansável, todos os dias, combater o racismo, combater a discriminação, entender também que não existe racismo reverso<sup>59</sup>, que também é uma discussão muito importante a ser feita também, entender que é necessário cotas, é necessário ações afirmativas, que o Brasil deve muito ao povo negro, temos que fazer uma reparação histórica aí. Então, é uma discussão que tem que ser constante e que a gente está só começando só engatinhando. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

A professora percebe que a maior parte de seus alunos moram em áreas de vulnerabilidade social e considera essa discussão importante, pois, “na rede pública a maioria dos nossos alunos são negros: pretos e pardos, [e que] os professores e os funcionários também”. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024).

Nesse sentido, pelo fato de o Brasil ser um “país multiétnico e plurirracial de passado escravista esse repertório de identidades vem embutido de desigualdades” (Ratts, 2004, p.85). Essas desigualdades estão associadas aos diversos planos identitários como classe, raça/etnia e aos diversos planos identitários como classe, raça/etnia e gênero, dentre os vários deslocamentos dessas pessoas.

A professora Hildete da Luz, por sua vez, não teceu comentários a respeito do preconceito e apagamento cultural em Sabará.

### **5.11. O Currículo e a Lei 10.639/2003**

A professora Balbina Cesarino considera de suma importância a inclusão de temas relacionados à questão étnico-racial no currículo e afirma que, ao longo de sua carreira como docente, ela vem discutido com seus colegas sobre o assunto, e que trabalha esses temas em suas aulas, mesmo que de modo independente. “Eu trabalho, sim. Todas as oportunidades que eu tenho de levar o assunto de formação étnico-brasileira, para os meus alunos, eu levo, independente do conteúdo”. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

A mesma professora acrescenta que gosta de trabalhar com os temas relacionados ao racismo em suas aulas, pois acredita que a escola é o espaço ideal de se aprender corretamente sobre tais temas, para que tanto a prática do preconceito, quanto a da discriminação não se expandam ainda mais.

Eu gosto de trabalhar o tema racismo, preconceito, até porque eu acredito que o espaço para discussão deles é a escola e, se a gente não dialoga sobre racismo, sobre preconceito, sobre a história negra do País dentro da sala de aula, na rua

a gente só pratica preconceito e discriminação ((Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

Na mesma senda, a professora Bernardina Rich relata que o Currículo ainda não é totalmente inclusivo de acordo com a Lei 10.639/2003, mas ela consegue trabalhar e inserir, tanto o Currículo, quanto a Lei 10.639/2003,

dentro dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, essas disciplinas interdisciplinares, acaba que a gente consegue abordar de maneira mais intensa esses assuntos. Este ano eu estava trabalhando no município de Sabará, na escola, então a gente estudou em sala de aula sobre o Congado, sobre as festas religiosas negras daqui da cidade de Sabará. Ano passado na outra disciplina também a gente trabalhou sobre os quilombos e tudo. (Bernarina Rich, entrevista para a pesquisa, 2025).

Por outro lado, a professora Hildete da Luz lamenta não ter tido curso de formação específica para trabalhar com o tema proposto dentro da Lei 10.639/2003. A entrevistada cita que esses conteúdos são abordados de forma geral, principalmente no contexto do Dia da Consciência Negra, mas não de maneira específica para Sabará.

Na grade [Matriz] curricular, no estado de Minas, a gente trabalha muito o dia da consciência negra, que a gente trabalha, mas no decorrer do desenvolvimento da aula, principalmente da aula do sétimo ano, que a gente trabalha formação no território brasileiro, aí a gente trabalha muito essa concepção dos negros, dos índios, da cultura, a gente trabalha muito esse tema dentro do conteúdo do sétimo ano, a gente trabalha bastante falando dessa cultura negra aqui dentro do nosso território, mas não especificamente da cidade de Sabará (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa, 2025).

A analisamos que ainda precisamos avançar muito para cumprir a determinações da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. Pois, com a inserção dessas determinações, é possível trabalhar em um ambiente escolar onde prevalece a cultura antirracista. (Gomes, 2008), fala sobre a importância do cumprimento, tanto da lei, quanto das Diretrizes Curriculares Nacionais no País, que segundo ela, essa lei e as suas diretrizes podem ser interpretadas como expressão da luta do Movimento Negro e como possibilidade de socialização, investigação, divulgação e registro de saberes políticos, históricos, identitários e estéticos/corpóreos por ele sistematizados. Portanto, a luta contra o racismo é antiga e graças aos movimentos sociais, hoje, de modo legal, podemos acabar com essas práticas que desumanizam o ser humano (Fanon, 1968). Nesta pesquisa, volto me para as professoras de Geografia, tendo em vista que somente uma parte delas saiu da academia antes

da sanção da Lei 10639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais e isso não pode ser impedimento para inserção em seus currículos tanto da Lei, quanto das Diretrizes. Essa não inclusão contribui de modo significativo para que práticas racistas continuem, principalmente no ambiente escolar.

### **5.12. Formação sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais**

A professora Balbina Cesarino lamenta não ter concluído o percurso formativo do EPPIR, na UFMG.

Eu comecei fazer o curso do EPPIR na UFMG, infelizmente, eu não terminei, mas te falo que foi de uma importância ímpar na minha vida, hoje eu me sinto segura para falar sobre racismo, sobre preconceito com os meus alunos. (Balbina Cesarino, entrevista para a pesquisa, 2024).

Essa mesma professora aproveita o momento da entrevista para pedir que esses cursos formativos relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais, fossem ofertados com mais amplitude, que fossem feitos mais convites, principalmente para os professores de escolas públicas.

Já a professora Bernardina Rich relata nunca ter participado de formação específica sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais. Alega que possui outras formações, mas, “não, especificamente, relações étnico-raciais”. (Bernardina Rich, entrevista para a pesquisa, 2024). Ressalta ainda a necessidade dessa formação,

No entanto, a professora Hildete da Luz, por sua vez, diz nunca ter tido participado de formações continuadas com esse tema, afirmando que,

embora que ele esteja dentro da grade [Matriz] curricular que está agora, mas nós nunca tivemos esse trabalho com a gente para a gente desenvolver essa atividade dentro da sala de aula. E a começar, eles colocam no projeto, no plano do estado, esse trabalho, mas dentro dos livros que são escolhidos pela escola e que são atribuídos do Estado, do Governo Federal para a escola, não tem esses temas dentro dos nossos livros didáticos. (Hildete da Luz, entrevista para a pesquisa, 2024).

Desse modo, a pesquisa apontou que as professoras de Geografia entrevistadas que atuam em Sabará, tiveram pouco contato e/ou oportunidade de uma Formação sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais. Segundo Gomes (2008), essa falta de contato se refere ao fator conservador dos currículos, como aponta,

O caráter conservador dos currículos acaba por expulsar qualquer discussão que pontue a diversidade cultural e étnico-racial na formação do educador(a). Assim, o estudo das questões indígena, racial e de gênero, as experiências de educação do campo, os estudos que focalizam a juventude, os ciclos da vida e os processos educacionais não-escolares deixam de fazer parte da formação inicial de professores(as) ou ocupam um lugar secundário nesse processo. (Gomes, 2008, p. 97).

Segundo pesquisa feita e veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, acessada em 2024, o Censo Escolar em 2021 revela que apenas 1% dos professores brasileiros possui formação de 80 horas em EREER. Em 2019, o Censo Escolar constatou que apenas 52,18% das escolas desenvolviam algum projeto e/ou ação vinculada à EREER<sup>63</sup>. Isso me chamou à atenção, pois, a quantidade de professores que nunca fizeram cursos de aperfeiçoamento para a EREER é assustadora. Por outro lado, outros professores já fizeram essa formação, porém, com carga horária muito baixa e isso deixa lacunas para o efetivo desenvolvimento das aulas, o que é prejudicial para toda a comunidade escolar, em específico, para os alunos.

Possivelmente, um dos motivos dessa falta de preparação e de formação das professoras e professores em EREER, pode está ligado à falta de interesse por parte de muitos deles, todavia, outra parte não fizera tal formação, por falta de oportunidade. Diante desses desafios é importante que sigamos nossas lutas antirracistas e avancemos para que a Lei 10.639 seja nossa guarda, bandeira e símbolo legítimo de liberdade!

A Educação para as Relações étnico-raciais é obrigatória nos Currículos escolares do Brasil, desde a aprovação da Lei 10.639/2003 que fundamenta essa obrigatoriedade e, por conseguinte, a Lei 11.645/2008, que obriga a inclusão da história e cultura indígena nos currículos.

Nos currículos escolares de Minas Gerais ainda não se vê essa obrigatoriedade, salvo no ano de 2023, em que a SEE/MG enviou um e-mail convidando ao estudo da Lei. 10.639/2003. Segundo Gomes (2008), isso se deve ao desequilíbrio curricular e à formação dos docentes e ainda que,

Tal desequilíbrio nos currículos expressa o quanto a formação de professores(as) ainda precisa avançar. Ele revela a tensão nas relações de poder frente às diferentes interpretações e tendências nos debates e nas práticas de formação inicial e continuada de professores(as) da educação básica. Indo mais longe, a tensão expressa o predomínio de um certo tipo de racionalidade, que impera nos meios acadêmicos e afeta a formação docente. Trata-se da concepção que considera e elege o conhecimento científico como a única

---

<sup>63</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2024/01/por-um-plano-nacional-de-educacao-com-equidade-racial.shtml>>

forma legítima de saber e menospreza os outros saberes construídos na dinâmica social, sobretudo aqueles produzidos e sistematizados pelos movimentos sociais. Uma visão, enfim, que coloca sob suspeita as análises e reflexões que discutem a aprendizagem como prática cultural, o caráter educativo dos movimentos sociais, a força emancipatória das lutas sociais em prol da educação, no final do século XX e início do século XXI, e os diferentes espaços nos quais o processo educativo acontece. (Gomes, 2008 p. 97 - 98)<sup>64</sup>.

A autora Gonzaga (2011) fala que essa temática da Educação Para as Relações Étnico-raciais tem tido mais visibilidade a cada dia, mas devemos nos lembrar sempre que essa visibilidade é “resultante de um longo processo de lutas e resistência contra o racismo”, partindo dos próprios negros, desde que foram “capturados em solo africano para atender aos interesses econômicos e expansionistas europeus”. (Gonzaga, 2011, p. 25).

**Quadro 8 – Resumo dos dados das entrevistas**

Categoria	Sujeita 1	Sujeita 2	Sujeita 3	% Sim	% Não	% Total
Reconhecimento da Resistência Negra.	Reconhece a resistências dos negros em Sabará.	Reconhece que em Sabará os negros resistiram ao processo escravista.	Não reconhece os processos de resistência dos negros em Sabará.	2 66,67%	1 33,33	3 100%
Territórios Negros.	Indica os monumentos	Destaca a ancestralidade	Não tem conhecimento	2 66,67%	1 33,33	3 100%
	históricos como locais de significado para a cultura negra e também como territórios negros.	e a cultura. Menciona as comunidades quilombolas como territórios negros.	sobre territórios negros em Sabará.			
Definição de Território Negro.	Define os monumentos existentes na cidade, como territórios negros.	Define como uma questão de cultura e identidade, incluindo práticas culturais	Define como as comunidades que desenvolvem atividade e cultura, mas não identifica esses territórios em Sabará.	3 100%	0 0%	3 100%

<sup>64</sup> GOMES, Nilma Lino. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

Territórios negros em Sabará.	Alega que não conhece comunidades quilombolas específicas em Sabará.	Pensa no território negro, para além da questão territorial, destacando assim, a questão da ancestralidade, da cultura e do orgulho de pertencer a esse povo negro.	Afirma não ter conhecimento sobre a existência de territórios negros na cidade de Sabará.	1 33,33%	2 66,67%	3 100%
Identidade e cultura	Destaca que a história contada até o momento, é a do opressor.	Destaca que já está havendo um movimento de busca pela ancestralidade.	Aponta como barreiras para a não inclusão de conteúdos, a ausência de materiais didáticos adequados.	2 66,67%	1 33,33%	3 100%
Silenciamento e apagamento da história e da memória ancestral.	Argumenta que o apagamento e o silenciamento, da história se [deve] ao processo de evangelização nas comunidades.	Acredita que houve um esquecimento, talvez por conta da sociedade ser extremamente racista.	A Sujeita não teve comentários sobre o apagamento da história e da memória ancestral.	2 66,67%	1 33,33%	3 100%
Visita a um Território Negro	Relata já ter feito visitado um território negro, mas em outro estado.	Lamenta não ter tido a oportunidade de visitar um território negro, fala da dificuldade de agendar essas visitas.	Diz que nunca visitou um território negro, mas não esclareceu por quais motivos.	1 33,33%	2 66,67%	3 100%
Discriminação e Racismo.	Não presenciou discriminação direta, mas observou dificuldades de identificação racial entre os alunos.	Relata discriminação velada e racismo religioso na escola.	Presenciou situações de discriminação étnico-racial na escola.	2 66,67%	1 33,33%	3 100%

Preconceito, racismo e o apagamento cultural.	Acredita que houve um apagamento da memória ancestral em Sabará..	Enfatiza a importância da valorização da memória e da ancestralidade.	Não percebi nada relacionado à questão em sua fala.	2 66,67%	1 33,33%	3 100%
Importância da discussão sobre a identidade negra.	Diz que é preciso mais formações que promovam a valorização da cultura afro-brasileira.	Acha importante discutir a identidade negra racismo diariamente.	Não teceu comentários a respeito desse assunto.	2 66,67%	1 33,33%	3 100%
O Currículo e a Lei 10.639/2003.	Inclui temas de Formação étnico-racial em suas aulas e vê a escola como espaço crucial para discutir o racismo e o preconceito.	Trabalha temas de formação étnico-racial nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, como forma de incluir a Lei 10.639/2003.	Não inclui a história negra no currículo. Também não faz a inclusão da Lei 10.639/2003.	2 66,67%	1 33,33%	3 100%
Formação sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais	Lamenta não ter concluído o percurso formativo do EPPIR, na UFMG.	Nunca participou de formação específica sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais.	Diz nunca ter tido uma reciclagem sobre esse tema.	3 0%	0 100%	3 100%

Fonte: Elaborado pela autora Deilde Brito (2024).

## CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de obter respostas por parte de professoras de Geografia que atuam na cidade de Sabará sobre a invisibilidade dos territórios negros sabarenses, levantamos algumas hipóteses sobre a invisibilidade desses territórios, o que nos moveu a questioná-las acerca desse assunto. Nesse sentido, esperávamos que as nossas indagações seriam respondidas para que pudéssemos aprofundar nossos estudos em nossa pesquisa, uma vez que Sabará é um museu a céu aberto para se estudar e pesquisar. Apesar de nossas perguntas e inquietações, infelizmente, encontramos bastante resistências, recusas, falta de respostas e empecilhos, tanto por parte dos diretores escolares, quanto por parte dos professores de Geografia. Desse modo, somente três professoras, se dispuseram a nos conceder a entrevista. Ressaltamos que foi difícil realizar essa pesquisa, devido aos empecilhos citados e à falta de materiais bibliográficos acerca do assunto que estamos pesquisando.

A partir da pesquisa identificamos que as professoras de Geografia atuantes em Sabará conhecem muito pouco sobre os territórios negros do município. Verificamos que no quesito “Reconhecimento da resistência negra”, 66,67%, disseram que reconhecem, já 33,33% não reconhecem os processos de resistências desencadeados pelos negros em Sabará. Para o tópico, “território negro”, 66,67%, indicaram alguns monumentos e citaram a ancestralidade, mas 33,33% das professoras, não tem conhecimento sobre territórios negros em Sabará. No que diz respeito à “definição do que é um território negro”, 100% das professoras, disseram, cada uma ao seu modo, o que pensa ser um território negro. Já sobre os “territórios negros em Sabará”, 33,33%, disseram que o território negro, vai muito além da questão territorial, mas 66,67%, disseram que não têm conhecimento sobre a existência de territórios em Sabará. Concernente à “Identidade e cultura”, 66,67% das professoras disseram, que nos últimos tempos, além dos anseios de busca pela história, contada a partir da visão do povo negro, há também um movimento crescente pela busca das raízes ancestrais, peincipalmente, por parte da juventude, porém, 33,33% não disseram nada a esse respeito.

Relacionado ao item “Silenciamento e apagamento da história e da memória ancestral”, as professoras entrevistadas acreditam que em Sabará há um silenciamento e também um apagamento da memória ancestral, e que tal fato é fruto do racismo e ainda citam o racismo religioso devido ao processo de evangelização nas comunidades. Segundo elas, isso impede a liberdade de cátedra, vista por uma dessas entrevistadas nas atitudes dos pais, ao intervirem nas aulas de História e de Ensino Religioso. Sobre esse item, 33,33% das entrevistadas não teceram

comentários. Sobre o tópico “Visita a um Território Negro”, somente 33,33% das professoras entrevistadas disseram ter visitado um território negro, já 66,67%, das entrevistadas disseram que nunca visitaram um território negro, algumas manifestaram o desejo de fazer essa visita. O que percebi na fala das professoras foi que a maioria delas estavam compreendendo território negro, como sinônimo de Quilombo, pois, citaram as Comunidades Quilombolas das cidades fronteiriças e até as de outro estado brasileiro, sem atrelar os outros espaços sabarenses como sendo territórios negros. No que concerne à “Discriminação e Racismo”, 66,67% das entrevistadas, dizem já ter presenciado atitudes racistas dentro das escolas em Sabará, relatam discriminação étnico-racial velada e também o racismo religioso, mas 33,33% dizem não terem presenciado tais atitudes, mas se presenciarem, tomarão as providências necessárias. Sobre “Preconceito, racismo e o apagamento cultural” 66,67%, das entrevistadas concordam que houve um apagamento da memória ancestral em Sabará e ressaltam a importância da valorização da memória e da ancestralidade. Relacionado à “Importância da discussão sobre a identidade negra”, 66,67% das professoras entrevistadas acham importante fazer a discussão sobre a identidade negra e o racismo diariamente e também dizem que é preciso mais formações que promovam a valorização da cultura afro-brasileira. Já 33,33% das entrevistadas, não disseram nada a esse respeito.

No que diz respeito ao “Currículo e a Lei 10.639/2003”, 66,67%, das professoras entrevistadas, dizem que esses temas são incluídos dentro dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, não tendo outro espaço para incluir formalmente à Lei 10.639/2003. Disseram que a escola é um espaço fundamental para discutir o racismo e o preconceito. Concernente à “Formação sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais”, 100% das professoras entrevistadas disseram que nunca participaram de formação específica sobre Educação para as Relações Étnico-raciais.

Por essas razões, é preciso investir em formação para as relações étnico-raciais, como determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais, em todos os níveis de ensino. É também necessário o investimento em educação continuada ofertada pela Secretaria de Estado da Educação e também pela Secretaria Municipal de Educação, visando ampliar o repertório conceitual das professoras com consequente modificação das práticas pedagógicas, caso contrário, imperará o racismo.

Todavia, há que se ter alguns cuidados para não jogar a responsabilidade dessas aprendizagens somente sobre as professoras. Há uma engrenagem que funciona para o

apagamento do protagonismo negro, como ocorreu com o apagamento dos territórios negros e isso é reverberação do processo colonial. Por isso se faz necessário o desenvolvimento da luta contracolonial, como nos diz Nego Bispo, mas essa deve ser assumida por toda a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Viagem de Sabará. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 set. 2014. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/09/21/interna\\_gerais,571152/cronica-viagem-de-sabara.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/09/21/interna_gerais,571152/cronica-viagem-de-sabara.shtml)>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- ASSUMPÇÃO, Carlos de. *Protesto e outros poemas*. Franca (SP): Ribeirão Gráfica e Editora, 2015.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. *História do negro no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.
- ALMEIDA, L. M. de. *Passeio a Sabará*. Belo Horizonte: Edições de O Cruzeiro, 1964.
- ALVES, Rita de Cássia. *A africanidade no currículo: a Lei Federal nº 10.639/03 e as práticas curriculares de escolas públicas de Sabará*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.
- BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. *Clubes sociais negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora/MG*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.
- BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (Org.). *Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo, SP: Instituto Alana, 2023.
- BENEDITO, Vera Lúcia. Cor e territórios na cartografia das desigualdades urbanas. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e território*. São Paulo: Ed. Alameda, 2013. p. 95-127.
- BEIGUELMAN, G. *Memórias da amnésia: políticas do esquecimento*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. *Formação (Online)*, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. Imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/Piseograma, 2023
- BOEING, Rafael Antônio Motta. *"Uma riqueza que eles nos deixaram"*: Memórias patrimôniodede uma Guarda de Marujo de Sabará/MG /Rio de Janeiro, 2022.
- BLACK LIVES**: Milton Santos um dos mais importantes geógrafos da história do pensamento geográfico – Disponível em: <<https://jornaldr1.com.br/black-lives-milton-santos-um-dos-mais-importantes-geografos-da-historia-do-pensamento-geografico/>>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto

constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Livro do Tombo Belas Artes: Inscrição n.º 123*. [Patrimônio registrado]. Rio de Janeiro, 17 jun. 1938.

BRASIL. *Lei no 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei n.º 11.645*, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. *Lei n.º 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. *Lei n.º 14.532*, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

CATAIA, Márcio. Civilização na Encruzilhada: Globalização Perversa, Desigualdades Socioespaciais e Pandemia. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/50742>. Acesso em: 12 mar. 2025.

DALBEM, Rafaela Pacheco. A Lei 10.639/2003 e o ensino de Geografia: possibilidades de pesquisa e(m) ensino através da Literatura africana. *Para Onde!?*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 149–155, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/85813>. Acesso em: 31 ago. 2025.

DAVOLI, Gabriela Mendes. *O Carnaval de Rua como Manifestação Artística e Cultural - Um Estudo sobre o Bloco Zé Pereira dos Lacaio*. 2020. p. 1-5. Projeto de Pesquisa (Programa de Iniciação Científica - PIBIC) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP/Ouro Preto-MG, 2020.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad.: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 255–288, jan. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100013>>. Acesso em 8, jul, 2024.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Sandra Netz – 2ª ed – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLICK, Uwe. *Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes*. Trad.: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre, Penso, 2013.

FONSECA, Adélia F.; MENEZES, Cássio L.C. *Um olhar sobre as potencialidades histórico-culturais como atrativos turísticos em Sabará*. Belo Horizonte, 2004. ix, 56 f., il. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2004.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: *Simpósio Nacional de História*, 2005, Londrina. Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1 - 8

FONTOURA, Adriana Raquel Ritter; GUIMARÃES, Adriana Coutinho de Azevedo. História da capoeira. *R. da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 141-150, 2002.

FUINI, L. L. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. *Brazilian Geographical Journal*, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253–271, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/issue/view/1329>>. Acesso em 8 jul. 2024.

FREITAS, Joene Mendonça de; BARROS, Israele da Silva; SILVA, Grasielly Maria Camelo; FONSECA, Jivago Oliveira da. *Importância da implementação da Lei 11.645/08 na educação básica*. 2023. Disponível em: <<https://uniateneu.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/importancia-da- implementacao-da-lei-1164508-na-educacao.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2025.

G1. *Descobrimto foi, na verdade, uma invasão à terra dos índios*. Disponível em:<<https://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2013/10/descobrimto-foi-na-verdade-uma-invasao-terra-dos-indios.html>>. Acesso em: 29 out. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de pesquisa Social*. 7ª ed. – [3. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2021.

GONZAGA, Yone Maria. *Trabalhadores e trabalhadoras Técnico-Administrativos em Educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GONZAGA, Yone Maria; COSTA JÚNIOR, Jair da. Capital racial e a perspectiva colonial no século XXI: reflexões sobre a política de segurança pública - *Revista M.*, ISSN 2525-3050

265 - Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 240 -265, jul./dez. 2020.

GRACIANO, Cássia Alessandra Cunha. *Conhecimentos que valem ouro [manuscrito]: ensinando o conteúdo químico "metais" a partir das tecnologias africanas utilizadas em Sabará durante o período denominado ciclo do ouro*. Belo Horizonte, 2024. 95 f. : enc, il., color. Dissertação – (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

GUERRA, Janaína Aparecida. *Na tessitura de uma história alinhavada por memórias, as representações da professora primária e do magistério*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

GOMES, Nilma Lino. *Introdução à Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro- Brasileira’, e dá outras providências. 2011. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/03>>. Acesso em 29 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e sociedade*, v. 10, n.18 – abril de 2011.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão*. Açãoeducativa.org.br, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da geografia: território. *GEOgraphia*, vol: 25, n. 55, 2023. DOI: 10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/index>>. Acesso em: 29 out. 2025.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. *População de Sabará 2022*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/panorama>>. Acesso em 29 jul. 2024.

JARDIM, Cleide Janine. Espaços não escolares em Sabará [manuscrito]: ensino e aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica para além das fronteiras do IFMG. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT) – Instituto Federal de Minas Gerais. Campus Ouro Branco, 2023.

JUSBRASIL. Afinal, o que é um rábula. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/afinal-o-que-e-rabula/2089441>>. 8 ago. 2024.

KABENGELE, Daniela do Carmo. *A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808 – 1892) e o trânsito das marcês*. Tese (doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra. Tradução

Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. Território Negro em área rural e urbana - algumas questões. Textos e Debates. Florianópolis, NUER/UFSC, ano 1, n. 2, p. 39-46, 1991.

LIBÂNIO, Clarice de Assis (org.) Guia da cidadania e identidade metropolitana na RMBH. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018. 288 p.: il. color. (Prosa e Poesia no Morro).

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. Marca de fogo: o medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699 - 1769). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LOBO, Artur. Seleta: (prosa e verso). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012. (Coleção Austregésilo de Athayde; 33)

MACHADO, Ubiratan. O esquecido Artur Lobo. In.: LOBO, Artur. Seleta: (prosa e verso). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.

MARCELO, Marlon. Entre irmãos: os vínculos entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e o Clube Mundo Velho em Sabará/MG (1870-1910). Revista Outrora, Artigo -Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 188-206, jul./dez. 2018.

MARQUES, A. M.; GOMES, N. da C. B. Bernardina Rich (1872-1942): uma mulher negra no enfrentamento do racismo em Mato Grosso. Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 110–132, 2017. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/688>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-Iesco, Siglo del Hombre, 2007. p. 127-167

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-158.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.13, n.24, jan/jul.2021 – ISSN- 2177-4129 Disponível em: <[periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria](https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria)>. Acesso em 11 nov. 2024.

MOREIRA, Adriana; BELCHIOR, Douglas. Por um Plano Nacional de Educação com

equidade racial. *CONTEE*, Brasília, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://contee.org.br/por-um-plano-nacional-de-educacao-com-equidade-racial/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa* [livro eletrônico]. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

OLIVEIRA, Veroneide Maria de; ARAÚJO, Josélia Carvalho de; SILVA, Moacir Vieira da. Formação docente em geografia sob a ótica do estado do conhecimento. *Revista Ensino de Geografia* (Recife), [S. l.], v. 3, n. 1, p. 188–203, 2020. DOI: 10.51359/2594-9616.2020.244777. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/244777>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PAIVA, Eduardo França. Amuletos, Práticas Culturais e Comércio Internacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., História: Fronteiras. Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH - Florianópolis, julho 1999.

PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará (Volume II)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1942.

Prefeitura Municipal de Sabará. Sabará Didático. Minas Gerais, 2021. 1ª edição. ISBN978859570.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina en La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. *Perspectivas latinoamericanas*, v. 3. p. 201-246, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. *O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 28 ago. 2025.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 17/18, p. 77-89, jan./dez. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/bd4ab521-764b-4b91-9ca5-384fddd9fcf6/content>> - Acesso em: 11 de nov. 2025.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Os lugares da gente negra: Temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p.

230-232.

RIBEIRO, Jonatas Roque. *A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais*. (1880-1910). Campinas, SP: [s.n.], 2022.

2918, José Joaquim da. *Mapa da Comarca do Sabará pertencente a Capitania de Minas Gerais*. 1777. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/mappa-da-comarca-do-sabara-pertencente-a-capitania-de-minas-gerais/>>. Acesso em 17 nov. 2024.

ROMÃO NOGUEIRA, A. M. A. Construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 35 n. 1, 2018. Volume especial.

ROMÃO NOGUEIRA, A. M. A CONSTRUÇÃO E APAGAMENTO DE TERRITÓRIOS NEGROS. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 157–181, 2020. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1135>>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SANTOS, Thales; LIBÂNIO, Clarice de Assis. Sabará. In: LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org.). *Guia da cidadania e identidade metropolitana na RMBH*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018. p. 182.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Introdução e notas de Frederico Grandchamp Edelweiss. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987. (Coleção Brasileira, v. 380).

SANTOS, Antônio Bispo. *Quilombos, Modos e Significados*. Teresina/PI: Editora COMEPI, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. Imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

SANTOS, Aretusa. 20 anos da Lei 10.639: conquistas e desafios para uma educação antirracista. In: *Aula Inaugural Do Programa De Pós-Graduação Em Educação*, 2023, Juiz de Fora. [Palestra]. Notícias UFJF, Juiz de Fora, 24 ago. 2023. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/08/24/20-anos-da-lei-10-639-conquistas-e-desafios-para-uma-educacao-antirracista/>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SANTOS, Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos. *Associativismo negro: Clube Recreativo Mundo Velho-MG: resistência a racialização no pós-abolição (1894 - 1955)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Relatora do Parecer do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE/CP 001/2004 que tratam das diretrizes curriculares nacionais para a educação étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF: CNE, 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

SILVA GOMES, Ângela Maria. *Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana[manuscrito]*: terreiros, quilombos, quintais da grande BH. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências - Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte – 2009.

SOUZA, A. K. R. *AFROTURISMO: Uma Proposta Para a Valorização da Cultura Afro em Sabará – MG*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2022.

SOEK, Felipe José; MENDONÇA, Francisco. Benzedeiras/os, Bem-estar e Socioespacialidade. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v. 18, p. 303–312, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/62547>>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-140.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado e Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2012. 160 p.

TEÓFILO FILHO, Braulino. *Sabará didático: Brasil educativo*. [S. l.]: [s. n.], 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO. Bernardina Rich: sol da educação negra no séc. XIX. *Coordenadoria de Comunicação do TJMT*, [S.l.], 22 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.tjmt.jus.br/noticias/2018/11/bernardina-rich-sol-educacao-negra-no-sec-xix>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

TWINE, France Winddance. A white side of black Britain: The concept of racial literacy. *Ethnic and Racial Studies*, v. 27, n. 6, p. 878-907, 2004. DOI: 10.1080/0141987042000268512.

VASCONCELOS, P. de A. O conceito de território na Geografia. *GeoTextos*, Salvador, v. 20, n. 1, p. 231-257, jul. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/60032>>. Acesso em: 12 nov. 2025.

VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História antiga das Minas Geraes*.

Imprensa Official do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, 1904.

VASCONCELLOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História média de Minas Geraes*.

Impr. Official de Minas, Belo Horizonte, 1918.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1–19, 2024. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69548>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

VIEIRA, Daniele Machado. Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia-histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial". In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento* Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

WALSH, Catherine. «¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones entorno a las epistemologías decoloniales». *Nómadas*, v. 26, p. 102-113, 2007.

### **Sites pesquisados**

Instituto Mundo Velho

<https://institutomundovelho.blogspot.com/>

BN Digital Brasil

<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/mappa-da-comarca-do-sabara-pertencente-a-capitania-de-minas-gerais/>

Crioula

<https://crioula.org.br/iniciativas/basta-de-racismo-religioso>

Folha de Sabará

<https://folhadesabara.com.br/noticia/14635/clube-cravo-vermelho-chega-ao-seu-centenario>

<https://folhadesabara.com.br/noticia/29378/o-mais-antigo-bloco-caricato-de-sabara-o-paraiso-dos-moralistas-convoca-a-populacao-a-participar-da-festa-de-carnaval>

de-sabara-o-

paraiso-dos-moralistas-convoca-a-populacao-a-participar-da-festa-de-carnaval

IPHAN

<http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/333>

CBN

<https://cbn.globo.com/belo-horizonte/noticia/2024/08/03/governo-de-minas-gerais-torna->

congado-  
patrimonio-imaterial-do-estado.ghtml

Mineiridades  
<https://mineiridades.aic.org.br/sabara/>

Sou Sabará  
<https://sousabara.com.br/>  
<https://sousabara.com.br/cultura/clube-mundo-velho>  
[https://sousabara.com.br/cultura/conheca-o-grupo-kilombo-dos-palmares-que-ensina-capoeira-em-sabara/#google\\_vignette](https://sousabara.com.br/cultura/conheca-o-grupo-kilombo-dos-palmares-que-ensina-capoeira-em-sabara/#google_vignette)

Camara dos Deputados Federais  
<https://www.camara.leg.br/>

Alma Preta  
<https://almapreta.com.br/sessao/cultura/carnaval-e-visto-como-ferramenta-antirracismo-religioso-dizem-especialistas/>

Prefeitura Municipal de Sabá  
<https://site.sabara.mg.gov.br/>

Carnaval de rua de Sabará \_ Bloco 13 de Maio  
<https://youtu.be/AfCfNCiXdvI?si=9ONfkIDCbK8Qrxo1>

Projeto Educação – Pernambuco - Globo  
<https://g1.globo.com/pernambuco/projeto-educacao/>

Mulheres do Ó  
<https://www.instagram.com/p/DG884WTy-rS/>

Family Search  
<https://www.familysearch.org/pt/arvore-genealogica/>

UniAteneu  
<https://uniateneu.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/IMPORTANCIA-DA-IMPLEMENTACAO-DA-LEI-1164508-NA-EDUCACAO.pdf>

Alana  
<https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>

Ministério da Educação  
<https://www.gov.br/mec/pt-br>

Capes  
<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade->

aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/cursos-nacionais-do-sistema-universidade-aberta-do-brasil/curso-de-extensao-formacao-para-docencia-e-gestao-em-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-e-educacao-escolar-quilombola#saiba

Portal de Periódicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/9195/6016>

Ordem das Mercês

<https://mercedarios.org.br/voce-sabe-o-que-e-uma-ordem-religiosa/>

Coordenação de Comunicação Social - UFPEL

<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2024/01/09/nota-de-pesar-professora-hildete-bahia-da-luz/>

Wikipedia

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)

Dicionário Priberam

<https://dicionario.priberam.org/influencer-> Acesso 15.09.2024

Jusbrasil

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/racismo-reverso-e-atipicidade/858800879>

Folha de São Paulo

<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2024/01/por-um-plano-nacional-de-educacao-com-equidade-racial.shtml>

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - Formulário de identificação da/o professor/a de Geografia.

Nome completo	
Data de nascimento	
Naturalidade	
Raça/Cor:	<input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> preta <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> amarela <input type="checkbox"/> indígena
Endereço residencial com CEP	
Escolaridade	Graduação - Pós-Graduação (se tiver)
Escola em que atua	
Leciona para que nível de Ensino	
Tempo de atuação no magistério	
Tempo de atuação nessa escola	

Obs.: Em caso de ser selecionado/a, concordo em participar da etapa de entrevistas semiestruturadas, conforme me foi apresentado pela pesquisadora.

Sabará, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Assinatura da/o professor/a voluntário/a

Assinatura da Pesquisadora

## APÊNDICE 2 - ROTEIRO ORIENTADOR DA PESQUISA

Pesquisa: Territórios Negros em Sabará: A invisibilidade destes territórios pelos professores de Geografia que atuam na cidade de Sabará.

1. Você tem quantos anos de atuação profissional?
2. Há quanto tempo você atua em escola no município de Sabará?
3. Você reconhece os processos de resistências desencadeados pelos negros em Sabará durante o período colonial? O que sabe desse processo e pode compartilhar conosco?
4. Você sabe e/ou tem conhecimento da existência de territórios negros na cidade de Sabará?
5. Quais territórios conhece? O que a/o leva a caracterizá-lo como Território Negro?
6. Você já visitou algum território negro? Pode relatar por favor, como foi sua visita?
7. Considerando o que obriga a lei 10.639/2003, esses territórios negros são inseridos na sua grade curricular de ensino? Justifique.
8. Se não estão inseridos, quais fatores você imagina que impedem essa inserção?
9. Você já participou de alguma formação sobre a educação para as relações étnico-raciais? Foi ofertado pela Secretaria de Estado da Educação ou foi iniciativa própria?
10. Você já vivenciou ou testemunhou alguma situação de discriminação por motivos étnico- raciais na escola?

**APÊNDICE 3 – RECURSO EDUCACIONAL**

# TERRITÓRIOS NEGROS DE SABARÁ (Re)conhecendo Espaços de Lutas e Resistência Contracolonial



Deilde Brito



## Sobre o recurso

Recurso Educacional produzido durante a pesquisa "TERRITÓRIOS NEGROS EM SABARÁ: Entre a invisibilidade e o reconhecimento pelos professores de Geografia atuantes na cidade", vinculada à linha de pesquisa: Ensino e Humanidades, do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência, da Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais.

### Mestranda

Deilde Ferreira de Brito

### Orientação

Profª Drª Yone Maria Gonzaga.

Belo Horizonte  
2025



## Figuras

- Fig. 1 - Orixás da Umbanda
- Fig. 2 - Saudações aos Orixás em Língua Yorubá
- Fig. 3 - Folha de Abedê
- Fig. 4 - Folha de Pinhão Roxo
- Fig. 5 - Folha de Peregun Roxo
- Fig. 6 - Folha da Colônia
- Fig. 7 - Folha de Akokô
- Fig. 8 - Folha de Guiné
- Fig. 9 - Fachada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
- Fig. 10 - Fachada do Clube Mundo Velho.
- Fig. 11 - O Congado em Sabará.
- Fig. 12 - Guarda de Marujo de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro



## Quadro

Quadro 1 - Localização dos Territórios negros



## Siglas

FaE – Faculdade de Educação  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
 PPP - Projeto Político Pedagógico  
 PROMESTRE - Mestrado Profissional em Educação e Docência  
 UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
 UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
 USP - Universidade de São Paulo



## Epigrafe

*“Nós, caminhando pelos penhascos,  
 atingimos o equilíbrio das planícies.  
 Nós, nadando contra as marés,  
 atingimos a força dos mares.  
 Nós, edificando nos lamaçais,  
 atingimos a firmeza dos lajeiros.  
 Nós, habitando nos rincões,  
 atingimos a proximidade da redondeza.  
 Nós somos o começo, o meio e o começo.  
 Existiremos sempre,  
 sorrindo nas tristezas  
 para festejar a vinda das alegrias.  
 Nossas trajetórias nos movem,  
 Nossa ancestralidade nos guia.”  
 (Nêgo Bispo, 2023).*



## Índice

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA
2. O QUE SÃO OS TERRITÓRIOS NEGROS?
3. EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS
4. DESCONSTRUÍNDO A NARRATIVA COLONIAL: AÇÕES E INICIA-TIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003
5. CONCLUSÕES
6. REFERÊNCIAS



## Introdução



Sou Deilde, mulher preta, moradora de Sabará-MG e professora de Geografia na cidade. Apresento para vocês o Recurso Educacional, fruto da minha pesquisa de mestrado em Educação e Docência da Faculdade de Educação (FAE), da Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG) e que faz parte das atividades exigidas pelo Programa de Pós-Graduação Educação e Docência (Promestre) para a obtenção do título de Mestra.



## Introdução



Trata-se da cartilha “**Territórios Negros de Sabará: (Re) conhecendo Espaços de Lutas e Resistência Contracolonial**”, que visa auxiliar os professores nas aulas de Geografia, para que eles conheçam os territórios negros da cidade e também para contribuir na implementação da Lei 10.639/2003, colaborando assim, para o preenchimento da lacuna existente em relação à educação para as relações étnico-raciais.



## Introdução



Neste recurso, trago algumas informações sobre os Territórios Negros de Sabará, possibilitando que os professores reconheçam esses Espaços de Lutas e Resistência Contracolonial e também em cumprimento ao que determina a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-Brasileira no âmbito das disciplinas que já fazem parte das matrizes curriculares de ensino dos níveis fundamental e médio.



## Introdução



Esta cartilha também convida vocês a uma jornada pelos territórios negros de Sabará, desvendando as histórias de lutas e resistências dos povos negros, escravizados, ex-escravizados, libertos, livres e forros, povos que, através das resistências, moldaram a cidade. Vamos explorar os espaços onde a cultura afro-brasileira floresceu, desafiando a narrativa colonial e construindo um legado de força e identidade, numa perspectiva contracolonial.



## Introdução



Sabará, o local da pesquisa, é uma cidade mineira situada na Região Sudeste do Brasil. O município de Sabará está localizado no Complexo Geológico do Quadrilátero Ferrífero do estado, região que abrange mais de 30 municípios e que possui uma área de, aproximadamente, 7.200 Km<sup>2</sup>. Sua diversidade de formas do relevo é associada aos processos de erosão diferencial, que levam à formação de relevos de cristas, vales e colinas. (Sabará Didático (2021, p. 39). Limita-se com os municípios de Nova Lima, Raposos, Caeté, Taquaruçu de Minas, Santa Luzia e Belo Horizonte.



## Introdução



De origem colonial, Sabará é em si um território negro, posto que, teve o seu solo ocupado por africanas escravizadas e africanos escravizados que trabalharam arduamente na construção da cidade e na extração de minerais que enriqueceram os brancos senhores. Atualmente, tem uma população majoritariamente negra que preserva em seus territórios uma variedade de manifestações culturais que vão desde as religiosas de matriz afro-brasileira, perpassando assim, pelas ditas “profanas”, tais como, as festas carnavalescas, com seus blocos caricatos e a artesanaria de riqueza tamanha e produzida por seus moradores e, adquiridas das gerações anteriores.



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?



A partir dos estudos bibliográficos e visitas em campo podemos conceituar os Territórios Negros como espaços ocupados por pessoas negras, descendentes de povos africanos que foram escravizados e que usam esse espaço como lugar de moradia, de trabalho e de praticar sua fé religiosa e também como as ações (práticas) socioculturais desenvolvidas por esse segmento que têm como fundamento as cosmologias afro-brasileiras.



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?



O geógrafo e intelectual negro, Milton Santos traz a ideia de “territórios negros”, a partir de outros conceitos, tais como, “espaço em movimento, que são as ações que envolvem os sujeitos em constante transformação pelas interações como trabalho, lazer, deslocamento”. Para Milton Santos, o território carrega a história e a cultura de um povo, suas marcas, sua identidade e seus significados.



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?



Para o geógrafo Alecsandro José Prudêncio Ratts, os territórios negros devem ser compreendidos em sua complexidade, considerando as práticas culturais, as relações sociais e as resistências que ocorrem nesses territórios e a categoria “lugar” ajuda a capturar essa dimensão mais ampla, envolvendo a experiência vivida e a identidade das pessoas que ocupam esses territórios. Portanto, esses Territórios Negros, são entendidos como lugares de compartilhamento, alegria, festas, liberdade, sociabilidade, manifestações e práticas religiosas e, principalmente, lugar de luta e resistência ao racismo e à desigualdade social. (Ratts, 2012, p. 230-232).



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

Desse modo, Ratts (2012), enfatiza a necessidade de ir além de uma visão puramente geográfica, incorporando a riqueza das práticas culturais, das relações sociais e das diversas formas de resistência que se manifestam nesses espaços. O autor, aborda amplamente sobre esse assunto em seus trabalhos acadêmicos, especialmente em sua Dissertação de Mestrado: "Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará" (1996), defendida na Universidade de São Paulo (USP) e em sua Tese de Doutorado: "O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em território negro" (2001), também defendida na USP.



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

Para a autora Azânia Mahin Romão Nogueira (2018),:  
***"os territórios negros diferenciam-se não apenas pela simples presença de pessoas negras, mas pelos processos de identificação territorial pela qual essas pessoas se apreendem destes espaços, caracterizando-se pela resistência à colonialidade, seja essa resistência engajada ou não".***



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

### Quadro 1 - Síntese dos territórios negros em Sabará

#### **Terreiro de Candomblé Ilê Asé Oxum Ati Oxumaré**

B. Nossa Senhora de Fátima  
Atividade religiosa: Candomblé

#### **Terreiro de Candomblé Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo**

Bairro Vila Esperança  
Atividade religiosa: Candomblé

#### **Terreiro de Candomblé Inzo Kisaba Mukua Ujitu**

Bairro Nova Vista  
Atividades religiosas: Candomblé e Umbanda



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

### Quadro 1 - Síntese dos territórios negros em Sabará

#### **Casa de Dona Grace Benzedeira**

Bairro Nova Vista  
Atividade religiosa de benzimento

#### **Clube Mundo Velho**

Rua Marquês de Sapucaí, 389 – Centro  
Sociabilidade  
Bem inventariado

#### **Carnaval - escolas de samba e blocos caricatos**

Ruas da cidade  
Carnaval, Samba e Reggae



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

### Quadro 1 - Síntese dos territórios negros em Sabará

#### Congado em Sabará

Rua Guaxupé, nº. 68 - Bairro General Carneiro  
Marujada  
Decreto Municipal 410 /2002  
Bem cultural imaterial

#### Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Praça Melo Viana - Centro  
Atividade religiosa  
Lei Federal de 13/06/1938  
Processo 67-T-1938



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

Como mostra o quadro 1, assim, como apresentado na dissertação, Sabará possui muitos territórios negros, entretanto, nesta cartilha, daremos ênfase a alguns desses territórios negros pela sua historicidade e pela profunda contribuição que representam para a formação cultural e social do Brasil. Nesses espaços, a memória, a resistência e a identidade afro-brasileira se entrelaçam, revelando a riqueza de suas narrativas e a importância de preservar e valorizar suas heranças. São locais onde a luta pela liberdade e pela dignidade se manifestou de forma contundente, deixando legados que ecoam até os dias de hoje, inspirando novas gerações e promovendo uma



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

compreensão mais justa e completa da nossa história.  
A resistência à escravidão no Brasil se manifestou de diversas formas, desde a formação de quilombos, a preservação de tradições e saberes ancestrais, como por exemplo, os saberes das religiões de matriz afro-brasileira, as rezas, as benzeções, os chás, os banhos, o congado e as devoções aos santos protetores de cada comunidade negra até as lutas pela garantia de inclusão dessas estratégias de sobrevivência/humanização aos processos educativos, por meio da Lei 10.639/2003, que alterou as Diretrizes da Educação Nacional tornando obrigatória a inclusão nos currículos da história



## O QUE SÃO TERRITÓRIOS NEGROS?

a cultura africana e afro-brasileira.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

A resistência à escravidão no Brasil se manifestou de diversas formas, desde a formação de quilombos, a preservação de tradições e saberes ancestrais, como por exemplo, os saberes das religiões de matriz afro-brasileira, as rezas, as benzenções, os chás, os banhos, o congado e as devoções aos santos protetores de cada comunidade negra até as lutas pela garantia de inclusão dessas estratégias de sobrevivência/humanização aos processos educativos, por meio da Lei 10.639/2003, que alterou as Diretrizes da Educação Nacional tornando obrigatória a inclusão nos currículos da história e a cultura africana e afro-brasileira.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Sabará possui muitos territórios negros, como consta da dissertação, entretanto, nesta cartilha, daremos destaque a alguns desses territórios negros pela sua historicidade.

### 3.1 -Terreiros de Umbanda e Candomblé: Espaços Culturais e Religiosos

### 3.2 . A farmácia sagrada da natureza: as hortas dos terreiros de Candomblé

### 3.3 - Casa de Benzeção – A cura através dos benzimentos

### 3.4- Clube Mundo Velho: Espaço de sociabilidade e resistência negra



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.5 -Territórios negros Carnaval: Escolas de Samba e blocos caricatos

### 3.6. O Congado em Sabará – resiliência e resistência contra-colonial

### 3.7- Guarda de Marujo de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.1 - Terreiros de Umbanda e Candomblé: Espaços Culturais e Religiosos



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Os terreiros de Umbanda e de Candomblé e outros espaços culturais são locais de preservação da memória e da cultura afro-brasileira. A preservação de construções históricas, e a busca por locais de reunião da população negra, são ações importantes para a manutenção da memória.

Nesse sentido, os terreiros são locais sagrados de rituais típicos das religiões afro, como Umbanda e Candomblé, que preservam a memória ancestral, mantendo vivos e transmitindo os costumes, as tradições, os valores, os mitos, as línguas, os ritmos, as cantigas e formas de vida de matriz africana, sendo os Orixás,



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

figuras importantes nessas duas religiões.

Desse modo, tanto na Umbanda quanto no Candomblé, essas divindades representam as forças da natureza e atuam como intermediários entre o ser humano e o criador, Olodumaré (no Candomblé) e Olorum (na Umbanda). Segundo a jornalista e autora, Ana Luiza França (2022), os candomblecistas podem cultuar de 16 a 72 orixás, a quantidade depende do terreiro. Já na Umbanda, orixás são espíritos ancestrais e são apenas nove: Iansã, Iemanjá, Nanã Buruquê, Obaluaê / Omulú, Ogum, Oxalá, Oxóssi, Oxum e Xangô.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Alguns desses territórios de Umbanda e Candomblé foram identificados durante a pesquisa em Sabará, além da casa de uma Benzedeira. São eles: Terreiro de Candomblé Ilê A sé Oxum Ati Oxumaré, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, Terreiro de Candomblé Bakisso Ty Matamba Kiuá Mutalambo, no Bairro Vila Esperança, Terreiro de Candomblé Inzo Kisaba Mukua Ujitu, no Bairro Nova Vista e a casa de Dona Grace Benzedeira – também no Bairro Nova Vista.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.2. A farmácia sagrada da natureza: as hortas dos terreiros de Candomblé

No Candomblé, a saúde é vista como um equilíbrio entre corpo, mente e espírito. As plantas são a principal fonte para restaurar essa harmonia. O conhecimento sobre suas propriedades é passado de geração em geração, e cada folha é associada a um orixá, a divindade que rege uma força da natureza. Os pais e mães de santo, conhecidos como sacerdotes e sacerdotisas, são os guardiões desse conhecimento ancestral, transmitido oralmente por gerações. Nesse sentido, as folhas são utilizadas de diversas formas:



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.2. A farmácia sagrada da natureza: as hortas dos terreiros de Candomblé

- Banhos de folha: no ritual dos banhos, acredita-se que as propriedades das plantas, ao entrarem em contato com o corpo, reequilibram as energias, promovem a saúde e a limpeza espiritual.
- Chás e infusões: os chás são preparados com folhas específicas para tratar males do corpo, como problemas digestivos, inflamações e febres.
- Cataplasmas: são folhas amassadas que são aplicadas diretamente na pele para tratar feridas, contusões e outras infecções.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.2. A farmácia sagrada da natureza: as hortas dos terreiros de Candomblé

- Defumação: a fumaça das folhas queimadas é usada para purificar ambientes e pessoas, afastando energias negativas. Nos terreiros visitados, observei e fotografei várias plantas sagradas que servem para diversas finalidades e destaco o cuidado dos pais e mães de Santo, tanto com a horta, quanto com a natureza, pois, o pai de santo me relatou que, algumas plantas usadas durante os rituais sagrados precisam ser colhidas diretamente da natureza e não podem ser arrancadas e plantadas em casa porque suas mudas



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

não pegam em outro lugar. Dessa forma, trago algumas plantas preservadas nas hortas desses terreiros e sua finalidade.

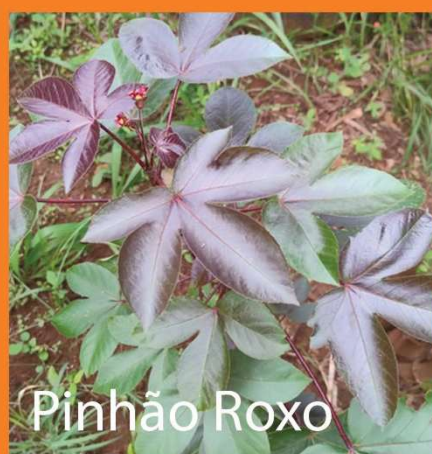


Folha da abebê:  
usada em cultos à Oxum

A folha de Abedê é usada em cultos à Oxum.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS



Pinhão Roxo

A folha de Pinhão Roxo serve para o culto a Babá-Egun



**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**



Peregun roxo: para banhos e cultos a Ogun e à Iansã

A folha de Peregun Roxo serve para banhos e cultos à Iansã e a Ogun



**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**



Folha da Colônia

A folha da Colônia serve para fazer chás



**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**



Akokô

A folha de Akokô serve para banhos de prosperidade e vitalidade.



**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**



Guiné

A folha de Guiné serve para benzimento.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

O Akokô é uma erva para banho (serve para prosperidade e vitalidade) Usa-se também uma folha na carteira para não faltar dinheiro. É uma das principais plantas cultivadas nos terreiros de Candomblé. Portanto, indo de encontro com o que falamos sobre as hortas dos terreiros e o uso das ervas, os autores Heloisa Gomes et al (2008), percebem:

"que o uso de determinadas partes da planta - raiz, caule, folha, flor, fruto e semente, produz vibrações mentais e irradiações energéticas que fluem com intensidade e atuam em benefício daqueles que necessitam de algum tipo de ajuda.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Para que isto aconteça, as ervas têm hora e dia para serem colhidas e aplicadas para o atendimento de uma situação espiritual e/ou para atender a um caso de cura por doença material".



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

#### 3.3. Casa de Benzeção – A cura através dos benzimentos



Dona Grace Benzedeira



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

No Brasil, a tradição do benzimento se manifesta como uma prática cultural e religiosa popular, sendo comum as pessoas procurarem as benzedadeiras e os benzedores para a cura de doenças como, o mau-olhado e outros males, também procuram para restaurar o equilíbrio espiritual. As benzedadeiras e os benzedores conectam elementos da fé católica com saberes ancestrais para oferecer conforto, proteção e assistência à saúde, especialmente em comunidades com pouco acesso a cuidados médicos formais, sendo assim, uma das mais resistentes e importantes expressões do sincretismo religioso e da medicina popular brasileira.



**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS****3.4. Clube Mundo Velho: Espaço de sociabilidade e resistência negra**

O Clube Mundo Velho, em Sabará, foi “fundado em 02 de março 1894, por ex-escravizados e seus descendentes como opção de lazer e cultura uma vez que lhes era proibido de acesso aos clubes frequentados pela sociedade branca” (BATISTA, 2015, p. 131).

**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**

Nesse sentido, o Clube Mundo Velho se tornou um espaço de luta e resistência dos negros nos pós-abolição e se firmou como espaço popular onde os operários, os trabalhadores domésticos, os ferroviários e os trabalhadores informais podiam se reunir em eventos de significativa importância para eles, que também eram os seus mantenedores.

Todavia, uma das primeiras e principais manifestações do Clube Mundo Velho foi o festejo do Carnaval que iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, com a criação do bloco carnavalesco Mundo Velho,

**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**

a mais antiga agremiação do gênero existente no Estado de Minas Gerais, similar às que deram origem às primeiras escolas de samba do Brasil. Nos primeiros desfiles, como em outros grupos da época, o Mundo Velho escolhia as ruas e as casas, no seu trajeto, que seriam palco das suas manifestações festivas e brincadeiras.

Desde o princípio, o Clube Mundo Velho já tinha essa visão da inclusão social, o que permanece até a atualidade. É um Clube onde os mais variados grupos de pessoas se reúnem para brincar, festejar e também fazer suas denúncias por uma sociedade mais justa e inclusiva.

**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS****3.5 Territórios negros Carnaval: Escolas de Samba e blocos caricatos**

Segundo avalia o artista visual e babalorixá Carlos Aquino, no carnaval, cultura e candomblé se misturam e, de certa forma, se retroalimentam. É uma oportunidade do Brasil e do mundo enxergarem o quanto a ancestralidade de religiões de matriz africana é inspiradora para os diversos tipos de manifestações artísticas. O Carnaval moderno no Brasil, em suas diversas formas, como, as escolas de samba, os blocos de rua, os trios elétricos, o maracatu e o frevo, possui múltiplas funções, dentre elas, podemos mencionar: identidade e patrimônio, crítica social e expressão.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Nesse sentido o carnaval é um espaço de se fazer a crítica social, a inclusão e diversidade.

Em Sabará, existem vários blocos carnavalescos, mas destacamos apenas alguns deles, tais como: o Bloco Carnavalesco Mundo Velho, uma das mais antigas agremiações do gênero, semelhante às que deram origem às Escolas de Samba do Rio de Janeiro, o Bloco Afro 13 de Maio que procura valorizar a cultura local e a história das pessoas negras da cidade de Sabará, carregando a influência do Olodum, utiliza instrumentos de percussão que possui a mistura de estilos do reggae e do samba.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

O Bloco Paraíso dos Moralistas, fundado em 1949, seu nome é uma crítica à moralidade exigida pelo delegado da época, onde a sexualidade era rigidamente controlada e reprimida, especialmente às mulheres. Como todos os blocos, esse bloco representa um espaço simbólico de manifestação cultural e de resistência da população negra. O Bloco carnavalesco mulheres do Ó, conta com a presença de 100 mulheres de todas as idades, ambas moradoras de Sabará. Desse modo, carrega a tradição, o legado negro e é formado por mulheres, tão invisibilizadas nos processos de construção da cidade.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

No carnaval deste ano (2025), elas produziram uma letra de samba de enredo que resgata um pouco da história e a marca do tempo contemporâneo. [...] *Somos Mulheres diversas, cada uma com seu jeito, sua história, seus sonhos, sua vida! Que o dia de hoje seja de lembrança e honra para as que vieram antes de nós e nos trouxeram até aqui suas lutas, seus cuidados, seu amor...* [...]



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS



#### 3.6- O Congado em Sabará

Segundo o Iphan, "o Congado ou Congada é uma forma de celebração da devoção a Nossa Senhora do Rosário e os santos negros São Benedito, Santa Efigênia e outros santos da devoção católica". Essa celebração está intrinsecamente ligada às experiências religiosas no Brasil,



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Assim, o Congado guarda relações com as formas expressas na religiosidade africana. Todavia, a maior parte dos congadeiros preferem dizer “Reinado de Nossa Senhora do Rosário”.

O Congado é uma celebração popular que envolve dança, canto, música e cortejo, que também pode ser lida como um símbolo das “resistências organizadas por irmandades negras, de escravos e/ou libertos com a eleição, coroação e cortejo de seus próprios soberanos”, como indica, Rafael Boeing, em sua Tese de Doutorado, “Uma Riqueza Que Eles Nos Deixaram”: Memórias e patrimônio de uma Guarda de Marujo em Sabará/MG (2022, p. 236).



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

No município de Sabará existem várias guardas que preservam a tradição do congado como manifestação típica da região. O Congado é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira que mistura elementos do catolicismo com tradições africanas, combinando dança, canto, teatro e espiritualidade. Em Minas Gerais, especialmente em cidades como Ouro Preto e Sabará, as festas de Congado são momentos importantes de celebração e resistência cultural. Nesse sentido, Boeing (2022) entende o congado como “o complexo ritual e simbólico constituído em torno [dos] festejos, com três elementos fundamentais: a coroação de reis e rainhas negros,



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

a reverência aos antepassados e a devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia”. (BOEING, 2022, p. 20).



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Essa celebração está intrinsecamente ligada às experiências religiosas no Brasil, assim, o Congado guarda relações com as formas expressas na religiosidade africana. Todavia, a maior parte dos congadeiros preferem dizer “Reinado de Nossa Senhora do Rosário”. O Congado é uma celebração popular que envolve dança, canto, música e cortejo, que também pode ser lida como um símbolo das “resistências organizadas por irmandades negras, de escravos e/ou libertos com a eleição, coroação e cortejo de seus próprios soberanos”, como indica, Rafael Antônio Motta Boeing, em sua Tese de Doutorado,



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

"Uma Riqueza Que Eles Nos Deixaram": Memórias e patrimônio de uma Guarda de Marujo em Sabará /MG (2022, p. 236).

No município de Sabará existem várias guardas que preservam a tradição do congado como manifestação típica da região. O Congado é uma manifestação cultural e religiosa afrobrasileira que mistura elementos do catolicismo com tradições africanas, combinando dança, canto, teatro e espiritualidade. Em Minas Gerais, especialmente em cidades como Ouro Preto e Sabará, as festas de Congado são momentos importantes de celebração e resistência cultural.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 3.7 Guarda de Marujo de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

### 1.1. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário: Espaço Religioso e de cultura africana



A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, está situada na Praça Melo Vianna, no centro de Sabará. Teve sua construção iniciada no ano de 1767 ou 1768, por negros escravizados, com a finalidade de obterem privacidade para cultuar Nossa Senhora do Rosário, que segundo reza a oralidade, essa santa é a protetora dos negros.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Nesta igreja, funcionou por muito tempo, a Irmandade do Rosário, logo depois foi fundada dentro desta Irmandade, a Sociedade do Rosário, uma (Sociedade de auxílio mútuo), que tinha como objetivo, defender a causa dos irmãos pretos. Vale lembrar que, além das pessoas livres, libertas e forras que eram confrades nessa Irmandade, as pessoas escravizadas também se agregavam à esta Sociedade com o intuito de obter sua liberdade. Portanto, a Igreja do Rosário foi de suma importância para a população negra, que via nessa igreja a oportunidade de cultuar a Santa e os demais Santos de sua devoção e a busca pela liberdade.



**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS****4. Desconstruindo a narrativa colonial: ações e iniciativas para a implementação da Lei 10.639/2003**

É de fundamental importância reconhecer e valorizar a contribuição da população negra para a história de Sabará, fazendo o resgate de suas histórias e suas memórias, pois, as memórias da escravidão e da resistência devem ser preservadas para que possamos construir um futuro mais justo e igualitário, fortalecendo assim, a identidade afro-brasileira. Desse modo, algumas ações podem ser realizadas em Sabará, para que o resgate da história afro e da memória ancestral, seja colocado nas matrizes curriculares de ensino

**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**

da educação básica sabarense, como forma de valorização e de reparação histórica. Portanto, esse resgate poderá ser desenvolvido através da educação e da cultura, cooperando assim, para a inserção da Lei 10.639/2003, nos moldes do que determina a referida lei.

**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS****4.1. Ações que podem ser desenvolvidas pelos professores de Geografia nas escolas da educação básica em Sabará.**

A Lei 10.639/2003 e suas diretrizes visam formar a sociedade para a compreensão dos valores civilizatórios dos povos negros, numa perspectiva contracolonial, por isso é tão importante que essa Lei seja implementada, não apenas na educação básica, mas também no ensino superior e na pós-graduação, como uma das formas de se combater o racismo. O compromisso com a educação antirracista precisa ser assumido pela sociedade, como um todo.

**EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS**

Dessa maneira, o combate ao racismo pode ser reforçado com ações desenvolvidas pelos professores de Geografia e de outras disciplinas, tais como:

**Ações educativas que combatam o racismo e valorizam a diversidade cultural: Educação e Conscientização.****Apoiar projetos que valorizem a memória e a cultura afro-brasileira em Sabará**

- Visitas guiadas aos territórios negros, com o objetivo de conhecer esses espaços e também fazer os registros das histórias e das memórias desses territórios, tais como: surgimento, objetivos, pessoas de referência que mantiveram a tradição.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

- Contato com os órgãos de cultura locais e parcerias para desenvolverem juntos várias ações de divulgação dos territórios negros. A educação entra como parceira e ao mesmo tempo aprendiz sobre esses territórios; mantendo diálogo com os mais velhos de cada tradição para registro da oralidade.
- Conscientização sobre a importância dos territórios negros da/na cidade de Sabará, através das aulas e estímulos aos alunos pelos professores/as tanto de Geografia, quanto das outras disciplinas.
- Educar para as relações étnico raciais através de visitas in situ, leituras de textos, filmes e debates e principalmente estudo e cumprimento do que determina a Lei 10.639/2003.



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

- Reeducação da sociedade para o enfrentamento e a valorização das comunidades tradicionais contra o racismo estrutural.
- Incentivar a pesquisa e a divulgação da história dos territórios negros da cidade**
- O fomento à participação e ao interesse pela pesquisa deve ser uma ação recorrente no campo educacional.
  - Incentivar os/as estudantes a desenvolverem trabalhos de campo e registros em formatos variados: histórias em quadrinhos, redações, ilustrações, registros audiovisuais, etc).



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

#### **Incentivar a inclusão da história da população negra nos currículos escolares.**

- Ao elaborar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) que define a identidade e expressa a cultura, os valores e a missão da escola, é de fundamental importância que todos os componentes curriculares contenham a história e a cultura afro-brasileira. Portanto, os professores e as professoras de Geografia e também os professores e as professoras das demais disciplinas devem desempenhar um papel importante nessa elaboração, pois, em Sabará, pode-se trabalhar, dentre tantos outros, os lugares da presença negra no passado;



### EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

os territórios negros atuais; os quilombos contemporâneos; a presença negra e preservação dos ambientes e da natureza, como se viu nos terreiros durante a pesquisa, etc.



## EXEMPLOS DE TERRITÓRIOS NEGROS

Incentivar a pesquisa e a divulgação da história dos territórios negros da cidade. (fomentar a participação e o interesse pela pesquisa deve ser uma ação recorrente no campo educacional e os professores e professoras de Geografia podem incentivar os/as estudantes a desenvolverem trabalhos de campo e registros em formatos variados: histórias em quadrinhos, redações, ilustrações, registros audiovisuais, etc).



## CONCLUSÕES

Os territórios negros de Sabará são espaços de memória, luta e resistência. Ao (re) conhecê-los, honramos o legado de nossos ancestrais e construímos um futuro mais justo e igualitário. O reconhecimento desses territórios negros de Sabará fortalece a identidade e o orgulho da comunidade negra. Ademais, a valorização da cultura afro-brasileira contribui para a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva. Faz toda a diferença, reconhecer e valorizar a contribuição da população negra para a história de Sabará, resgatando suas histórias e memórias.



## CONCLUSÕES

O reconhecimento da história da escravidão pode abrir caminho para políticas de reparação, que visam mitigar os efeitos duradouros da escravidão nas comunidades negras, como foi o caso de Sabará. Do mesmo modo, ao reconhecer as lutas e resistências dos povos negros contra as desigualdades econômicas, educacionais e sociais, fortalecemos a identidade afro-Brasileira. Ao valorizar a memória e a cultura afro-brasileira, através dos estudos com os nossos alunos em sala de aula, estamos promovendo o respeito à diversidade, combatendo a intolerância racial e cumprindo o que determina a Lei 10.639/2003,



## CONCLUSÕES

que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-Brasileira no âmbito das disciplinas que já fazem parte das matrizes curriculares de ensino dos níveis fundamental e médio, se não seguirmos este caminho, a equidade racial não se concretizará.



REFERÊNCIAS



BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. **Clubes sociais negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora/MG.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

BOEING, Rafael Antônio Motta. **"Uma riqueza que eles nos deixaram"**: Memórias patrimônio de uma Guarda de Marujo de Sabará/MG/ Rio de Janeiro, 2022.

-



REFERÊNCIAS



BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

DAVOLI, Gabriela Mendes. **O Carnaval de Rua como Manifestação Artística e Cultural**: Um Estudo sobre o Bloco Zé Pereira dos Lacaio. 2020. Monografia -Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.



REFERÊNCIAS



FRANÇA, Ana Luiza. **Quais são as diferenças entre Candomblé e Umbanda?** Terra, São Paulo, 26 maio 2022. Nos.

GOMES, H.H. S.;DANTAS, I.C.; CATÃO, M. H.C.V. Plantas medicinais: sua utilização nos terreiros de umbanda e candomblé na zona leste da cidade de Campina Grande-PB. **BIOFAR Revista de Biologia e Farmácia**, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 50-68, 2008.



REFERÊNCIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. **Sabará Didático**. Minas Gerais, 2021.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Os lugares da gente negra: Temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. **In: SANTOS, Renato Emerson Dos (Org.). Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alij; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 230-232.



